



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
CAMPUS JATAÍ

MESTRANDO: DIVINO JOSÉ LEMES DE OLIVEIRA

**O MUNICÍPIO DE IPORÁ NO CONTEXTO DA ATUAL APROPRIAÇÃO DO  
CERRADO GOIANO**

JATAÍ - GO

2014

DIVINO JOSÉ LEMES DE OLIVEIRA

**O MUNICÍPIO DE IPORÁ NO CONTEXTO DA ATUAL APROPRIAÇÃO DO  
CERRADO GOIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação, *Stricto Sensu*, em Geografia do Campus de Jataí da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado brasileiro.

Linha de Pesquisa: Organização e Gestão do Espaço Rural e Urbano do Cerrado brasileiro.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro .

Jataí-GO

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

O48m            Oliveira, Divino José Lemes de  
                  O município de Iporá no Contexto da atual apropriação do Cerrado  
                  Goiano / Divino José Lemes de Oliveira. - 2014.  
                  156f.

Referências.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de  
Goiás, Campus de Jataí, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em  
Geografia, Jataí, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro

1. Desigualdades territoriais. 2. Planejamento territorial Goiano. 3.  
Políticas públicas - Cerrado. I. Título.

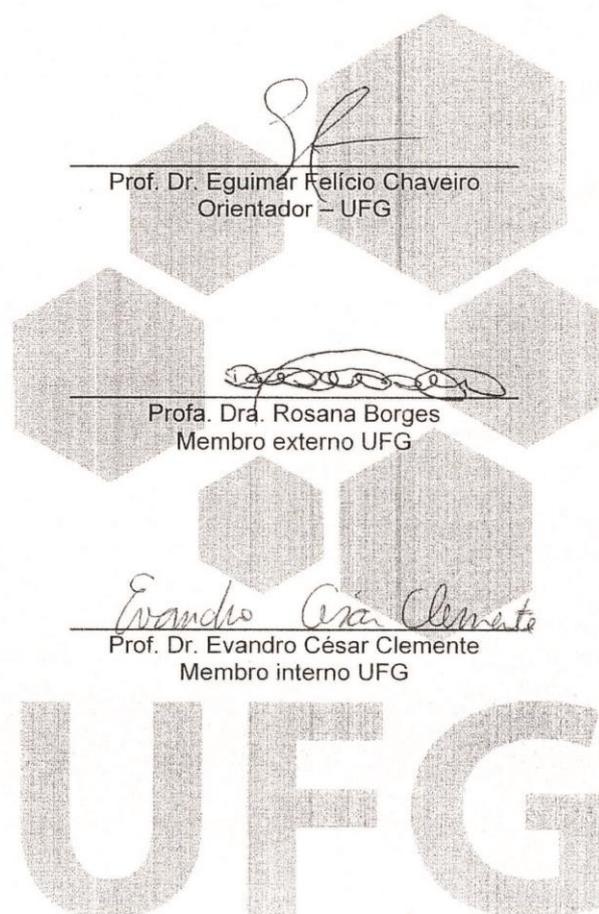
CDU: 911(817.3)

---

**Divino José Lemes de Oliveira**

**TÍTULO: “O município de Iporá no contexto da atual apropriação do Cerrado Goiano”**

Dissertação DEFENDIDA e APROVADA em 09 de Setembro de 2014, pela Banca examinadora constituída pelos membros:



Jataí - Goiás  
Brasil

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

**1. Identificação do material bibliográfico:**       **Dissertação**       **Tese**

**2. Identificação da Tese ou Dissertação**

Autor (a):	DIVINO JOSÉ LEMES DE OLIVEIRA		
E-mail:	Professorrzezinho@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Professor Temporário do Curso de Geografia - UEG Câmpus de Iporá e Bolsa FAPEG		
Agência de fomento:	Universidade Federal de Goiás	Sigla:	UFG
País:	Brasil	UF:	GO
		CNPJ:	
Título:	O município de Iporá no contexto da atual apropriação do Cerrado goiano		
Palavras-chave:	Desigualdades territoriais; planejamento regional goiano; políticas públicas para o Cerrado goiano; município de Iporá.		
Título em outra língua:	The Iporá county in the context of the current ownership of Cerrado goiano		
Palavras-chave em outra língua:	Territorial inequalities; Goiás regional planning; public policies for Goiás Cerrado; municipality of Iporá.		
Área de concentração:	Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado brasileiro.		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	09/09/2014		
Programa de Pós-Graduação:	Geografia		
Orientador (a):	Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro		
E-mail:	eguimar@hotmail.com		
Co-orientador (a):*	Não teve		
E-mail:	-		

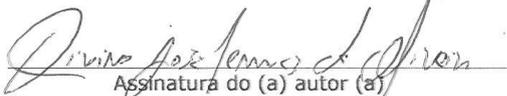
\*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

**3. Informações de acesso ao documento:**

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

  
Assinatura do (a) autor (a)

Data: 01/ 01/ 2015.

<sup>1</sup> Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por tudo.

Ao Professor Eguimar Felício Chaveiro, pela compreensão e paciência mesmo nos meus momentos de altos e baixos; pela orientação segura, serena, estimuladora, competente e pela amizade.

Aos meus pais, Lázaro e Sebastiana, eternos professores; pelo apoio incondicional, pela autoconfiança que me transmitiram e por acreditarem sempre em mim, mesmo nos momentos de maior incerteza e angústia. Agradeço pelo muito que sempre me ensinaram e pelas preces e orações.

A minha esposa Helismar pelo apoio, incentivo, compreensão e por sempre acreditar em minha capacidade; e ao meu enteado Hygor, pelo apoio.

Aos meus filhos Marco Antônio e Maria Eduarda, por fazer minha vida melhor e mais feliz.

A minha irmã: Elisângela por sempre me apoiar, incentivar e acreditar em mim.

Aos meus amigos Júlio César, Washington e Frank, por não ter medido esforços para auxiliarme nas várias etapas da pesquisa, e cuja participação foi decisiva para a finalização do trabalho.

Aos companheiros do Mestrado, especialmente o Frank, o Washington e Wayrone por dividirem suas incertezas, angústias e também alegrias, e pela excelente convivência; Agradeço também aos colegas de mestrado que bem me acolheu.

À Coordenação do Mestrado, na pessoa do professor Cabral, pelo apoio sempre e pela amizade.

Aos professores e professoras do mestrado em especial: O Evandro, Zilda, Fred, Eguimar, Dimas, Scopel e Cabral, pela partilha de conhecimentos, pelo apoio e pelos momentos de vivência que tivemos.

À FAPEG, pela concessão de bolsa que muito contribuiu nessa pesquisa.

Ao Carlos Eduardo pelos trabalhos gráficos e pela amizade.

Aos funcionários dos diversos órgãos de Iporá que percorri em busca de informações e que, com boa vontade, fizeram o que estava ao alcance para me servir. E as diversas pessoas que encontrei ao longo da pesquisa, que de bom grado, se dispuseram a me conceder entrevista.

Aos alunos e colegas e amigos/as da UEG- Campus de Iporá que me apoiaram e me incentivaram na realização dessa pesquisa.

Aos parentes (familiares) que me incentivaram na caminhada dessa pesquisa.

Quando a crítica não é acompanhada pela análise, ela permite a mobilização, mas não a construção.

Milton Santos

Se você é capaz de tremer de indignação a cada vez que se comete uma injustiça no mundo,  
então somos companheiros.

Che Guevara

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta do município de Iporá-Goiás em 1949.....	88
Figura 2 – Morro do Macaco – Cartão postal do município de Iporá.....	94
Figura 3 – Vista parcial do Lago Pôr do Sol (principal cartão postal da cidade).....	95
Figura 4 – Imagem da malha urbana do município de Iporá/GO.....	97
Figura 5 – Casa histórica x casa moderna no município de Iporá/GO.....	98
Figura 6 – Casas conhecidas como modelo de duas águas.....	99
Figura 7 – Setor central: Ruas e avenidas largas e bem arborizadas.....	100
Figura 8 – Centro do município de Iporá.....	101
Figura 9 – Igreja Cristã Evangélica e Igreja Matriz (Católica).....	102
Figura 10 – Margens da avenida perimetral.....	103

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Índice de desenvolvimento demográfico do município de Iporá – Goiás de 1940 a 2010.....	105
Gráfico 2 – Demografia da região de Iporá – Goiás/ Período de 1980 a 2010.....	106
Gráfico 3 – População residente na zona urbana e na zona rural.....	107
Gráfico 4 – Evolução populacional no município de Iporá.....	108
Gráfico 5 – IDHM Geral e classificação de Iporá entre os municípios de Goiás nos 1991, 2000 e 2010.....	130
Gráfico 6 – Domicílios com água tratada.....	131
Gráfico 7 – Crescimento da população goiana por Microrregião.....	136

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – A imagem do Cerrado brasileiro.....	35
Mapa 2 – Viação dos estados brasileiros baseado em dados geográficos.....	49
Mapa 3 – Malha rodoviária goiana.....	51
Mapa 4 – IDH dos estados brasileiros - 1970 à 2000.....	53
Mapa 5 – IDH por estado brasileiro.....	55
Mapa 6 – IDM Municipal - Geral.....	56
Mapa 7 – Densidade populacional do Brasil.....	58
Mapa 8 – Áreas de concentração de urbanização no território brasileiro.....	59
Mapa 9 – Distribuição espacial da indústria brasileira.....	60
Mapa 10 – Produção de soja no Brasil.....	62
Mapa 11 – Produção de soja em Goiás.....	63
Mapa 12 – Distribuição das escolas técnicas federais e universidades federais no Brasil.....	65
Mapa 13 – IDH Municipal - Educação.....	67
Mapa 14 – Porcentagem de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo (ano 2000) .....	68
Mapa 15 – IDH Municipal - Renda.....	69
Mapa 16 – PIB do Brasil.....	71
Mapa 17 – Rota percorrida pelo Anhanguera no território brasileiro.....	79
Mapa 18 – Sertão de Pilões e Rio Claro - Goiás.....	81
Mapa 19 – Distritos diamantíferos de fins do século XVIII - Rio Claro e Pilões - Goiás.....	82
Mapa 20 – Capitania de Goiás: Rota que ligava o Arraial de Pilões à São Paulo e à Vila Boa e Cuiabá.....	84
Mapa 21 – Município de Iporá e os municípios limítrofes em 1950.....	91
Mapa 22 – Área territorial do município de Iporá antes e depois da derrota de Israel de Amorim.....	92
Mapa 23 – Iporá localiza-se na região Oeste de Goiás.....	93
Mapa 24 – Municípios deprimidos.....	112
Mapa 25 – Taxas médias anuais de crescimento por município goiano no período de 1970 a 1996.....	118

Mapa 26 – Regiões de Planejamento.....	121
Mapa 27 – Região Oeste Goiano.....	122
Mapa 28 – Logística de transporte de Goiás.....	125
Mapa 29 – (IDHM GERAL) de Goiás e da Região Oeste Goiano.....	129
Mapa 30 – Localização dos câmpus da UEG.....	154

## LISTA DE QUADRO

Quadro 1 – Conceito de Território.....	25
Quadro 2 – Participação do PIB por região brasileira.....	57
Quadro 3 – Território goiano: Estado e a capitalização do território.....	74
Quadro 4 – PIB de Iporá.....	96
Quadro 5 – Evolução populacional do município de Iporá.....	119
Quadro 6 – IDHM por especificação do município de Iporá.....	131
Quadro 7 – Índice de homicídios.....	132
Quadro 8 – Número de veículos em Iporá-GO.....	133
Quadro 9 – Iporá no <i>Ranking</i> dos Municípios Goianos.....	134
Quadro 10 – Participação dos setores econômicos em 2011.....	137
Quadro 11 – Atuação do IFGoiano.....	155

## LISTA DE SIGLAS

DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito

FAI - Faculdade de Iporá

GO - Goiás

IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDH - Índice de desenvolvimento humano

IDHM - Índice de desenvolvimento humano municipal

IESA - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

IMB - Instituto Mauro Borges

IML - Instituto Médico Legal

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social

IPASGO - Instituto de Assistência dos Servidores Públicos de Goiás

IPASI - Instituto de Previdência e Assistência de Iporá

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MI - Ministério da Integração Nacional

MG - Minas Gerais

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MT - Mato Grosso

NTE - Núcleo de Tecnologia Educacional

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB - Produto interno bruto

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PSF - Programa de saúde a família

SAMU - Serviço de atendimento móvel de urgência

SEGPLAN - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEPIN - Secretaria de Política de Informática (MCTI)

SEPLAN - Secretaria de Planejamento

UEG - Universidade Estadual de Goiás

UF - Unidade da Federação

UFG - Universidade Federal de Goiás

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

UTI - Unidade de terapia intensiva

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>15</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>14</b>
<b>OLHO ATRAVÉS DO ESPELHO. COMUNICO-ME POR MEIO DA FALA .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1.....</b>	<b>23</b>
<b>CONCEITOS E APLICABILIDADES NO COMPASSO DA ASSIMILAÇÃO DO TERRITÓRIO CERRADENSE E DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO BRASIL.....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	
1.1- O Cerrado no contexto da ocupação, uso e apropriação.....	34
1.2 - Rede urbana e divisão territorial do trabalho.....	37
1.3 - Relevância da Gestão e ordenamento territorial na concepção do IPEA.....	40
1.4 - Conjuntura da desigualdade no território brasileiro a partir do entendimento do desenvolvimento técnico/científico.....	45
1.5 - O Estado enquanto viabilizador do desenvolvimento desigual no Brasil.....	72
<b>CAPÍTULO 2.....</b>	<b>76</b>
<b>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL PARA ENTENDER O MUNICÍPIO DE IPORÁ NO CONCERTO DO MUNDO.....</b>	<b>76</b>
<b>CAPÍTULO 3.....</b>	<b>91</b>
<b>CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE IPORÁ .....</b>	<b>91</b>
<b>CAPÍTULO 4.....</b>	<b>110</b>
<b>O MUNICÍPIO DE IPORÁ NA LÓGICA ATUAL DA APROPRIAÇÃO DO CERRADO GOIANO .....</b>	<b>112</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>14139</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>1475</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>14753</b>

## RESUMO

O município de Iporá serviu como campo de estudo nesta pesquisa, pois foi a partir dele que se buscou analisar como Iporá foi colocado no contexto da atual apropriação do Cerrado goiano. O objeto de estudo desta pesquisa consiste na apropriação do território a partir do município de Iporá que, como muitos outros municípios brasileiros, pode ser considerado deprimido em função do baixo dinamismo econômico. Objetivou-se, a partir da compreensão da apropriação do município em questão no Cerrado goiano, elencar os elementos internos que o particulariza e os elementos externos que o relaciona ao estado de Goiás-Brasil-Mundo. Portanto, se fez necessário perceber a dinâmica socioeconômica e as influências das políticas governamentais neste processo de ocupação no Cerrado goiano. Para a realização dessa pesquisa, utilizou-se da abordagem qualitativa e quantitativa, pois a mesma está embasada em uma revisão bibliográfica, de constatação das teorias por meio de atividades de campo. Também foram utilizados as bases cartográficas para possibilitar a espacialização do período evolutivo do município. Foi feito também pesquisa documental. A partir desta pesquisa, averiguou as possíveis justificativas para a pouca atração que Iporá possui para investimentos. Constatou-se que Iporá não é classificado como deprimido, porém, apresenta muitas fragilidades e características de um município deprimido. É também um centro regional, em função de aspectos históricos e pontuais, tais como: a localização, o processo de ocupação territorial, o comércio e a prestação de serviços. Contudo, depende economicamente de uma região composta por pequenos municípios que são fragilizados economicamente e que ainda estão começando a se especializar de forma ainda tímida. É um município que se localiza geograficamente como ponto estratégico de acesso a várias GOs, serve como reserva de mercado, mão de obra, terras e tem sido capturado pela Região Sudoeste em função do agronegócio como também na região metropolitana para os setores econômicos, especialmente o secundário e terciário. Ao considerar estas informações, acreditou-se que este trabalho será de grande valor para a elaboração de um planejamento ao poder público, podendo com isso reverter esta realidade, sendo que ainda servirá como fonte de pesquisa e de registro histórico geográfico.

**Palavras chave:** Desigualdades territoriais; planejamento regional goiano; políticas públicas para o Cerrado goiano; município de Iporá.

## ABSTRACT

The municipality of Iporá served as field of study in this research because it was from him that sought to analyze how Iporá was placed in the context of the current appropriation of Goiás Cerrado. The study object of this research is the appropriation of territory from Iporá municipality that, like many other Brazilian cities, can be considered depressed due to the low economic dynamism. The objective of understanding from the municipal ownership at issue in Goiás Cerrado, list the internal elements that particularized and external elements that relates to the state of Goiás, Brazil-World. Therefore, it was necessary to realize the socio-economic dynamics and the influences of government policies in this occupation process in Goiás Cerrado. To carry out this research, we used qualitative and quantitative approach, because it is based on a literature review, finding the theories through field activities. We also used the cartographic databases to enable the spatial evolution of the municipality period. It was also made documentary research. From this research, examined the possible explanations for the little attraction that has Iporá for investments. It was noted that Iporá is not classified as depressed, however, has many weaknesses and characteristics of a municipality depressed. It is also a regional center, due to historical and specific aspects such as: the location, the process of territorial occupation, trade and service delivery. However, economically dependent on a region composed of small towns that are economically vulnerable and are also beginning to specialize even timidly. It is a municipality that is located geographically and strategic point of access to various GOs, serves as market reserve, labor, land and has been captured by the South West Region according to the agribusiness as well as in the metropolitan area for the economic sectors, especially the secondary and tertiary. When considering this information, it was believed that this work will be of great value to the development of a plan to the government, and this may reverse this reality, and will also serve as a source of research and geographical historical record.

**Key words:** Territorial inequalities; Goiás regional planning; public policies for Goiás Cerrado; municipality of Iporá.

## **OLHO ATRAVÉS DO ESPELHO. COMUNICO-ME POR MEIO DA FALA.**

A fim de compreender e entender o processo de inclusão do município de Iporá na atual apropriação do Cerrado goiano é imprescindível fazer uma delimitação temporal do entendimento referente ao conceito de apropriação. Pesquisadores, como Borges (2000), Almeida (2002), Moraes (2004), Mendonça (2005), Chaveiro (2005), Arrais (2007), dentre outros, asseguram que, a partir da década de 1960, a atual matriz espacial do território goiano procede da modernização, tanto da agricultura como do território.

Salienta-se que esse processo ocorreu de forma irregular e desigual, devido aos interesses do capital, sempre aliado ao Estado, que, por meio das políticas governamentais, direcionava-o. Nesse sentido, a desigualdade territorial passou a ser notória em todo o território goiano, sendo fruto, principalmente, da ação de atender aos interesses externos, que é de priorizar somente as regiões de interesse econômico. Essas regiões citadas coexistem em espaços que podem ser luminosos ou opacos, cuja diferença entre um e outro é dada por Santos e Silveira (2011), quando dizem que os espaços luminosos são distinguidos pela acumulação de técnicas informacionais e os espaços opacos são opostos, ou seja, caracterizam-se pela ausência de técnicas informacionais. Assim sendo esses aspectos cominou ao território de Goiás um desenvolvimento irregular e um complexo formato socioeconômico; que portanto, foram causados pela forma como o capital sempre foi distribuído.

Essa investigação exige uma compreensão do modo pelo qual ocorre o processo de modernização do território, evidenciando os elementos externos e internos envolvidos e como os mesmos estão ou não presentes no município de Iporá. Coloca-se, então, a ligação entre Iporá e o mundo, no qual se dão os pactos de forças, a implementação da infraestrutura e a imponência do capitalismo mundial na apropriação do território goiano (BORGES, 2007).

Ao analisar previamente o município de Iporá no contexto goiano, nas décadas de 1960 e 1970, percebe-se que o mesmo não estava entre os interesses de atuação do capital sobre o território goiano. Este fato pode ser justificado pela ausência da ação do Estado no

município, tendo em vista a não aplicabilidade dos programas de desenvolvimento aplicados em outras regiões, como os municípios de Jataí e Rio Verde.

De acordo com Estevam (2000), tais municípios foram beneficiados, pois obtinham algumas peculiaridades imprescindíveis, tal como: A baixa concentração de moradores na zona rural, facilitando assim a anexação das terras praticamente sem resistência pelos pequenos produtores rurais; a absorção das novidades tecnológicas pelos latifundiários que tinham tradição na atividade agropecuária; a localização geográfica, principalmente os municípios com mais proximidade da região Sudeste do Brasil, região esta que oferece fácil acesso e tem grande mercado consumidor; e também o relevo, pois, sabe-se que as terras planas oferecem boas condições de produção mecanizada.

De acordo com Borges (2007, p. 35), “a relação entre o movimento mecânico e o relevo entra como um componente econômico, pois facilita a ação do trabalho, aumenta a produtividade do mesmo, gera menos custos e, desdobra numa maior rentabilidade fundiária”.

Esta pesquisa aponta que o referido município pode ser considerado como deprimido em vários aspectos, e depende economicamente de uma região em que a economia também é deprimida ou fragilizada, cujos problemas sociais e de âmbito do trabalho se agravam a cada dia em função da captura do Cerrado pelo agronegócio, bem como da reverberação das atividades dos setores secundários e terciários na economia da região metropolitana, relegando Iporá à condição de reserva de mão de obra para atuação, especialmente na região Sudoeste do Estado, porta de entrada e principal representante do agribusiness em Goiás. E, assim, a não inserção do mesmo na dinâmica da modernização do território goiano justifica-se pela sua estrutura espacial que não obedece aos critérios exigidos pelo capital, apresentados por Estevam.

De acordo com dados da SEPLAN (2009), Iporá ocupa a 47<sup>a</sup> posição do *Ranking* dos municípios mais competitivos de Goiás, o qual é classificado na categoria dos municípios que não obtêm condição satisfatória referente às políticas de incentivos tributários, financeiros, infraestrutura tecnológica e riqueza econômica. De modo geral, estes municípios têm sua economia voltada para a agricultura e a pecuária rudimentar, tendo poucos recursos para investimento, além do que, infraestrutura, logística, dinamismo e riqueza econômica são baixos.

### **Caracterização do município/campo de estudo**

O município de Iporá está localizado a 216 km capital do estado; sua área é de aproximadamente 1.026.000 Km<sup>2</sup>. Limita-se com os municípios de Moiporá, Ivolândia, Diorama, Jaupaci, Israelândia, Arenópolis e Amorinópolis. De acordo com IBGE (CENSO, 2010), o município de Iporá tem uma população de 31.274 habitantes. Tem uma economia baseada na pecuária, agricultura e um considerável comércio que se sustenta a partir do consumo interno e através do consumo de parte da população de algumas pequenas cidades vizinhas, como Palestina, Jaupaci, Diorama, Israelândia, Amorinópolis, Arenópolis e outras.

O município de Iporá está situado no Oeste Goiano, e, portanto é parte do dito Cerrado goiano. Ressalta-se que a ocupação do Cerrado goiano acontece com maior intensidade somente no século XX, quando começa a caminhar rumo ao capitalismo, porque, até então, este era ocupado basicamente na sua zona rural e tinha como principais meios de produção a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência.

Destaca se que a Marcha para o Oeste propunha a integração do litoral brasileiro ao sertão, proposta esta que correspondia à política de ocupação do Cerrado goiano e integração nacional de Getúlio Vargas. Também propôs tornar o Cerrado produtivo e, ao mesmo tempo, lucrativo. A partir deste processo de transformação do Cerrado, verifica-se uma expressiva alteração em sua forma socioespacial.

Considera-se que, neste processo, a ocupação das regiões Sul e Sudeste de Goiás ocorreu de forma diferente em relação às demais regiões do Estado, visto que foi dada uma atenção especial - com projetos de desenvolvimento e financiamento produtivo - às regiões Sul e Sudeste. Assim, o município de Iporá apresenta suas particularidades e fatores internos que contribuem em alguns momentos para o retrocesso em seu desenvolvimento e, ainda, tem como agravante fatores externos que dificultam a dinâmica socioeconômica.

### **Pressupostos e objetivos**

Objetiva-se, a partir da compreensão da apropriação do município em questão no Cerrado goiano, elencar os elementos internos que o particularizam e os elementos externos que o relacionam ao Estado de Goiás-Brasil-Mundo. Portanto, é indispensável perceber a dinâmica socioeconômica e as influências das políticas governamentais neste processo de ocupação do Cerrado goiano.

Buscamos dar uma resposta plausível à problemática em que Iporá atualmente aparece no cenário intra e inter-regional do Brasil e de Goiás como uma economia pouco

desenvolvida e esquecida pelos atores hegemônicos e pelos entes federativos (municipal, estadual e federal). Nesse sentido, algumas perguntas referentes à problemática são fundamentais para uma boa reflexão: Que fatores históricos e geográficos têm levado Iporá, um município com um potencial estratégico para agricultura familiar, um município com ponto importante de transporte de *commodities* e com potencialidade turística grandiosa, a ser ignorada pelos gestores públicos da atualidade? A diversidade territorial da microrregião iporaense, localizada no Oeste Goiano, é ignorada nos planos regionais em detrimento da parcela de regiões goianas que permanecem em zonas preferenciais porque são mais vantajosas à iniciativa privada? O município não se encaixa aos moldes do desenvolvimento goiano orquestrado pelas pressões e mandos da hegemonia global?

Considerando os estudos realizados, os conhecimentos adquiridos a partir desta pesquisa, das observações *in loco* e conhecimento empírico, podemos destacar que a economia básica do município de Iporá é fundamentada pela criação de gado bovino leiteiro, que é criado de forma extensiva em função do pouco investimento em tecnologia no manejo de produção. Constatase, também, que a agricultura familiar, que se utiliza do modelo de subsistência em razão da falta de investimentos e de fomento neste setor, é base fundamental de produção local.

O município de Iporá conta com um considerável complexo de comércios, que geram parte da renda local, sendo responsáveis pelo abastecimento de algumas pequenas cidades que se limitam territorialmente com o mesmo. Porém ressalta-se que esse complexo de comércios não se faz suficiente para suprir todas as necessidades da população, sendo necessário recorrer ao comércio de outros lugares, principalmente da capital do Estado de Goiás (Goiânia).

O município de Iporá tem um plano diretor considerado insuficiente por ser falho com relação à realidade local. E o referido município tem um considerável crescimento semi-organizado, contando com uma considerável infraestrutura no perímetro urbano do centro da cidade. Em compensação, os demais bairros carecem de investimentos. Ressalta-se que uma grande quantidade de ruas não são pavimentadas e a cidade, em sua grande parte, não conta com rede de esgoto, mas podemos detectar que quase todas as residências têm acesso à água tratada e à energia elétrica. Também conta com um número considerável de espaços arborizados, tais como praças, lago, ilhas de canteiros centrais e outros.

Contudo, o município carece de infraestrutura e conservação, pois alguns locais, como patrimônios históricos, estão abandonados, as ruas estão esburacadas e o local de

destino do lixo é inadequado. Em relação à saúde, Iporá conta com um bom programa de saúde da família (PSF) e com bom atendimento do Corpo de Bombeiros e do Serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU). Porém, o hospital municipal carece de vagas para atendimento, não tem unidade de tratamento intensivo (UTI) e a população encontra muita dificuldade para fazer exames. A cidade carece de espaços de lazer e de pontos de cultura. Com relação à educação básica ofertada pelo município, pode-se considerar de boa qualidade a razoável se compararmos os dados de Iporá a maioria dos municípios brasileiros; porém a alta taxa de analfabetismo, a infra-estrutura física regular das escolas e as vagas limitadas em núcleos infantis, são fatores que fragiliza a educação iporaense.

### **Justificando a relevância desta pesquisa**

A pesquisa proposta pode ser justificada por dois pontos fundamentais: a relevância social e a relevância científica. No que se refere à relevância social, pode ser justificada pela pretensão de um aprofundado levantamento sobre a dinâmica espacial de Iporá e como a mesma implica na realidade socioeconômica do município, pois acreditamos que, para a proposição de melhorias sociais, é necessário conhecer os invólucros dessa realidade.

No que diz respeito à relevância científica, pode ser justificada pela pretensa contribuição desta pesquisa com a compreensão da questão territorial em Goiás, principalmente no que se refere à realidade de Iporá. Busca-se também, com a mesma, contribuir para superação de uma deficiência teórica relativa ao assunto, já que não há uma discussão geográfica aprofundada sobre o município em questão.

Tendo em vista a localização geográfica e a processualidade de produção do território, entendemos que o assunto é adequado à linha de pesquisa proposta pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Câmpus de Jataí, intitulada: Organização e Gestão do Espaço Rural e Urbano do Cerrado Brasileiro.

É nesse contexto que prepusemos estudar o município de Iporá, buscando desvendar quais os elementos internos e externos que o afastam da realidade dos municípios mais dinâmicos de Goiás. Ao mesmo tempo, caracterizaremos sua própria dinâmica interna, na expectativa de entender sua dinâmica territorial.

Na pesquisa proposta, será feita uma abordagem integrada: Levaremos em consideração que o espaço geográfico, representado pelo território, compreende elementos

estruturais, simbólicos, qualitativos e políticos que concebem a vivência do camponês e sertanejo goiano. Assim, na vivência, na ação e atuação do ser humano, no território e espaço, existem, inseparavelmente, importantes elementos de classe, simbólicos e identitários. Por tal razão, almejamos integrar uma leitura da Fazenda Goiana<sup>1</sup>, elencando a estrutura produtiva, a dimensão cultural e vice-versa.

Partindo desta concepção, acredita-se que a análise da territorialização da Fazenda Goiana, enquanto estrutura, poderá revelar dados explicativos e formadores do arranjo territorial de Goiás. Essa probabilidade lógica e dialética cobra uma laboração precisa do processo metodológico.

### **Procedimentos metodológicos**

Esta pesquisa pode ser classificada como exploratória, descritiva e explicativa. É exploratória porque buscou apresentar dados e situação prática, vivenciada na vida real, e ainda esclarecer conceitos e fatos históricos geográficos, proporcionando uma visão geral de fatos pontuais. É descritiva porque procurou descrever fatos e características, especialmente da população de Iporá. É explicativa porque procurou aprofundar o conhecimento da realidade quanto ao uso e apropriação do município de Iporá no Cerrado goiano, buscando, também, explicar o porquê das coisas e identificar os fatos e acontecimentos que influenciam na condição atual de Iporá.

Para a pesquisa proposta, recorreremos a uma abordagem qualitativa e quantitativa. Inicialmente, foi feito um levantamento da revisão bibliográfica, o que permitiu a realização da fundamentação teórica para a análise dos fatores externos e internos que compõem o município de Iporá, ao evidenciar sua particularidade e sua ligação com Goiás e o mundo. Também um referencial teórico imprescindível à pesquisa proposta é a fonte oral, como forma de oferecer voz e perceber as analogias e relações de alteridade e as representações elaboradas pelos indivíduos e sujeitos que de certa forma vivem a realidade do município em questão. Nesse contexto, realizamos entrevistas semiestruturadas com quinze pessoas, na tentativa de demonstrar nos relatos as feições e aspectos que os mesmos levam do lugar. Ainda no contexto da oralidade, realizamos entrevistas sobre esse assunto com pesquisadores, professores, historiadores, comerciantes, moradores e gestores públicos de Iporá. Com isso,

---

<sup>1</sup>Fazenda Goiana - Ver em "A fazenda goiana: Matriz espacial do território e do mundo sertanejo em Goiás" com Borges (2011) em <http://www.cadernoterritorial.com/news/a-fazenda-goiana-matriz-espacial-do-territorio-e-do-mundo-sertanejo-em-goias-julio-cesar-pereira-borges/>

procurou-se respaldar e abastecer a pesquisa com seus conhecimentos e compreensões quanto à temática em questão. Recorremos à pesquisa documental, que se constituiu de relevante importância para o presente estudo, com o intuito de complementar informações teóricas e históricas, e, ainda, desvelar aspectos pertinentes ao tema estudado.

As fontes quantitativas foram igualmente de grande relevância, pois as mesmas permitem, por meio de leituras associadas com o teórico, o entendimento de determinados fatos distinguidos. Também utilizamos as ferramentas cartográficas, que tiveram grande magnitude para o entendimento desta pesquisa, pois oferecem condições de realizar uma leitura de representação do espaço organizado e de localização.

### **A pesquisa e as categorias geográficas**

Esta pesquisa perpassa especialmente por três categorias geográficas, que são: o lugar, a região e o território. O lugar é associado ao espaço cheio de significados que são resultados também das leituras que os indivíduos fazem da ação do global no local. O território é compreendido como espaço de relações de luta, de poder e de posse das coisas materiais e imateriais. E, por fim, a região, como espaço intermediário entre o local e o global, no qual o local sofre ação do global, mas o local também altera, em sua pequenez, o global; a região não é estática, está em movimento, por isso, a região e sua regionalização transcendem aos limites territoriais, pois mudam rapidamente e exigem que façamos uma leitura mais atenta aos elementos da atualidade, não se ligando muito a fatores históricos, mas aos fluxos e aos fixos, às mudanças estruturais na paisagem, à falta de ações nos objetos espaciais e à falta da técnica (modernidade), elementos que inviabilizam o atraso econômico. Correlacionamos também essa pesquisa com importantes discussões teóricas, que muito serviram como embasamento para fundamentar e interpretar fatos e questões abordadas nessa pesquisa. Dentre os autores que nos serviram de base, destacamos: Arrais (2007, 2010, 2013), Barreira (1997), Benko (2002), Borges (2000), Carlos (2007), Castells (1999), Cavalcanti (2001), Chaveiro (2004, 2005, 2009, 2010), Claval (1999), Estevam (2004), Gomis (1998), Lefebvre (2001), Mendonça (2005), Moreira (2013), Santos (1985, 1986, 1988, 1997, 2000, 2006), Silveira (2012) e outros.

## **Apresentação dos dados e disposição textual**

Optamos nessa pesquisa por, inicialmente, fazer uma discussão preliminar, a fim de brevemente caracterizar o campo de estudo, apresentar os objetivos, a justificativa, os procedimentos metodológicos e a categoria geográfica pesquisada. Sequencialmente, subdividimos a referida pesquisa em quatro capítulos, sendo que, no primeiro capítulo, buscou-se discutir os conceitos, aplicabilidades e a concepção do desenvolvimento regional desigual. Para tanto, foi necessário conceituar o uso, ocupação e apropriação do Cerrado; apresentou-se ainda a relação entre rede urbana e a divisão territorial do trabalho, e a relevância da gestão e do ordenamento territorial. Também foi realizada uma reflexão a partir do desenvolvimento técnico/científico, que em diversas obras já foi muito discutido por Milton Santos. Já no segundo capítulo, fizemos uma contextualização histórico espacial para entender o município de Iporá e buscamos os pressupostos teóricos que justificam as tramas e o surgimento do referido município. No terceiro capítulo, foram realizadas a caracterização do município de Iporá e a sua localização cartográfica, por meio das quais se pode perceber que o mesmo está localizado em uma região economicamente fragilizada e que anseia por investimentos públicos e particulares. No quarto capítulo, ainda versamos o município de Iporá a partir da lógica de apropriação do Cerrado, segundo a qual pode-se perceber que as desigualdades regionais refletem diretamente nas condições econômicas de cada município e que os agentes internos e externos são também os principais responsáveis pela atual condição econômica e social do município em questão.

Esperamos, com a pesquisa proposta, compreender a dinâmica espacial do município de Iporá, elencando os elementos internos e externos que expliquem o fato de o mesmo não ser um atrativo de investimentos. Esse fato permite-nos, no futuro, apresentar um planejamento ao poder público que reverta tal realidade.

## CAPÍTULO 1

### CONCEITOS E APLICABILIDADES NO COMPASSO DA ASSIMILAÇÃO DO TERRITÓRIO CERRADENSE E DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL DO BRASIL

Embasados na compreensão do espaço geográfico e das categorias compostas pelo espaço, região, território, lugar e rede é que buscamos aporte teórico para compreender, de forma didática e dialética, o conceito de conserto do mundo, abordado principalmente nas concepções teóricas de Milton Santos e muito discutido a partir de sua compreensão teórica quanto às redes.

Para entender o significado de espaço foi relevante o embasamento teórico obtido através das reflexões e discussões feitas por Santos (1999) em seu livro “Por uma Geografia Nova”, Santos (1986) em “O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo” e Santos (2006) em “A Natureza do Espaço” que nos remete a idéia de que “o espaço é formado por fluxos e por rugosidades, considerados de maneira inseparável” (SANTOS, 2006). O autor considera que o espaço se forma a partir do homem local; homem este que elabora técnicas e invenções em contato direto com a natureza. Porém, de acordo com Santos (1993), “o surgimento do sistema capitalista acarretou um aprofundamento da divisão social e também geográfica do trabalho, que separou o homem dos meios de produção (...)”. As relações sociais, de produção e do homem com a natureza sofrem impactos diretos, acarretando profundas transformações. Assim:

Ele deixa de ser o homem “local” para se tornar um “homem mundial” (homem este ligado na história do mundo). A escala local não é mais a das decisões que o afetam. Os espaços aparecem cada vez mais como se diferenciando por sua carga de capital, pelo produto que criam, pelo lucro que engendram e, em última análise, por seu desigual poder de atrair o capital. Tal como o homem, o espaço se tornou mundial (SANTOS, 1993, p.9).

O espaço pode ser entendido como variedade de influências superpostas, em âmbito mundial, regional e local. De modo que o espaço, para Santos (1978, p.122), “é um verdadeiro campo de forças, cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução

espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares”. Santos leva-nos a compreender que o espaço é consequência dos processos sociais e deve ser considerado como totalidade, pois é advento dos processos e relações do presente e do passado. De acordo com Santos (apud SAQUET e SILVA 2008, p.10),

[...] a totalidade corresponde às condições da evolução capitalista, exibida pelas estatísticas da produção e do comércio, mostrada pelas discussões em todos os níveis e pelos mais diversos meios de difusão e aspectos sociais, assim como as desigualdades geradas pelo próprio sistema capitalista.

De acordo com Santos (1993), “o espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas”. Socialmente, é que se constitui o espaço com suas funções e formas; e este é o lugar de vida e morada dos seres humanos, que exige reorganização constantemente. E Santos (apud TAVARES e SILVA, 2011), diz que “o espaço real, total, não se organiza fora de seu assentamento geográfico, cuja fisionomia e fisiologia mudam a cada dia. Não se realiza, tampouco, fora dos fluxos de toda a natureza que nele vêm se chocar e se deformar ao contato das influências e fluxos locais”. Então, pode-se dizer que o espaço é um conjunto de fixos e fluxos que pode ser compreendido como um indissociável e complexo sistema, tanto de ações como de objetos. Assim, a organização do espaço é de caráter histórico e compreende a totalidade da vida social em todos os aspectos. pois, de acordo com Santos (1979, p.10), o espaço reproduz

[...] a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influência na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

De tal modo, entende-se que as transformações sociais realizadas pelos homens correspondem e oferecem aporte ao que vem a ser o espaço, tornando-o um produto e condição da dinâmica socioespacial que se organiza socialmente, de acordo com as necessidades e interesses de cada organização ou grupo (SANTOS, 1979). Portanto, o espaço resulta das forças e relações de produção e também dos interesses e necessidades de distribuição e circulação. E, partindo da compreensão de Saquet e Silva (2008, p.16),

O espaço contém o território modelado, configurado; o território corresponde aos complexos naturais e às construções/obras feitas pelo homem: estradas, plantações, fábricas, casas, cidades. O território é construído historicamente, cada vez mais, como negação da natureza natural. A materialidade do território é, assim, definida

por objetos que têm uma gênese técnica e social, juntamente com um conteúdo técnico e social. Objetos organizados em sistemas e com influência direta no uso do território. Este é usado, reorganizado, configurado, normatizado, racionalizado. Há porções de territórios com objetos e ações, normas (técnicas, políticas e jurídicas), ritmos, heterogeneidades, agentes. São parcelas territoriais formadas no espaço [...].

Deste modo, o território pode ser entendido como um recorte do espaço e, semelhantemente ao espaço, a constituição do território advém de construção histórica, representada pela negação do meio natural, onde fica demonstrada, em sua constituição, a presença tanto dos agentes naturais como dos culturais aqui representados pela ação do homem. E, de forma bem evidente, o território coloca-se como o campo do desenvolvimento do capital, é espaço de uso, dominado e controlado pelos agentes do capital via divisão social do trabalho.

Assim, o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo. [...] O território não se apresenta como forma definitiva e organizada do espaço, porém, há sinais que permitem acreditar que o território corresponde ao palco onde se realizam as atividades criadas a partir da herança cultural do povo que o ocupa; é também uma fração do espaço local articulada ao mundial. (SAQUET E SILVA, 2008, p. 8 e14)

Diversos pesquisadores, principalmente os mais recentes, têm assegurado que os conceitos de território e redes são clássicos na Geografia, e que o território está intimamente ligado ao conceito de rede. “No campo econômico, por exemplo, as corporações se articulam em redes cada vez mais integradas para exercer o controle sobre territórios” (BRAGA, 2010). O referido pesquisador ainda sistematiza conceitos de outros autores, como pode ser observado no quadro seguir:

**Quadro 1 – Conceito de Território**

Marcelo Lopes de Souza (2001)	Entende o território como “espaço das relações de poder”, onde as relações sociais são projetadas no espaço. O território é, para o autor, um espaço delimitado pelas relações de poder.
Claude Raffestin (1993)	O território é a “apropriação concreta ou abstrata do espaço por um ator sintagmático”. O território para o autor francês é um espaço político de um ou mais atores mediatizados pelas relações de poder.

Paul Claval (1999)	Identifica três eixos na análise do território. Um eixo é o do poder, com ênfase no Estado-Nação (apropriação do espaço por um grupo). Pertencem a este eixo igualmente a questão da soberania e do controle do Estado colocados por Jean Gottman e as várias escalas da territorialidade de Robert Sack. Outro eixo é a da realidade social, onde entra a questão da naturalização do território e a abordagem crítica e marxista do espaço (território). O terceiro eixo diz respeito aos símbolos e à representação, ou seja, a dimensão simbólica do território, entendido como espaço vivido.
Robert Sack (1986)	Território implica “controle do acesso”: “[os territórios] são formas socialmente construídas de relações sociais e seus efeitos dependem de quem controla quem e com que propósitos”. Nesta perspectiva, o território é um tipo de lugar.
Milton Santos (1999)	[...] Essa idéia de território usado, a meu ver, pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo. [...] Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. [...] O território usado é o chão mais a identidade. O território representa união, o “lôcus do acontecer da sociedade”.

FONTE: Oliveira (2014) adaptado de Souza (2001) - Raffestin (1993) - Claval (1999) - Sack (1986) - Santos (apud Braga, 2010).

Verificamos no quadro acima que Souza (2001) entende o espaço pelas relações de poder e relações sociais. O que não difere com entendimento de território feito por Raffestin (1993), que afirma que o mesmo é um espaço político intercedido pelas relações de poder; já Claval (1999) coloca o território como material simbólico relativo à identidade e pertencimento; Sack (1986) propõe o território construído a partir das relações sociais, relativando o mesmo ao lugar; e Santos (1999) apresenta a idéia de território usado, equiparando-o ao chão e à identidade, sendo esse conceito tão amplo, como se englobasse em si todos os conceitos apresentados acima. Complementa ainda Borges (2013, p.83) que a “(...)

distinção do território parte sempre da existência, pois são os sujeitos que o constroem por meio de ações”. Portanto, um indivíduo age sempre de forma interligada a tudo que o cerca e a que se pode relacionar.

É nesse contexto que inserimos o conceito de rede, que vem para interligar os atores sociais, políticos e econômicos do lugar, do território local e global, e, de forma geral, do espaço geográfico. O conceito de rede não é recente e nem atual; porém, ressalta-se que, atualmente, a intensidade das reflexões, conceituações e discussões quanto à rede tomaram maiores proporções. Para Braga (2010, p.4),

As redes podem ser materiais ou imateriais. As primeiras seriam compostas de pessoas, mercadorias, matérias-primas. As segundas estão relacionadas aos fluxos de informações e/ou ordens. Ao mesmo tempo em que a rede faz parte do espaço e serve de suporte a este (SANTANA, 2004), a rede faz parte e serve de suporte ao circuito espacial de produção (RAMALHO & CATAIA, 2004). [...] É interessante destacar uma revisita à obra de Miossec, feita por Miguel Ângelo Campos Ribeiro (2001). Segundo ele, o geógrafo francês Miossec, em sua obra de 1976 (*La localisation des forces de décision dans le monde: esquisse de géographie politique théorique*) destaca três tipos de redes geográficas (interdependentes entre si e superpostas): a) Rede de distribuição: voltada para a distribuição de bens e serviços, foi calcada na teoria das localidades centrais de Walter Christaller (1933). São determinados centros com funções centrais aptas para a distribuição de bens e serviços. b). Rede de produção: composta de fluxos de matérias-primas, bens intermediários e/ou produtos finais. Está relacionada aos lugares com vantagens de produção visando atender à demanda de necessidades humanas e divisão do trabalho. c) Rede de gestão ou decisão: papel gestor desenvolvido pelo Estado ou pelo setor privado (empresas), formando redes estratégicas onde circulam informações e ordens.

A citação acima deixa evidente as diversas caracterizações para o conceito de rede; o que se pode observar é que a rede pode ser representada pelas relações dinâmicas que alteram constantemente os fixos e os fluxos, podendo, portanto, serem facilmente identificadas através das interações espaciais, pois a rede pode ser entendida como espaço móvel e integrado, capaz de ser material ou imaterial. Moreira (2007, p. 57) já afirmava que, em 1970:

[...] não se pode mais desconhecer a relação em rede, que então surge, articula os diferentes lugares e age como a forma nova de organização geográfica das sociedades, montando a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado.

Partindo da compressão de rede apresentada por Ruy Moreira, podemos dizer que a rede tem a função de organizar o espaço, permitindo idealizar o caráter dinâmico e móvel do território, conectando-o ao espaço em escala local, nacional e mundial. Nesse sentido, pode-

se dizer que as economias locais e regionais devem ser pensadas e adequadas na perspectiva global, pois, para Busato e Pinto (2005), as empresas multinacionais representam os verdadeiros agentes da economia mundial. E Benko (2002) afirma que “a mundialização é a globalização ou a articulação ampliada dos territórios locais com a economia mundial”. De fato, essa afirmação se confirma na medida em que a dimensão econômica das empresas multinacionais (grandes corporações) atua nos chamados territórios-redes, promovendo ao mesmo tempo desterritorializações e territorializações.

A relação entre rede e território é discutida por Haesbaert (apud BRAGA, 2010, p.9), que afirma ter três abordagens teóricas sobre a rede-território, que são:

[...] uma que subordina a rede ao território (como em muitas abordagens da Geografia Tradicional); outra que dicotomiza território e rede (como o faz Bertrand Badie) e uma outra que percebe o território e rede juntos (posição de Rogério Haesbaert). O território aparece como movimento que se repete e territorializar-se “significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referenciais simbólicos num espaço em movimento, no e pelo movimento.

De forma mais definida, as redes estão em plena conexão com o território e cumprem a função de controlar os fluxos; pode-se dizer mais resumidamente, que as redes são as conexões entre os lugares. A relação entre rede-território-espaço-lugar oferece-nos a interpretação de que “(...) podemos ter uma variável global com uma ação local, uma variável distante com uma ação local (...) (SANTOS, 2006). A compreensão de rede, de acordo com Tavares e Silva (2011, p.145),

[...] parte da análise do tempo, das massas e dos fluxos. As massas constituem a materialidade das redes, ou seja, a sua forma concreta de existência, definindo-se a partir das diversas atividades econômicas e através da estrutura, do consumo e da produtividade, bem como por meio dos transportes e das comunicações, isto é, a partir das “diferentes redes (rodoviária, ferroviária, marítima, fluvial etc.), sua frequência (mercados e pessoas), suas instalações e sua utilização” (SANTOS, 1978, p. 92); já os fluxos, por sua vez, relacionam-se ao movimento no espaço de pessoas, mercadorias, ordens, capitais, em suma, tudo aquilo que dá vida e que anima o espaço.

Desta forma, compreende-se que as redes são compostas por pessoas, pelas atividades econômicas, por mercados, e ainda se compõem por objetos e ações. Para Moreira (2007, p.56),

Neste início de século, uma realidade nova, apoiada não mais nas formas antigas de relações do homem com o espaço e a natureza, mas nas que exprimem os conteúdos novos do mundo globalizado, traz consigo uma enorme renovação nas formas de

organização geográfica da sociedade. Diante dessa nova realidade, conceitos velhos aparecem sob forma nova e conceitos novos aparecem renovando conceitos velhos. A rede global é a forma nova do espaço. É a fluidez – indicativa do efeito das reestruturações sobre as fronteiras – a sua principal característica. [...] Os espaços são globalizados em menos de um século sob um só modo de produção, que unifica os mercados e os valores, suprime a identidade cultural das antigas civilizações e traz com a uniformidade técnica uma desarrumação socioambiental em escala inusitada.

Essa nova realidade de um mundo globalizado promove uma arrumação do espaço mundial em rede. Pelo que se vê, as influências econômicas e a lógica do capitalismo são quem mais ditam as regras nesse rearranjo espacial. Assim, surgem novos modelos de produção e de organização do espaço, a fim de atender as necessidades e regras mundiais impostas à sociedade, em que ocorre a unificação de mercados e valores, capazes de suprimir a identidade cultural de um povo. Ruy Moreira (2007, p.57) salienta ainda que,

[...] A organização espacial da sociedade é a sua organização regional e ler a sociedade é conhecer suas regionalidades [...]. Com o desenvolvimento dos meios de transferência (transporte, comunicações e transmissão de energia), característica essencial da organização espacial da sociedade moderna – uma sociedade umbilicalmente ligada à evolução da técnica, à aceleração das interligações e movimentação das pessoas, objetos e capitais sobre os territórios –, tem lugar a mudança, associada à rapidez do aumento da densidade e da escala da circulação. Esta é a origem da sociedade em rede.

Como se vê, a rede não pode ser considerada um fenômeno novo, porque esses processos que se caracteriza como rede vem ocorrendo historicamente ao longo do tempo e, obviamente, de forma mais acelerada a partir da metade do século XX pra cá. O espaço vem sendo modificado e reorganizando através das influências diretas do desenvolvimento de fatores estruturantes, como energia, comunicação e transportes, viabilizando, assim, a comunicação, a locomoção, tanto de pessoas como da produção comercial:

A característica da sociedade em rede é a mobilidade territorial. E o desenvolvimento da rede de circulação inicia-se num movimento de desterritorialização de homens, de produtos e de objetos, que ocorre em paralelo à evolução das cidades e das redes, periodizando o processo da montagem e do desmonte do recorte da superfície terrestre em regiões, e cuja referência à época é a reterritorialização dos cultivares [...]. O eixo reitor desse rearranjo é o desenvolvimento da divisão internacional do trabalho e das trocas, em função de cujos propósitos os pedaços do espaço terrestre vão se regionalizando por produto. [...] o movimento de regionalização da produção e das trocas dessas culturas introduz a relação em rede, dissolvendo as fronteiras das regiões formadas pelas migrações dos cultivares, fechando um ciclo e inaugurando uma nova fase de organização mundial dos espaços. Até que o mundo é recriado na escala globalizada, formada por uma rede de conexões territoriais intensamente mais fortes. O tecido espacial se torna ao mesmo tempo uno e diferenciado em uma só escala planetária (MOREIRA, 2007, p.58 e 59).

A rede é advinda das relações sociais, humanas e culturais, das relações comerciais e de interesses do mercado. As relações em rede viabilizam um espaço fluído, onde as pessoas e as mercadorias circulam com mais facilidade, pois a rede extingue muitas barreiras. Nesse contexto, o espaço terrestre se regionaliza e coloca a cidade como meio fundamental de integração dos lugares. De acordo com Moreira (2007), "é então que as cidades se convertem em nós de uma trama. Diante de um espaço transformado numa grande rede de nodosidade, a cidade vira um ponto fundamental da tarefa do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede." Cada ator deve ocupar um lugar, a fim de marcar presença espacial e interligar como ponto referencial nessa rede. Para Moreira (2007, p.60),

"Ocupar um lugar no espaço" tornou-se, assim, o termo forte na nova espacialidade. Expressão que indica a principalidade, que na estrutura do espaço vai significar estar em rede. Fruto da rede, o lugar é o ponto de referência da inclusão-exclusão dos entes na trama da nodosidade. Mas o que é o lugar? Podemos compreendê-lo por dupla forma de entendimento. O lugar como o ponto da rede formada pela conjugação da horizontalidade e da verticalidade, do conceito de Milton Santos (1996), e o lugar como espaço vivido e clarificado pela relação de pertencimento, do conceito de Yi-Fu Tuan (1983). Para Milton Santos (1996), o lugar, que a rede organiza em sua ação arrumadora do território, é um agregado de relações ao mesmo tempo internas e externas. Atuam aqui a contiguidade e a nodosidade. A contiguidade é o plano que integra as relações internas numa única unidade de espaço. É a horizontalidade. A nodosidade é o plano que integra as relações externas com as relações internas da contiguidade. É a verticalidade. Cada ponto local da superfície terrestre será o resultado desse encontro entrecruzado de horizontalidade e de verticalidade. E é isso o lugar. O pressuposto é a rede global.

Partindo da conceituação do lugar, percebe-se que o lugar é onde acontecem a vivência e também as relações; é no lugar que se criam ou fabricam os produtos e também as coisas. É o lugar o responsável por integrar o espaço que se organiza em rede. Portanto, cada ponto da rede ou cada lugar é diferente entre si e, como diz Santos (apud MOREIRA, 2007, p.60), é o lugar que existe, e não o mundo, de vez que as coisas e as relações do mundo se organizam no lugar, mundializando o lugar e não o mundo. E, nessa trama, Moreira (2007) afirma que "(...) lugares ou segmentos de classes inteiros podem ser incluídos, ou, ao contrário, excluídos, dos arranjos espaciais, a depender de como os interesses se aliam e organizem o acesso do lugar às informações da rede". Como se vê, o lugar precisa ser incluído e ocupar estrategicamente uma posição no espaço, pois é através do lugar que as pessoas se interligam aos diversos acontecimentos e realizações ocorridos no mundo. No plano econômico e político, o lugar tem importante função, pois é através dele que as pessoas e os lugares se fazem globais, pois "o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo,

senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares" (SANTOS, 1993). O lugar está diretamente ligado e ou se relaciona com o espaço e com o território, ou melhor, o lugar é um fragmento do território que compõe o espaço. Santos (1993, p.3) diz:

Quanto ao espaço, ele também se adapta à nova era. Atualizar-se é sinônimo de adotar os componentes que fazem de uma determinada fração do território do território o lócus de atividades de produção e de troca de alto nível e por isso consideradas mundiais. Esses lugares são espaços hegemônicos em que se instalam as forças que regulam a ação em outros lugares.

As relações e atividades ocorridas no lugar podem sofrer influências e ações diretas das esferas globais, como também podem provocar alterações, mesmo com sua pequenez, em muitos casos; claro que tudo depende da dinâmica produtiva do local e dos interesses tidos como hegemônicos. Os principais atores hegemônicos globais são aqueles que ocupam lugar estratégico no plano econômico e territorial, e que conseguem se interligar em redes, tornando as coisas mais fluídas e dinâmicas. Por vez, os atores hegemônicos mundializam-se no espaço e são capazes de dominar, alienar, influenciar e até explorar; até parece que tudo e todos vivem em função da produção, da competitividade e da fluidez. De acordo com Santos (1993, p.4),

[...] Assim se instalam, ao mesmo tempo, não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas também as condições para a maior alienação possível, para todos. Através do espaço, a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e aleija. [...] Nesses espaços da racionalidade, o mercado torna-se tirânico e o Estado tende a ser impotente. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Por isso, também, o Estado deve ser enfraquecido, para deixar o campo livre (e desimpedido) à ação soberana do mercado. Não é à toa que as palavras de ordem do presente período são a fluidez e a competitividade, estimuladas de fora das sociedades implicadas e instaladas pela sedução das teorias ou pela violência da moeda. A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro (ainda que a das mercadorias possa ficar para depois), suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico (transformação dos "ejidos" no México, ou dos latifúndios no Brasil, ambos condenados pelas grandes organizações mundiais financeiras).

As condições da mundialização imposta pela globalização ao lugar são muito rígidas, beneficiando sempre o lucro. E, nessa perspectiva, os mais fortes, detentores de poder, sempre exploram os mais fracos, principalmente os mais fragilizados financeiramente. Os fluxos hegemônicos ocorrem sempre de forma a atender o mercado, tornando mais fluída e

dinâmica qualquer coisa que seja de seus interesses. Nessa dinâmica, o mundo fica mais conflitante, mais unificado e menos unido, pois

Hoje o que é federativo ao nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais desígnios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói. [...] A dimensão fragmentada é a tribo – união de homens por suas semelhanças – e o lugar, união dos homens pela cooperação na diferença. A grande revolta se dá através do espaço, do lugar, ali onde a tribo descobre que não é isolada, nem pode estar só. [...] O espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar. Os velhos cimentos tornam-se novos cimentos: línguas, religiões, culturas, modos de contemplar a Natureza, o Universo, modos de se ver e de ver os outros (SANTOS, 1993, p.6 e 7).

Como se vê, a dominação e competição têm sido consideradas mais relevantes do que a liberdade e cooperação para a vida humana; o referido evento se justifica no agrado aos interesses do capital e em função da globalização. Nesse contexto, as pessoas, o lugar se globalizam na busca do ter mais e numa condição muito desumanizada. Organizar-se em rede é quase que uma necessidade, até por condição de existência; os grupos se organizam de formas diferentes e variadas: em suas tribos, buscam se fortalecer nas semelhanças; alguns resistem às influências globais a partir de sua identidade cultural, o que não é praxe, pois quase sempre acabam sofrendo diversas transformações.

Nesse contexto, a globalização e o lugar obtêm um intenso complexo de relações, pois a globalização se evidencia nas categorias de análises geográficas do espaço, do tempo e a partir de conceitos como do mercado mundial, do lugar e no conceito de nação. E é justamente no lugar, local de relações sociais e vivência que se observa o cruel e mísero lado excludente da globalização, principalmente dos lugares situados em áreas mais pobres financeiramente. Por tanto "(...) a globalização é fragmentação ao expressar no lugar os particularismos étnicos, nacionais, religiosos e os excluídos dos processos econômicos com objetivo de acumulação de riqueza ou de fomentar o conflito" Ribeiro (2001). Dialeticamente, convergem e convivem o lugar com o global, ou seja, de acordo Santos (1996, p.273), que diz que "cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local (...)". Pois é "no lugar que a cultura vai ganhar sua dimensão simbólica e material, combinando matrizes globais, nacionais, regionais e locais" (RIBEIRO, 2002).

Partindo dessas concepções, surgem algumas plausíveis conclusões, como: não são todos os lugares que estão globalizados; mas é o lugar o responsável pelas relações; é no

lugar que se viabilizam as possibilidades de mundialização. Porém, como já dizia Santos (1993), "quem se globaliza mesmo são as pessoas". E de acordo com Santos (1996, p.271),

Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. [...] O Mundo, porém, é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares [...] Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o 'Mundo' necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o 'Mundo' escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o Mundo depende das virtualidades do Lugar.

A globalização não atinge todos os lugares de forma uniforme ou padronizada, ou seja, cada lugar vai se mundializando de acordo com suas possibilidades e potencialidades e as forças produtivas vão ocupando e atingindo os lugares e as pessoas de acordo com as necessidades e interesses, principalmente do capital financeiro. Saquet e Silva (2008, p.12) aprofundam essa discussão baseando-se na concepção de Milton Santos para dizer que:

[...] o espaço é o resultado do desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das necessidades de circulação e distribuição. As regiões e os lugares não dispõem de autonomia, porém, sendo funcionais na totalidade espacial, influenciam no desenvolvimento do país; já a urbanização é resultado de tais processos historicamente determinados como localização geográfica seletiva das forças produtivas e das instâncias sociais.

Como se vê, os lugares - se estiverem na condição de funcionais - influenciam no desenvolvimento de um país. Uma cidade pode muito bem, por meio das relações conectivas de uma rede, influenciar e ser influenciada pelas relações de poderes econômicos ocorridas no mundo. Nesse contexto, o lugar pode influenciar no desenvolvimento de um país ou em outros espaços territoriais. Santos (1999), para caracterizar e diferenciar os espaços de acordo com a suas condições funcionais, chama esses de espaços luminosos ou opacos. Ressalta-se que os espaços funcionais podem ser considerados como espaços inteligentes ou espaços luminosos na medida em que aglomeram densidades informacionais e técnicas; são espaços propícios a contratação de capital, tecnologia e infraestrutura organizacional. Já os espaços desprovidos de políticas públicas e sociais, com ausência de modernização e que apresentam cenário de exclusão social, com uma população em condições de marginalização, podem ser considerados como espaços opacos.

### 1.1- O Cerrado no contexto da ocupação, uso e apropriação

Entender, mesmo que de forma básica, o conceito de Cerrado é importante para situar o município de Iporá na dinâmica da ocupação do Cerrado goiano. Partindo então desta indigência, recorreremos a Freitas e Chaveiro (2011, p.2), que dizem:

[...] um bioma pode ser caracterizado por um conjunto de ecossistemas. Por isso, definir o Cerrado como um ecossistema apenas não seria correto, afinal dentro do cerrado existem vários ecossistemas que muitas vezes sobrepõe-se uns aos outros, mas são singulares.

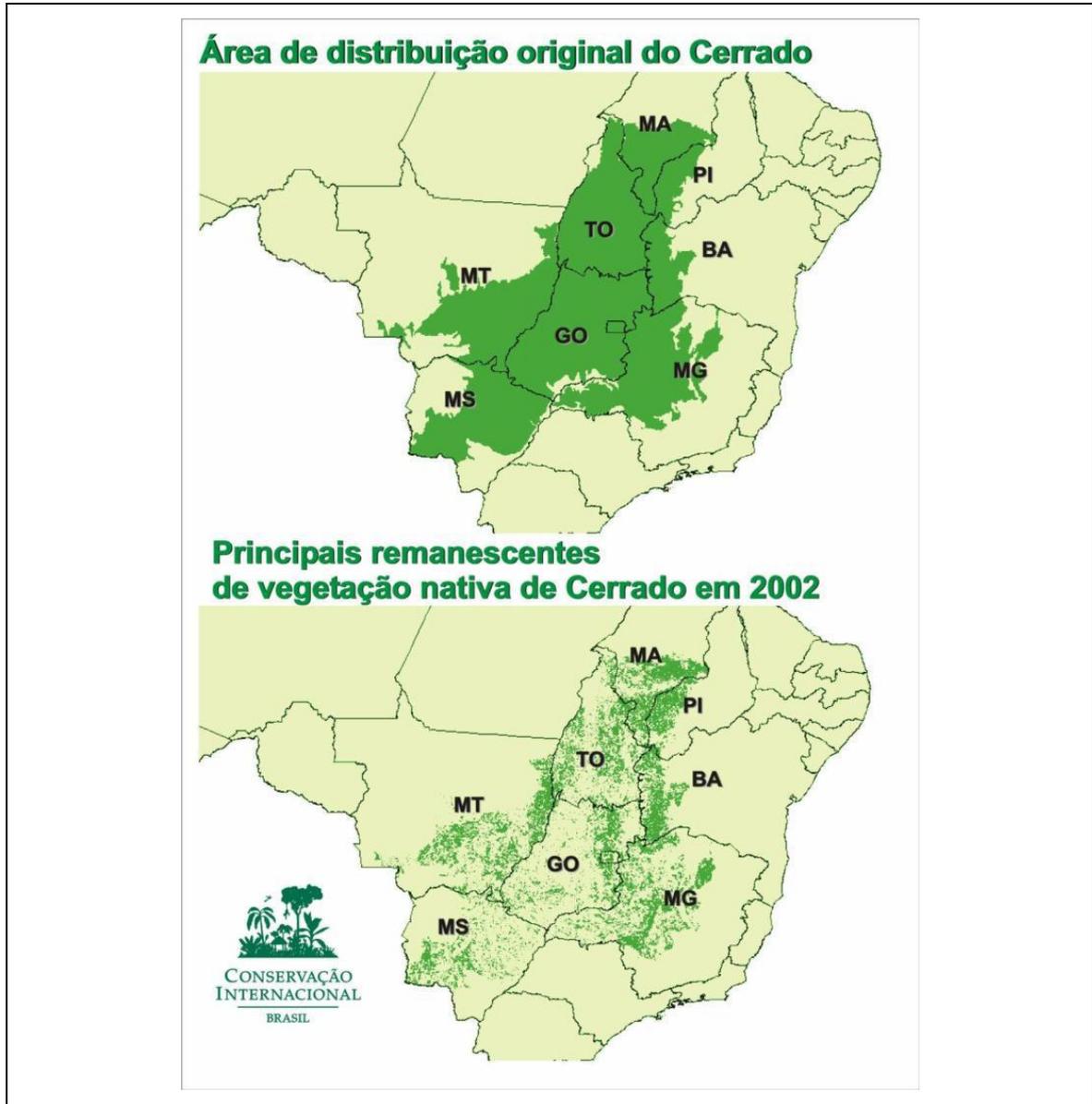
Assim, podemos dizer que a definição de um bioma é bastante complexa e há muito tempo vem gerando constantes debates e divergências quanto à sua definição. Mas há um entendimento que para definição de um bioma seria necessário considerar o tamanho da dimensão territorial, além de vários outros fatores, como clima, solo, vegetação e outros. Este entendimento leva-nos a compreender que como o Cerrado não é nada uniforme, o mesmo é, então, um complexo de biomas.

Para facilitar o entendimento e melhor caracterizar o Cerrado, Freitas e Chaveiro (2011) propõem que o mais indicado é trabalhar com o conceito de domínio. Assim, Castilho e Chaveiro ( apud FREITAS e CHAVEIRO, 2011, p.4) conceituam o domínio de Cerrado como:

[...] o Cerrado, além de Bioma, é também ecossistema. E pode ser considerado também como *Domínio*. No espaço onde há predominância do Cerrado, chamamos esse Domínio de Cerrado. Mas não se pode confundir esse termo com Bioma. Isso pode ser resolvido da seguinte maneira: no Domínio do Cerrado, o Bioma predominante é o Cerrado, mas também pode haver ecossistemas típicos de outros biomas. Então, Bioma é mais específico, refere-se de fato ao Cerrado. Domínio tem caráter mais dimensional; de localidade.

Portanto, partindo desta relação entre domínio e localidade, podemos aprofundar nas condições que se encontram, atualmente, o Cerrado, que tem se tornado extinto em decorrência de várias razões, sendo que a principal delas dá-se em razão da modernização, que é advento da expansão e do modo de produção capitalista. Essa realidade pode ser vista no mapa a seguir:

Mapa 1 – O Cerrado brasileiro



Fonte: Conservação Internacional do Brasil (2011).

Como se vê no mapa 1, o Cerrado tem sofrido bruscas transformações, a ponto de estar se tornando quase que extinto. Os motivos que acarretam essa realidade são vários, mas há de se destacar dois motivos relevantes. O primeiro trata-se de sua localização, pois está localizado no centro do território brasileiro, obtendo, fluidez do espaço, ou seja, acesso mais facilitado quase que com todas as demais regiões brasileiras e, especialmente, com a região Sudeste, que oferece grande mercado consumidor. O outro motivo, não menos importante e

que também está diretamente ligado ao primeiro, é com relação à transformação dos lugares em função do modo de produção e expansão do capitalismo; há várias décadas existe um constante esforço por parte do governo e de várias instituições e entidades sociais e privadas na busca da modernização do território goiano. Assim, estes esforços vêm obtendo resultados, principalmente em virtude da expansão e produção capitalista, afetando diretamente as condições sociais econômicas e culturais do povo goiano.

Fato é que as transformações do Cerrado vêm ocorrendo a longas datas, ou seja, vários foram os acontecimentos que marcaram decisivamente essa processual transformação e ocupação do território goiano.

Na Revolução de 1930, Getúlio Vargas<sup>2</sup> buscou nacionalizar o país, promovendo diversas ações a fim de conhecer e explorar o território brasileiro. Para atender essa necessidade, foi criado o IBGE<sup>3</sup>. Assim, a partir dos resultados de pesquisas feitas principalmente pelo IBGE, o governo inicia a Marcha para o Oeste, que culmina na criação da nova capital brasileira (Brasília) e na construção da nova capital do Estado de Goiás, coordenada por Pedro Ludovico Teixeira.

A partir daí, outros acontecimentos foram importantes ao processo de modernização e “desenvolvimento” do Cerrado goiano. Citam-se a construção de rodovias, ferrovias, hidrovias e implantação de aeroportos; vale-se ressaltar que estes benefícios concebidos não chegaram de forma regular ou uniforme a todo o território goiano, mas, sim, algumas localidades obtiveram estes benefícios, destacando-se proporcionalmente a região Sul de Goiás e região metropolitana. Assim, no período de 1930 a 1960, Goiás estreita os laços de negócios, principalmente com a região Sudeste do Brasil, importando as novas tecnologias, produtos manufaturados e até ideologias e, em contrapartida, fornecia os produtos primários. Para Freitas e Chaveiro (2011, p.5),

A década de 1960-1970 foi o marco para a mudança estruturante que ocorreu no território de Goiás. Percebe-se aqui a existência de dois períodos, ou melhor, duas etapas para a modernização do território e transformação para o que se tem hoje. Primeiro, pós-revolução de 1930 que segundo Borges (2007) “Alguns desses intelectuais, como Mendonça (2007), Chaveiro (2005), Calaça (2004), entre outros, afirmam que o processo de modernização da agricultura que se consolidou de 1950 a 1960 e se estende até agora, teve um período preparatório chamado de antecipação da modernização conservadora” e, segundo, o pós-década de 1970. Todos esses

---

<sup>2</sup> Era advogado e político brasileiro. Foi presidente do Brasil nos anos de 1930 a 1945, e de 1951 a 1954.

<sup>3</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, foi criado em 1934 e inaugurado oficialmente em 1936; o mesmo é uma fundação pública da administração federal.

períodos foram marcados com intervenção do estado no território, isso se dá através de políticas públicas. (Grifos dos autores)

Como se vê, o papel do Estado, através das políticas públicas, é essencial para produção capitalista e para dinamização dos municípios goianos. Partindo desta relação de transformação do território em função da modernização e dinamização territorial, destaca-se a inserção do município de Iporá na apropriação do Cerrado goiano; o referido município faz parte das estratégias de investimento de políticas públicas do Estado, pois é uma das regiões de planejamento do SEGPLAN<sup>4</sup>. Ressalta-se, todavia, que isso não quer dizer que o Estado investiu ou vai investir recursos financeiros nesta região, isso somente quer dizer que o estado pode investir.

É como aponta Estevam (apud FREITAS e CHAVEIRO, 2011, p.5) ao expor sobre a modernização desigual do território:

[...] a modernização foi, ao mesmo tempo, excludente, dado perfil de atores selecionados. Seletiva, uma vez que elegeu determinados produtos, especialmente aqueles para exportação, como soja. Localizada, privilegiando os chapadões do Sudoeste goiano. Essa política de modernização agrícola e, também, modernização desigual do território, reforçou a representação de que a saída para a economia nacional estava na agricultura, não por acaso a política agrícola, seja através do crédito (CAMPOS, 1999), da garantia de preços ou mesmo da locação de infraestrutura (transporte, armazenamento e energia), tenha sido tão seletiva regionalmente.

Assim, notamos que o município de Iporá encontra-se deslocado territorialmente em relação à região Centro-Sul de Goiás, que é a mais beneficiada pelos investimentos das políticas públicas governamentais do Estado, e o referido município, mesmo fazendo parte do planejamento de investimento do Estado, pouco recebeu investimentos do capital financeiro. Deste modo, não desenvolveu sua economia e não modernizou sua produção agropecuária.

## **1.2 - Rede urbana e divisão territorial do trabalho**

Como vimos até o momento nas discussões realizadas, a conceituação de rede urbana perpassa pelas discussões do desenvolvimento regional, pois a rede urbana pode ser

---

<sup>4</sup>A Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento tem a função de promover o planejamento estratégico do Governo e atua na elaboração da política econômica de desenvolvimento do território, dentre outros.

caracterizada e entendida como componente da dimensão espacial, que apresenta a ausência ou atuação das políticas de desenvolvimento regional.

Desse modo, nessas últimas décadas, o território brasileiro tem apresentado ausência de políticas de desenvolvimento, pois quase sempre foram priorizadas medidas de controle inflacionário que acarretaram no aumento da produção e do consumo. A redução das taxas de juros também favoreceu o crescimento da construção civil e o consumo ou financiamento de imóveis, carros, eletrodomésticos e outros.

Daí, surgem questionamentos: houve aumento da produção? A resposta é óbvia, claro que houve aumento da produção; porém, a dinâmica de distribuição do sistema produtivo continua ineficiente, a concentração industrial continua concentrada, os principais crescimentos da densidade populacional continuam ocorrendo nas regiões metropolitanas e a concentração de renda em função da péssima distribuição da mesma continua sendo uma característica atual.

Contudo, para Santos (1982, p. 16), os momentos de produção ou modos de produção se associam às técnicas a fim de compor “(...) o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação”. Como se vê, se relacionamos essa reflexão a essa citação feita por Milton Santos, podemos conceber que o desenvolvimento de um local, região ou país, esta relacionado às políticas públicas governamentais, aos interesses do capital privado e, em parte, também à tendência ou aptidão de uma região ou local.

Portanto, o desenvolvimento de um local ou região ocorre de forma desigual e se consolida de diversas maneiras no espaço; o que resulta também em organizações distintas do espaço em dessemelhantes escalas. Para tanto, o desenvolvimento regional caracterizado como desigual ocorre de formas diferentes entre regiões e redes urbanas. De acordo com Fresca (2010, p.5):

A rede urbana configura-se em um recorte espacial que permite uma análise do desenvolvimento regional. Entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados (CORRÊA, 1989), mediante fixos e fluxos, a rede urbana representa uma materialidade social que participa da criação, apropriação e circulação do excedente socialmente produzidos. Por intermédio da rede realizam-se diferentes atividades e interações espaciais, envolvendo centros urbanos de tamanhos distintos e de complexidade funcional diferenciada, que desempenham funções de distribuição do comércio varejista e prestação de serviços, expressando o estágio do desenvolvimento da divisão social do trabalho. [...]

Percebe-se que a rede urbana serve de palco para os acontecimentos sociais, para as atividades humanas e ainda serve de ambiente para os diversos círculos produtivos do capital. Fresca (2010, p.5 e 6) amplia essa discussão dizendo que:

Rede urbana e divisão territorial do trabalho constituem um conjunto analítico pelo qual pode-se ter um entendimento do desenvolvimento regional e urbano. A divisão territorial do trabalho é fruto da diferenciação interna do espaço provocada pela expansão do capital. Isso significa que no conceito de divisão territorial do trabalho está implícito o conceito de divisão social do trabalho formulado por Marx. [...] Neste sentido, Lenin (1982, p. 275) coloca que a divisão do trabalho em geral relaciona-se com a divisão territorial do trabalho, “à especialização de certas regiões na produção de um único artigo, às vezes de uma única variedade de um artigo e até de uma única parte de um artigo”, permitindo-se entender que com a indústria moderna se configurou a divisão territorial do trabalho específica do capitalismo. A cada vez que elementos oriundos de diferentes processos e momentos históricos específicos forem introduzidos ou expandidos, como inovações na produção agrícola, industrial, nos transportes, comunicações, etc., a divisão territorial do trabalho será modificada.

Evidencia-se nesta citação a intrínseca relação entre divisão territorial do trabalho e rede urbana, que se equivalem ao que pode ser compreendido como desenvolvimento urbano e regional, de modo que o desenvolvimento local tem ocorrido a partir de especializações produtivas. Assim, vê-se nitidamente a forma capitalista da divisão do trabalho. Enfim, a rede urbana oferece condição para a ocorrência da divisão territorial do trabalho; pois a rede urbana se estabelece como local de ocorrência de diversos fluxos e de relações de vida, permitindo os processos de transformação e criação de cidades e atividades, que, em vezes, decorrem das diversas formas de desigualdades.

Geralmente, é na rede urbana que se realizam as negociações, venda do excedente ou de determinada produção; porém, nem sempre todas as cidades obtêm ou oferecem as mesmas condições de comercialização e de desenvolvimento, pois os fatores internos e externos influenciam diretamente na rede urbana. Internamente, as questões culturais, identitárias, físicas, podem remeter às possibilidades de aceitação ou abertura para capitalização de determinado município da rede urbana; já os fatores externos, como os investimentos financeiros, os interesses comerciais e governamentais influenciam também diretamente nas condições de desenvolvimento de determinado município. Portanto, nota-se que existe uma complexa desigualdade de investimentos que beneficia determinado lugar, gerando muita diferenciação e desigualdade entre os lugares ou cidades. Portanto, a rede urbana reflete a divisão territorial do trabalho.

### **1.3 - Relevância da Gestão e ordenamento territorial na concepção do IPEA**

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) tem disponibilizado para os gestores e sociedade em geral vários estudos e resultados de pesquisas realizadas por técnicos de diversas áreas econômicas e científicas. E tem também oferecido suporte para ações governamentais, criando condições para criação e implementação de importantes políticas públicas e programas de desenvolvimento para o Brasil e, conseqüentemente, para os municípios. Boueri e Costa (2013), através do projeto "Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro", organizaram uma publicação em três volumes, intitulada "Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável: um recorte territorial". A partir dessas publicações e de outras pesquisas realizadas pelo referido Instituto, vamos, a seguir, fazer algumas abordagens que possibilitam considerável relevância para o presente estudo.

O ordenamento do território tem sido considerado por vários pesquisadores, cientistas, políticos e economistas como importante para o desenvolvimento local e regional; porém, Balbim e Contel (2013), em um estudo intitulado "Região e regionalização: Subsídios teóricos para o ordenamento territorial e o desenvolvimento brasileiro", dizem que é relevante o uso dos conceitos de regionalização e região para o ordenamento do território e que a própria Constituição Federal do Brasil já prevê o ordenamento do território, assim como o IBGE já realizou várias formas de regionalização do território brasileiro. Porém, na prática, existem muitos gargalos para que, de fato, as políticas públicas, sociais e econômicas atinjam ou ocorram de forma universal em todo o território brasileiro. De acordo com Balbim e Contel (2013, p.25):

A Constituição da República Federativa do Brasil traz entre seus elementos fundadores a "redução das desigualdades sociais e regionais" (Brasil, 1988, Artigo 3o, inciso III, Artigo 23, parágrafo único, Artigo 170, inciso VII), tendo como princípio que a semelhança entre regiões, ao menos em relação a certas características básicas – como acesso a serviços e equipamentos essenciais –, é condição indispensável para a Unidade da Federação (UF) e o seu desenvolvimento, inclusive econômico, como definido nos princípios gerais da ordem econômica e financeira. Para tanto, a Constituição também incorpora os planos regionais e a

definição de regiões como instrumentos para a execução de políticas públicas que assegurem esta coesão e o desenvolvimento nacional. [...] O ordenamento territorial é explicitamente utilizado na Constituição Federal de 1988, que traz em seu Artigo 21, inciso IX, a definição de que cabe à União “elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. (Grifos dos autores).

No que cabe à lei, fica muito bem expresso que a ordenação territorial é relevante para execução de planos e ou projetos de desenvolvimento econômico e social. E que as esferas governamentais em nível nacional, estadual e municipal devem buscar mecanismos para que o mesmo ocorra. Brasil ( apud BALBIM e CONTEL, 2013, p.26), Artigo 30, inciso VIII, ainda diz que:

No Brasil, o tema ordenamento territorial nasce como instrumento de planejamento e racionalização das ações do Estado no espaço. Se à União cabe elaborar políticas e planos nacionais e regionais de ordenamento, a Constituição de 1988 delegou a execução do ordenamento do território, inclusive definindo instrumentos para tanto, como competência municipal, que deve “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”. (Grifos dos autores) .

O ordenamento territorial, que engloba o planejamento e controle de uso e ocupação do solo, cabe à esfera de governo municipal, de acordo com Constituição de 1988. Mas, na prática, isso dificilmente ocorre no Brasil, pois as ações governamentais pouco contemplam uma política de planejamento público e processual devido a vários motivos, dentre os quais se destacam a falta de gestores comprometidos com o desenvolvimento econômico e social, a falta de capacitação técnica, a falta de recursos municipais, falta de políticas públicas e também a prática de política de interesses pessoais ou partidaristas. Salienta-se que, mesmo diante da quase ausência de política de ordenamento territorial brasileiro, existem muitas políticas associadas à organização do território, o que, na prática, até ameniza um pouco a falta do ordenamento territorial, porém não resolve efetivamente a ausência e inexistência do mesmo, e também não exclui a falta de comprometimento e cumprimento por parte da União e dos municípios ao que foi previsto como necessidade na Constituição.

[...] 25 anos após a promulgação da Constituição de 1988, o tema ainda se encontra bastante aberto no país. No caso da União, que deveria elaborar e propor planos e projetos de ordenamento, a responsabilidade pela agenda está claramente definida e distribuída, mas os instrumentos operacionais e administrativos de execução não parecem fazer jus à tarefa, bem como parece tímido o atual interesse político pelo tema. (BALBIM e CONTEL, 2013, p.27).

Pode-se constatar, então, que as ações de cunho governamental visando ao ordenamento territorial nunca foram muito satisfatórias, mesmo considerando que desde 2003 o Ministério da Integração Nacional (MI) é o responsável, na esfera federal, pelo desenvolvimento de políticas de organização e integração, promovendo o desenvolvimento e minimizando as desigualdades, tanto sociais como regionais. Para MI (2005, p. 5),

[...] o Brasil ainda não dispõe de um sistema nacional integrado que hierarquize e possibilite uma ação coordenada dos diferentes níveis de governo no território. Em seu lugar, há uma grande diversidade de planos, projetos, leis e instrumentos isolados de intervenção, adotados ora pela União, ora pelos Estados e Municípios, frequentemente de forma conflitante.

Como se vê, as ações realizadas pelos ministérios governamentais do Brasil são desarticuladas, apresentando uma considerável ausência de instrumentos de organização do ordenamento territorial. O mesmo acontece nas demais esferas políticas, tanto em nível federal, estadual e municipal. Para Balbim e Contel (2013, p.30 e 31),

[...] os territórios – lugares reais, espaços vividos, regiões construídas social e historicamente – deverão constituir objetos da visão e operação estratégicas para o desenvolvimento. Para tanto, o Brasil carece de uma atualizada leitura regional de si próprio – em que o país se veja como um sistema de regiões, cujas virtuosidades, ao serem potenciadas, alimentarão seu desenvolvimento; cujas carências, negligenciadas, limitarão seus avanços. Com tal conhecimento, o país poderá estabelecer os marcos de uma política de desenvolvimento regional que contemple os grandes desafios e oportunidades que as crises em andamento oferecem.

Vemos que a desarticulação presente no território brasileiro chega a atingir todos os municípios que o compõem, pois os governantes não têm reconhecido as pesquisas que, de fato, refletem as suas atuais virtuosidades e também as suas carências, ou não as tem utilizado. Para efetivar de forma eficaz uma política de desenvolvimento regional,

[...] o ordenamento deve ser democrático, assegurando a participação dos interessados e atingidos; integrado, coordenando políticas setoriais; funcional, considerando os aspectos da realidade para além das determinações administrativas e políticas; e prospectivo, visando o longo prazo. (BALBIM e CONTEL, 2013, p.28 e 29).

Ao entender que o ordenamento do território precisa acontecer por meio de participação democrática, que inclua todos os atores atingidos e interessados, há também de se considerar que as cidades têm grande relevância para o processo de regionalização, pois "as cidades seriam os 'nós' das redes urbanas, possibilitando definir as regiões a partir destas

formas de interação, que “eram bastante diferentes porque aqui uma área era definida em termos das interconexões entre coisas ou lugares” Grigg (1974, p. 31). Nesse contexto, as cidades têm sua relevância na interconexão da rede global, promovendo a valorização dos fluxos responsáveis pela união das regiões e cidades.

Partindo dessa contextualização da relevância do ordenamento do território, é preciso considerar ainda que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde 1940, tem desenvolvido várias ações no sentido de auxiliar o governo na efetivação de políticas públicas. Dentre as ações do IBGE, destacam-se as regionalizações realizadas a partir das características físicas: os estudos e pesquisas estatísticas, a divisão do país em zonas fisiográficas, a tabulação das microrregiões a partir dos censos e, em 1990, a divisão do território brasileiro por microrregião geográfica e mesorregião geográfica.

Essas pesquisas, estudos e levantamento de dados realizados pelo IBGE sempre foram e ainda são alvo de muitas críticas, visto que muitos pesquisadores avaliam que existem muitos dados falseados, ou que não correspondem à realidade. Há também quem questiona os modelos de divisão territorial adotados pelo IBGE, que na prática são muito totalitários. Mas há de se considerar que os dados e as divisões territoriais feitas pelo IBGE já foram muito utilizadas para determinação de investimentos de recursos públicos no Brasil.

Entende-se, então, que se faz necessário um estudo que permita um eficaz ordenamento territorial. Nesse sentido, tanto dentro das universidades, como em diversos institutos de pesquisa e em diferentes órgãos governamentais essa temática está muito presente, ensejando várias discussões, em que se mostram quão importante são as regionalizações e a necessidade de um ordenamento territorial para organização e ação do Estado, pois são meios eficazes de direcionamentos de ações que possibilitem a minimização tanto das desigualdades regionais como das desigualdades sociais.

Também é necessária a interação entre planos, projetos e programas nas diferentes instâncias governamentais e é relevante que,

As instituições responsáveis pelas políticas públicas devem estar devidamente fortalecidas e preparadas nos níveis local, regional e nacional para implementar as ações sob sua responsabilidade promovendo a articulação com as demais instituições afins e o monitoramento do cumprimento das diretrizes definidas. (MATTEO et al. 2013, p.54).

Vê-se que o desenvolvimento territorial é possível, mas é preciso gestão política, integração entre todos os níveis de governos, conhecimento do território, monitoramento, controle e avaliação das ações.

Quanto às políticas de ordenamento e planejamento territorial, Matteo et al. (2013, p. 74 e 75) afirmam que há uma carência por parte do governo federal quanto à apresentação dos critérios de seleção para priorização de áreas de intervenção no território. Consta-se, ainda, que é necessária a espacialização das políticas públicas, devendo se fazer um melhoramento no mapeamento e georreferenciamento das ações.

Complemente-se, também, que nessa relação entre regionalização oriunda da globalização, os espaços fluxos se sobrepõem aos espaços de lugares; porém, o local deve ser considerado um dos atores principais da atualidade. Mas, o local caracterizado por um município só é possível se sobressair a partir, principalmente, dos investimentos necessários feitos pelos administradores municipais; especialmente naqueles municípios que estão situados em regiões deprimidas e ou economicamente retardatárias. Para Matteo et al. (2013, p.77 e 78),

[...] aproveitar ao máximo as distintas potencialidades locais em uma visão ora da economia regional, ora da economia do aprendizado (ou da inovação) vem, supostamente, contribuindo para uma inserção mais competitiva destas regiões nos mercados nacional e internacional. Seus produtos e serviços passam a fazer parte da agenda estratégica dos governos estaduais e, em alguns casos, das distintas comunidades locais. Como já apontado por Campolina (2000), na “agenda estratégica” adotada pelos governos locais, o sucesso das regiões está fundamentado na capacidade de especialização competitiva.

Reafirma-se aqui a relevância da gestão do território. O referido tema tem ganhado importância política nas agendas governamentais, considerando que a gestão do território impulsiona

[...] um novo modo de desenvolvimento local e regional para cada estado, pautado na valorização do patrimônio socioambiental e na participação popular, incentivando os arranjos produtivos locais e valorizando os ativos específicos de cada região, tanto aqueles que têm por base os recursos naturais, como os socioeconômicos e político-culturais. (MATTEO et al., 2013, p.82)

Assim sendo, fica evidente a relevância do ordenamento e gestão do território, pois, deste modo, será permitida a valorização local, tanto da participação popular como das potencialidades socioeconômicas, ambientais e culturais.

Conclui-se que gestores de diversas escalas e intuições governamentais, principalmente no Brasil, nas últimas décadas, têm-se preocupado com as questões regionais e com a necessidade de planejamento para o desenvolvimento, principalmente em razão das desigualdades sociais que assolam todas as regiões brasileiras. Mas é evidente "a

desmobilização do aparato de planejamento na administração pública" (MATTEO et al. 2013, p.83), o que torna essa tarefa muito mais difícil. Somente vontade política de promover a territorialização das políticas públicas não se faz suficiente para superar o despreparo e a incapacidade encontrada por parte dos quadros técnicos que se tem nas administrações municipais, estaduais e federais. É preciso " (...) reequipar o Estado com recursos humanos e com suporte técnico para que estes sejam capazes de levar a cabo a execução de planos de longo prazo, em que as regiões brasileiras sejam personagem principal" (MATTEO et al. 2013, p.83).

#### **1.4 - Conjuntura da desigualdade no território brasileiro a partir do entendimento do desenvolvimento técnico/científico**

O espaço geográfico tem vivenciado, de forma distinta, a incorporação de técnicas capazes de modificá-lo e transformá-lo. As transformações de cunho cultural, historicamente, sempre ocorreram de forma muito vagarosa. Santos e Silveira (apud CLEMENTE, 2006, p.4) dizem que,

[...] o meio natural caracterizou o território brasileiro até por volta do século XIX. Era um meio dominado pelos tempos lentos da natureza, que presidiam as ações humanas que se davam no território. Neste sentido, a unidade era dada pela natureza e a presença humana buscava se adaptar aos sistemas naturais.

Portanto, somente a partir das revoluções industriais é que o espaço natural sofre bruscas transformações, perdendo, com isso, suas características naturais e ganhando diversos objetos artificiais, como ruas, estradas, fábricas, edificações e outros. Deste modo, o capitalismo, a fim de atender as demandas de uma economia globalizada, vem incorporando novos objetos oriundos do alto investimento produtivo de cunho científico, técnico e informacional, impondo, assim, uma drástica transformação ao meio geográfico. De acordo com Santos e Silveira (apud CLEMENTE e HESPANHOL, 2006, p.4),

[...] graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens, dos homens.

Assim, “o território passou a ser dotado, cada vez mais, de equipamentos que permitem uma ampla fluidez de capitais, pessoas, mercadorias e informações” Clemente e

Hespanhol (2006, p.4). Portanto, são as transformações no meio geográfico que nos oferecem condições de chamá-lo de novo meio geográfico ou meio técnico-científico-informacional.

O meio técnico-científico-informacional pode ser considerado como responsável pela aceleração dos fluxos, de mercadorias, de pessoas, de informações e de capitais. Dessa forma, torna-se a base da globalização<sup>5</sup>, que, por sua vez, criou a interdependência das pessoas, dos lugares e da economia.

Nesse contexto, deve-se considerar que, atualmente, a economia se mundializou, processo que, na maioria das vezes, não é visto com bons olhos. De acordo com Benko (1996, p.86),

[...] o processo de mundialização, desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão social em todos os países. Eficácia econômica e justiça social deverão ser repensadas. Seria preciso debruçar-se sobre as interações entre lógica econômica e instituições políticas. tanto em nível local como global.

A mundialização econômica aumentou a exclusão em maiores proporções, fazendo com que países desprovidos de condições financeiras fiquem marginalizados, acentuando nestes as desigualdades sociais, aumentando o desemprego e a pobreza.

Para Clemente e Hespanhol (2006, p.3), este é um novo período histórico, que tem recebido diversas denominações ou nomenclaturas, como: "pós-modernidade, sociedade pós-industrial, capitalismo tecnológico, sociedade da informação, economia da informação, etc., em razão da forte relevância assumida hoje pela ciência, tecnologia e a informática". Clemente e Hespanhol (2006) acrescentam, ainda, que Milton Santos nomeia a essas mudanças geográficas como um novo período de meio-técnico-científico informacional. Cronologicamente, o meio técnico-científico-informacional inicia-se por volta de 1970 e se perpetua até os dias atuais. É somente a partir da 2ª guerra mundial que o meio técnico-científico-informacional ocorre "(...) com os avanços nas pesquisas das técnicas que, neste momento, estavam aplicadas para o esforço de guerra, e todo avanço dessas pesquisas se volta à sociedade no pós-guerra e se concretiza após a década de 1970" (MARCUSO, 2009, p. 4 e 5).

---

<sup>5</sup>Chesnais (apud MARCUSO, 2009, p.3) define a "globalização" como um termo vago, que pode ser mais bem apropriado pela ideia de "mundialização". A mundialização incorpora a ideia de que a economia se mundializou por conta da estratégia dos grandes grupos industriais na busca por lugares com condições de gerar lucros e viabilizar fluxos comerciais e, também, por conta da globalização financeira, que fez explodir o mercado de ações baseado em fundos de investimento e de pensão gerenciados por poderosos bancos.

De tal modo, Para Milton Santos, o meio-técnico-científico informacional é o que especializa a globalização, ou seja, pode ser associado à idéia de globalização. Portanto, com a requalificação dos espaços, estes "(...) atendem sobretudo aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura, da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. *O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização*" (SANTOS, 1997, p. 191, Grifo nosso).

Assim sendo, no Brasil e em vários outros países e ou regiões mundiais, percebe-se o despreparo para o acesso oriundo à globalização. Portanto, a percepção de mundialização relacionada à globalização e ao controle econômico, regido pelas regras do capitalismo, levam à ocorrência do desenvolvimento desigual. De acordo com Santos (1997, p. 246),

[...] de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades dominantes, *já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea*. Essa experiência da escassez é a base de uma adaptação criadora à realidade existente. (Grifo nosso).

Partindo dessa reflexão feita por Santos, percebe-se que nem todas as áreas mundiais, e em especial no Brasil, estão em mesma condição de igualdade econômica; a maioria delas são tidas como espaços opacos, apresentam ausência de modernização, infraestrutura e de técnicas e informacionais. O meio geográfico técnico-científico-informacional é universal e

Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização. Os objetos desse meio, desse espaço estão dotados de técnicas, uns mais outros menos, mas todos estão em um processo estrito de racionalização e instrumentalização dos territórios e das atividades produtivas, tudo com finalidade única de tornar o sistema econômico mais eficiente. Podendo se dizer em outras palavras, quanto mais "tecnicamente" contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais, ou seja, os territórios e os objetos constitutivos deste estão nas mãos dos agentes hegemônicos, que nada mais são que os agentes mais proeminentes da economia e da política que detêm o poder de construção e uso dos sistemas técnicos modernos que dinamizam desta forma o território usado para a produção. Santos (apud MARCUSSO, 2009, p.5 e 6).

Assim, os territórios podem ser distinguidos através de sua composição e forma de tecnificação, visto que "a valorização dos territórios veio como resposta ao movimento da globalização, o que se viu foi não a homogeneização dos territórios, mas sim sua especificidade" (MARCUSO, 2009, p.3).

Os territórios, dotados de desenvolvimento e que se encontram no rol de produção de um país, foram obtendo vantagens econômicas, apropriando-se das políticas públicas; porém, no Brasil, o desenvolvimento territorial é bastante contraditório e pontual, ou seja, o desenvolvimento não ocorre de forma homogênea.

Quanto ao desenvolvimento territorial de um local, e quanto à qualificação de depressão ou progresso de um local, de acordo com Celso Furtado, para isso, não se pode levar em consideração apenas os fatores econômicos ou produtivos.

O aumento da eficácia do sistema de produção – comumente apresentada como indicador principal do desenvolvimento – não é condição suficiente para que sejam mais bem satisfeitas as necessidades elementares da população. Tem-se mesmo observado a degradação das condições de vida de uma massa populacional como consequência da introdução de técnicas mais sofisticadas. Por outro lado, o aumento da disponibilidade de recursos e a elevação dos padrões de vida podem ocorrer na ausência de modificação nos processos; por exemplo, quando aumenta a pressão sobre as reservas de recursos não reprodutíveis (FURTADO, 1974, p.22).

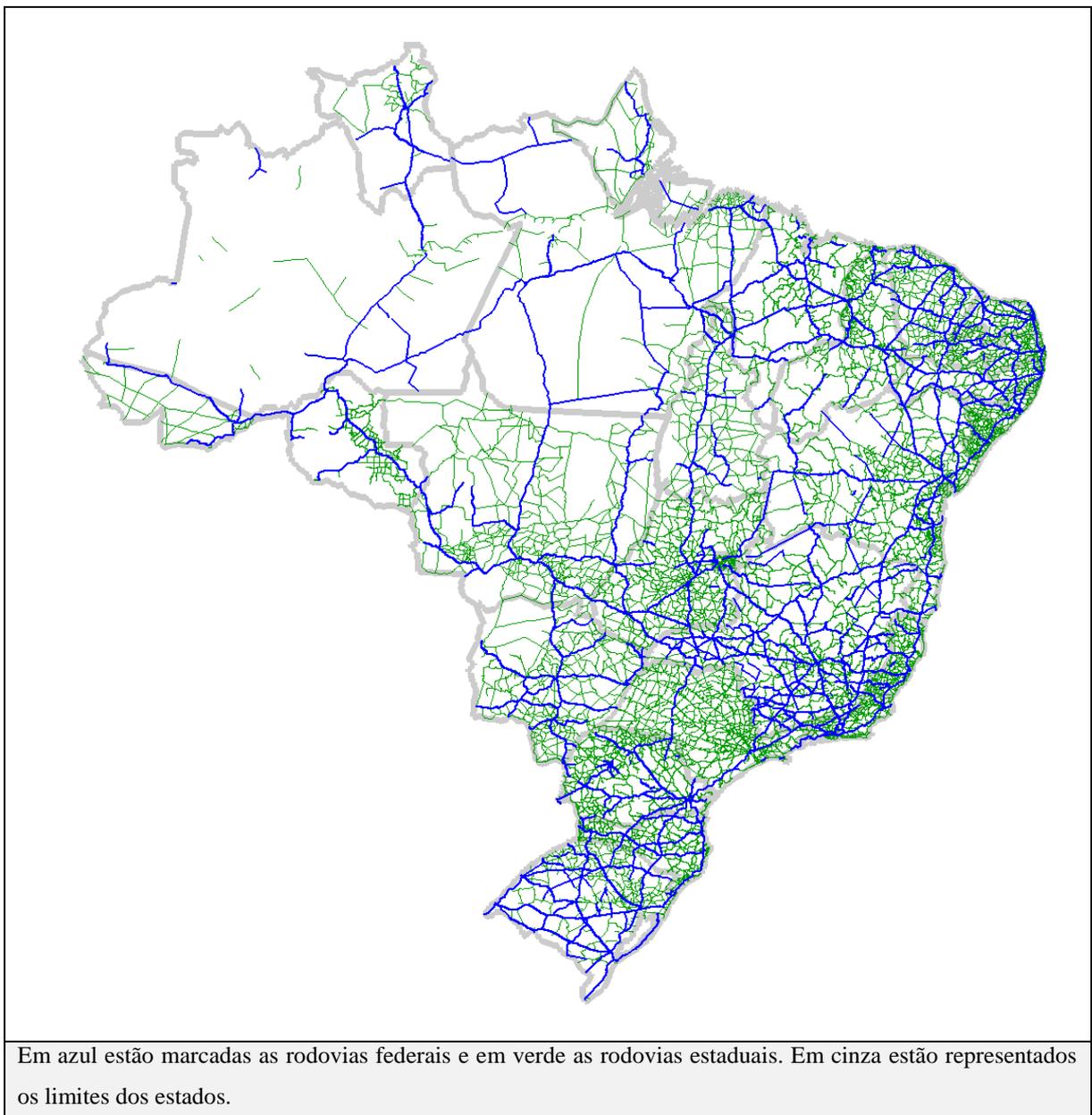
Pode, então, um local, uma cidade ou região apresentarem relevantes condicionantes econômicos e produtivos, a ponto de obter consideráveis condições financeiras. Porém, a degradação das condições de vida pode superar e muito esses fatores econômicos, ou seja, a produção econômica de um local pode estar concentrada nas mãos de poucas pessoas, provocado, assim, uma má distribuição de renda. Um local pode se classificar como desenvolvido economicamente, mas, ao mesmo tempo, apresentar baixos padrões de qualidade de vida, principalmente quanto às questões sociais. Então, quer dizer que somente os fatores econômicos e produtivos não são suficientes para determinar se um local, uma cidade ou região são desenvolvidos ou deprimidos. Assim, o meio técnico-científico-informacional, na representação do que se pode chamar de modernidade, aliado à globalização, tem direcionado o empoderamento e a emancipação de algumas poucas pessoas, às custas da condenação da maioria das pessoas. E, com certeza, isso marca a perversidade da globalização.

As desigualdades têm sido uma das principais características desse atual modelo de desenvolvimento. Existem muitos fatores há serem considerados com relação às desigualdades brasileiras, dentre os quais destacam-se: a dimensão das desigualdades em todo território brasileiro; o modelo de territorialidade das políticas públicas e ou políticas nacionais; as diversidades regionais; a administração da receita pública pelo governo federal; as gestões e ações desempenhadas pelos governos estaduais e municipais.

A seguir, vamos apresentar algumas imagens, mapas e gráficos, a fim de discutir e apresentar como têm se caracterizado as desigualdades regionais no Brasil.

Como já foi salientado, os investimentos em infraestrutura podem ser considerados como fundamental para o desenvolvimento social e econômico de um local (cidade). No mapa a seguir, pode-se constatar que nos investimentos em rodovias, tanto federal como estadual, é desigual a presença das mesmas nos estados brasileiros, ou seja, algumas regiões apresentam grande concentração de rodovias, enquanto outras regiões têm pouquíssimas rodovias, o que dificulta o acesso a estes locais, impedindo que a produção seja escoada dessas regiões, conforme indica o mapa 2:

**Mapa 2 – Viação dos estados brasileiros baseado em dados geográficos**



Fonte: Oliveira (2014) adaptado do DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina - Laboratório de Transportes – LabTrans - Núcleo de Estudos de Tráfego – NET (2009).

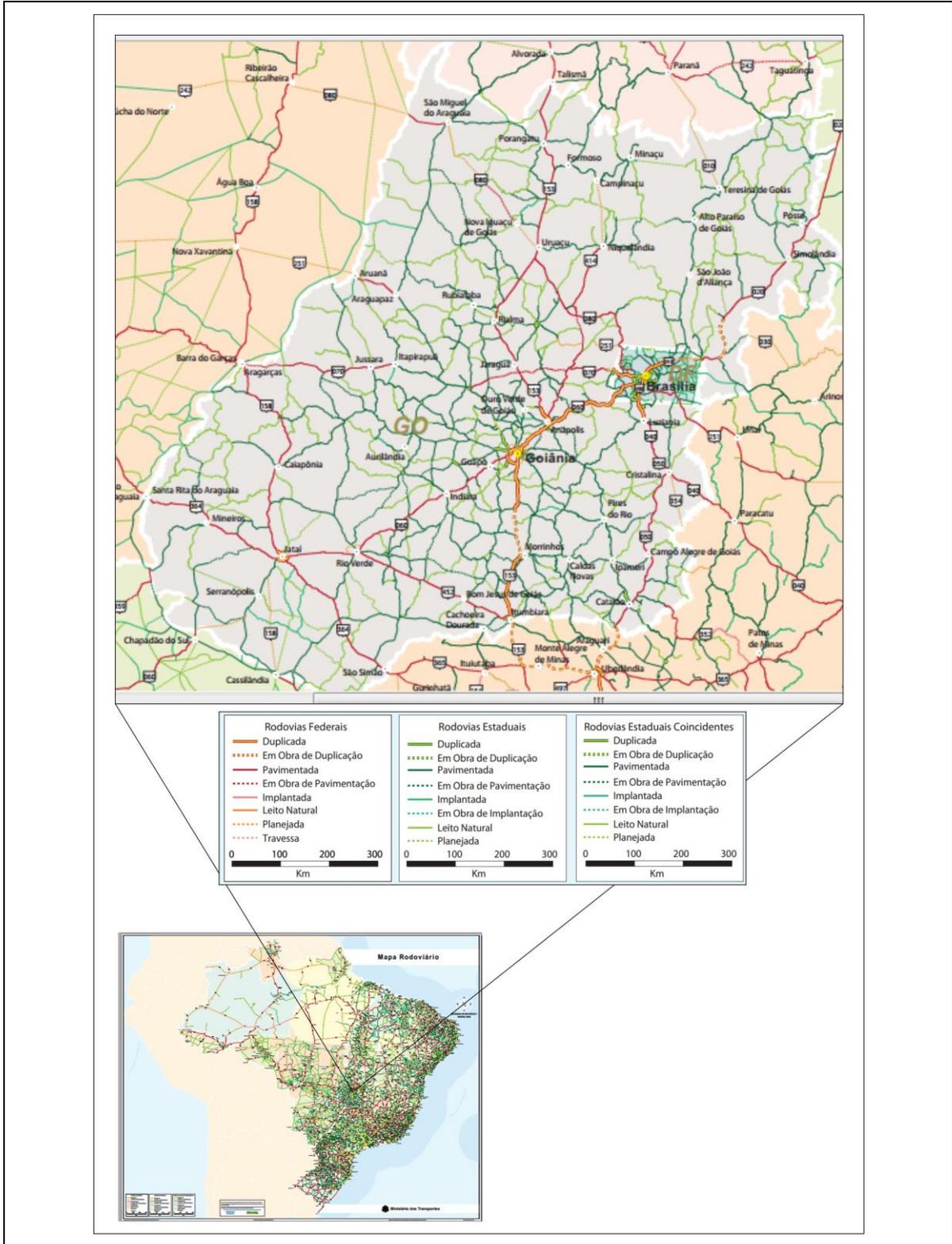
Como se constata, as rodovias federais estão concentradas em grande parte nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, ou seja, concentram-se nas regiões tidas como litorâneas. Da mesma forma, constata-se que essas mesmas regiões, incluída a região central do Brasil, são onde estão localizadas, em considerável quantidade, as rodovias estaduais. Assim, observamos que os municípios que têm maior infraestrutura rodoviária são os locais brasileiros que têm apresentado maior produtividade, tanto industrial quanto na área da agropecuária, como vemos no mapa 2.

A desproporção da distribuição viária no Brasil evidencia a desigualdade de investimentos governamentais no território brasileiro; enquanto alguns territórios recebem uma considerável quantidade de rodovias, os demais ficam a mercê desse benefício estrutural.

A história geográfica mostra que um dos fatores fundamentais para a implementação da globalização foi o investimento em infraestrutura, e destaca-se o investimento em estradas (rodovias), pois as mesmas criaram condições de maior viabilidade de locomoção e transporte, tanto de pessoas como de cargas.

O IPEA também elaborou um mapa do Brasil a fim de ressaltar a infraestrutura rodoviária brasileira. Assim, evidenciamos no referido mapa o Estado de Goiás, para que o mesmo fosse analisado:

**Mapa 3 – Malha rodoviária goiana**



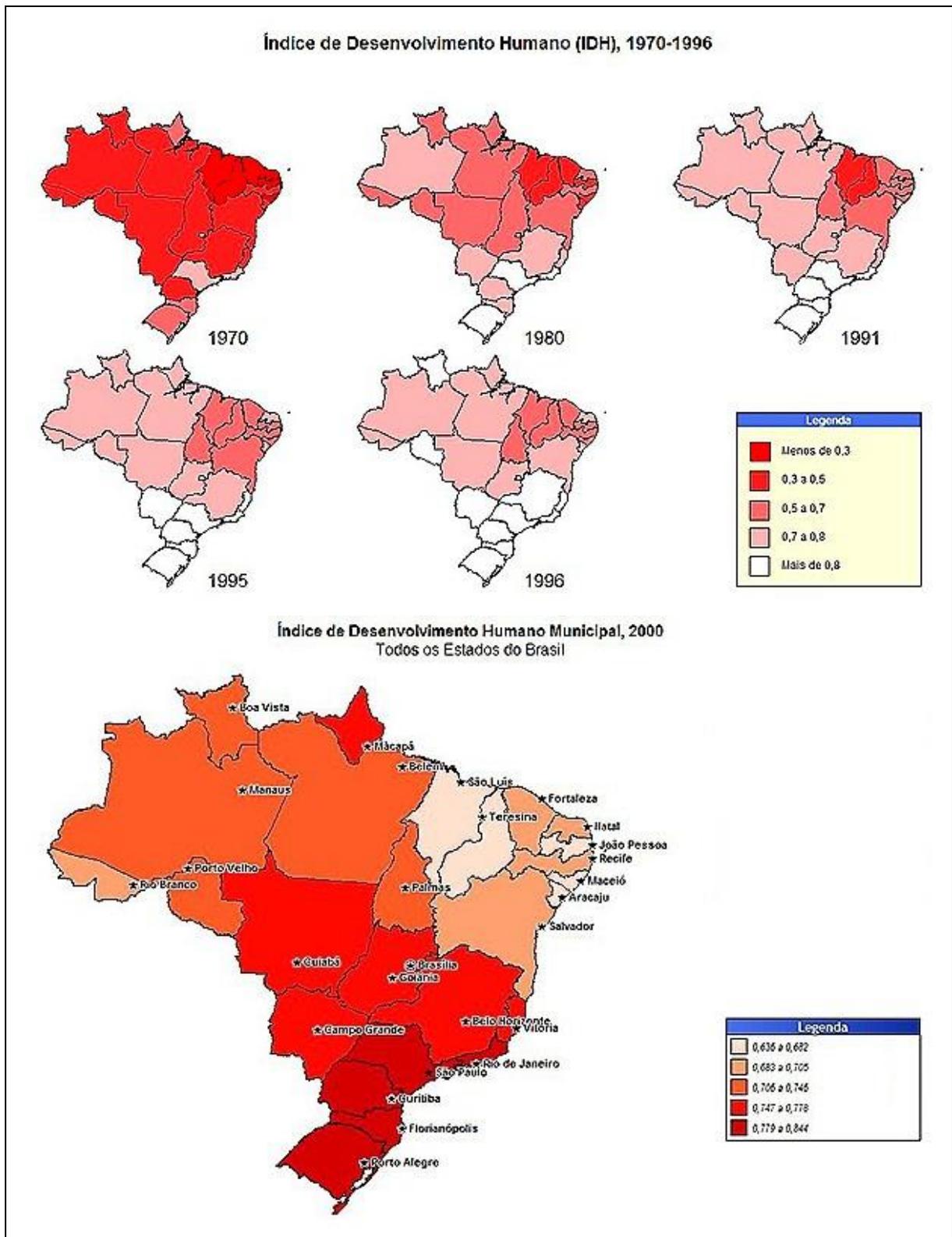
Fonte: Oliveira (2014), adaptado do IPEA Mapas.

Como se constata, a má distribuição da malha viária no Estado de Goiás também é uma realidade, o que pode ser considerado também como fator de influência no desenvolvimento econômico de determinadas regiões goianas. A maior concentração de rodovias federais no estado de Goiás situa-se nas regiões do Sudoeste Goiano e do Centro Goiano. Já as rodovias estaduais apresentam uma melhor distribuição. Porém, ressalta-se que elas estão em maior quantidade também localizada nas regiões do Centro Goiano, Metropolitana, Sudoeste Goiano, Sul Goiano e Sudeste Goiano.

O município de Iporá, assim como os demais municípios localizados na microrregião de Iporá, encontra-se desprivilegiado dos investimentos governamentais, no que se refere à infraestrutura de estradas, principalmente federais. O mesmo não consta com vias de acesso federal e as rodovias estaduais são simples, ou seja, sem nenhuma duplicação, e boa parte delas encontram-se deterioradas, cheia de buracos, dificultando o tráfego sobre as mesmas.

Também consideramos que o IDH é uma variável a ser analisada na constatação das desigualdades regionais e territoriais. Ao se fazer um recorte temporal entre os períodos de 1970 até os dias atuais, pode-se perceber, através do cartograma a seguir, que nesse período todos os estados brasileiros apresentam evolução positiva em seu IDH; porém, a região Nordeste é onde se registram os mais baixos IDHs:

Mapa 4 – IDH dos estados brasileiros - 1970 à 2000



Fonte: Oliveira (2014), adaptado de Carlos Jr (2011) - (IDH) dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 1995 e 1996 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, segundo o Censo Demográfico 2000.

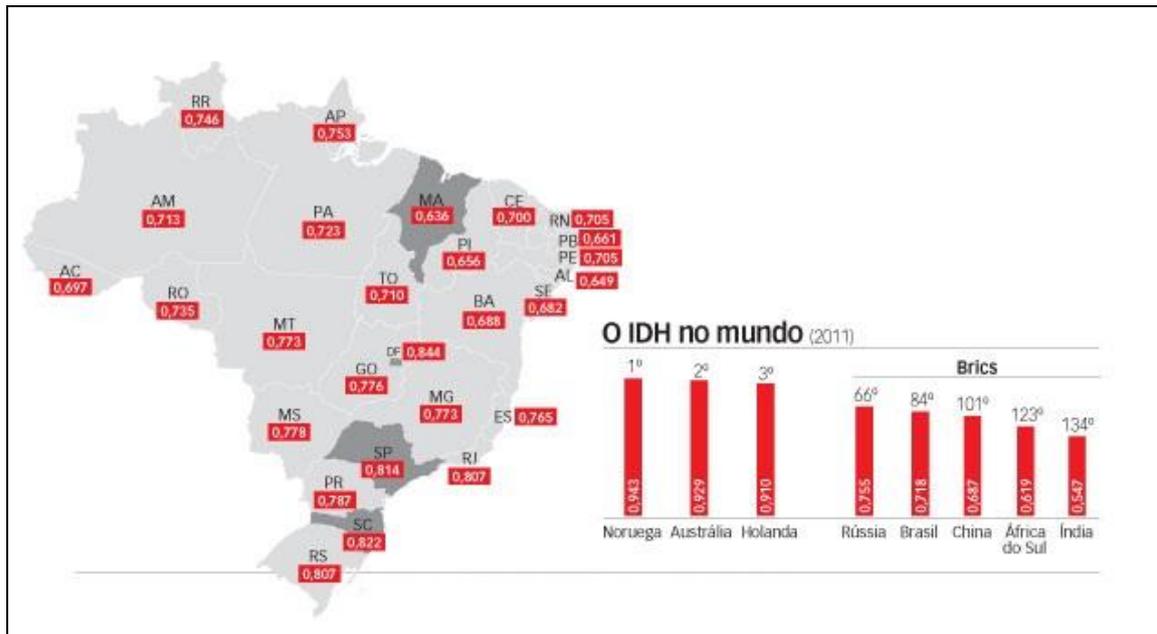
Como se sabe, o IDH tem a função de servir como parâmetro para aferir o desenvolvimento humano, e leva em consideração, como indicadores médios, a educação, a longevidade e a renda. Entendemos que somente esses indicadores considerados no IDH não são suficientes para tal avaliação, mas, de toda maneira, é o cálculo mais utilizado atualmente pelos governantes, pesquisadores e gestores. E, partindo desses dados, podemos observar que no cartograma anterior (mapa 4) se evidenciam as desigualdades entre os estados brasileiros, demonstrando ainda o ineficiente modelo de planejamento econômico e territorial em vigor.

As desigualdades locais e regionais são responsáveis por impedir o desenvolvimento homogêneo do Brasil, de modo que a concentração de renda tem sido o principal vilão ou aliado na promoção das desigualdades territoriais. Somente a região Sudeste do Brasil concentra mais da metade do PIB nacional. Como já dizia Celso Furtado, na entrevista sobre estatísticas do século XX (IBGE, 2003), “(...) A parte da população que não participa dos benefícios do desenvolvimento é tão grande que este passa a ser um dos principais problemas, se não o prioritário, de quem governa o Brasil”. O Brasil apresenta consideráveis índices de crescimento, porém o saldo positivo desse crescimento não tem sido distribuído entre todas as regiões e à toda população brasileira. Portanto, a distribuição de renda é um desafio para os gestores públicos. Celso Furtado, na entrevista sobre estatísticas do século XX (IBGE, 2003), ainda afirma que “ (...) As elites do Brasil vivem tão bem, ou melhor, do que as do chamado Primeiro Mundo. O subdesenvolvimento cria um sistema de distribuição de renda perverso, que sacrifica os grupos de renda baixa”. A população sofre com as altas taxas de impostos e com falta de benefícios sociais, que quase inexistem, ou que só existem em quantidade insuficiente. Para Furtado ( apud FENSKE, 2013, p.1):

O problema brasileiro é de uma sociedade que acumulou um enorme atraso no plano social. Tem um modelo econômico herdado da época colonial, do século XIX, marcado pelo regime escravista, pelo latifundismo. Todo o modelo brasileiro é concentrador de renda. A sociedade brasileira ainda não produziu os meios necessários para corrigir isso, como outras já produziram.

De tal modo, o modelo econômico que ainda vigora é herdado de um passado histórico que já gerava a concentração de renda nas mãos de poucas pessoas. E até os dias atuais, continuamos sem criar mecanismos eficientes para corrigir as desigualdades regionais. Vejamos, a seguir, no mapa 5, os índices de desenvolvimento humano por estado que comprovam essas desigualdades regionais:

**Mapa 5 – IDH por estado brasileiro**

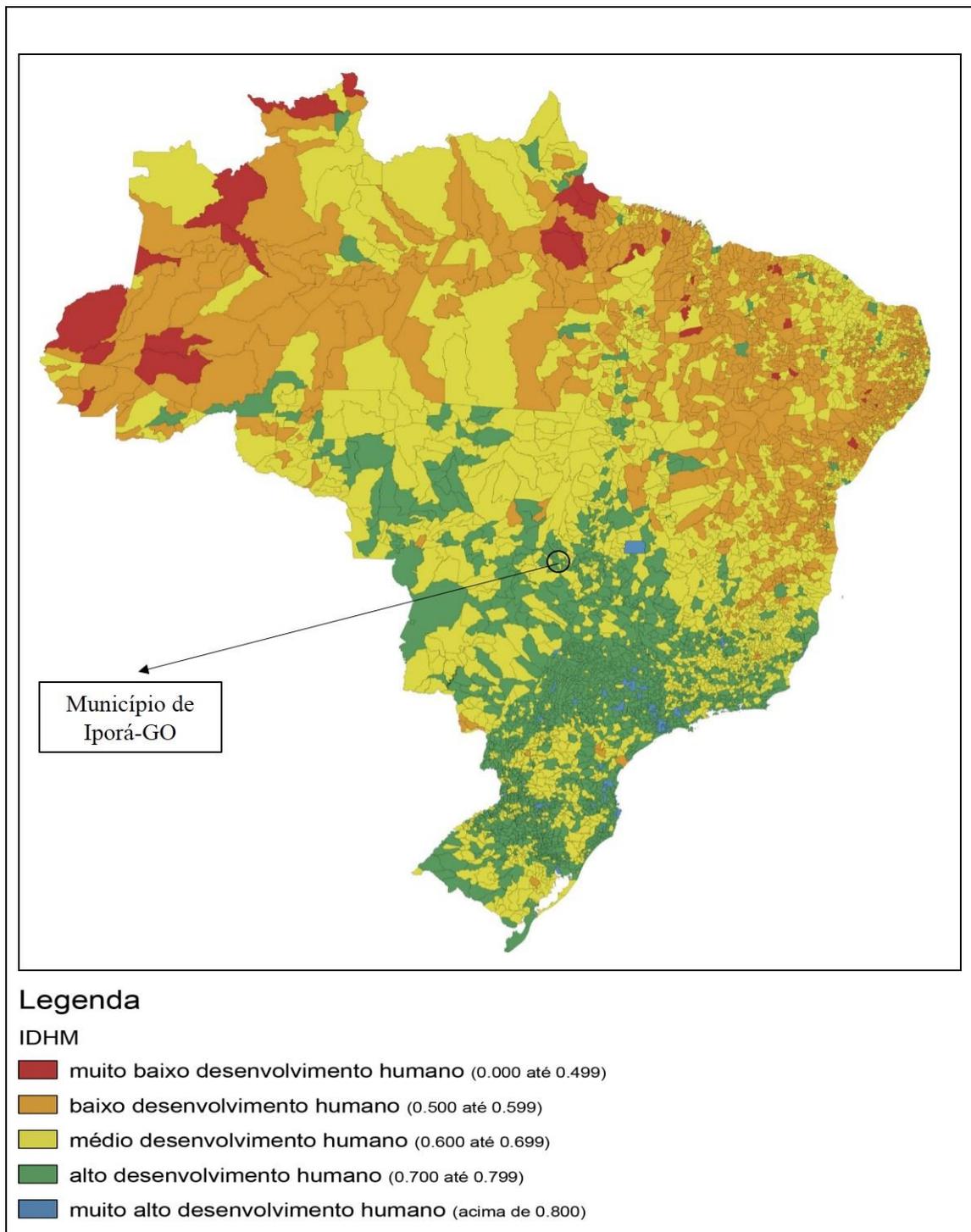


Fonte: PNUD (2000 e 2011).

As desigualdades sociorregionais brasileiras são oriundas de um processo histórico que vem, ao longo do tempo, também se caracterizando pela fragilidade governamental de planejar e de executar ações de forma processual casadas ainda com as crises mundiais e com a falta de estratégias de desenvolvimento sustentável.

O Brasil apresenta um índice de desenvolvimento humano muito discrepante em seu território, em que a região do Centro Sul oferece os melhores índices e já as regiões Nordeste e Amazônica tem os mais baixos índices de desenvolvimento humano. O mapa 6 leva-nos a perceber como e onde se concentram as maiores desigualdades sociais nos municípios brasileiros:

**Mapa 6 – IDM Municipal - Geral**



Fonte: Oliveira (2014) adaptado de PNUD - IDHM geral (2010).

Os territórios tidos como mais prósperos e luminosos, ou seja, que reúnem mais infraestrutura, mais mão de obra qualificada, maior dinamismo econômico, são os que mais têm concentrado investimentos oriundos das vias públicas e particulares. O que nos remete o entendimento de que esse tipo de ação é praticamente tido como via de regra do capitalismo.

Nesse mesmo caminho no Brasil, tem sido de praxe priorizar os investimentos nas regiões mais adensadas demograficamente, como as metrópoles e capitais estaduais, o que tornam ainda mais constante as desigualdades sociorregionais, como se vê no mapa 6. Portanto, há de se questionar a ausência de uma agenda positiva de desenvolvimento, que tenha claras as suas prioridades, a fim de promover debate e participação popular na elaboração de projetos que levem a estruturar o desenvolvimento econômico e social. Também falta um planejamento do desenvolvimento socioeconômico que considere o tempo de execução das ações a se realizar, onde buscar recursos e que defina as responsabilidades do Estado e do capital privado. É agravante o atual modelo de crescimento e desenvolvimento, que tem, por um lado, concentrado e privilegiado algumas regiões e, por outro, tem promovido o crescimento econômico às custas do consumo e do endividamento das pessoas. As desigualdades são tantas que se pode visualizá-las através da concentração do PIB; somente as regiões Sudeste e Sul do Brasil têm concentrado a maior parte do PIB nacional. No quadro a seguir pode-se ver a participação do PIB brasileiro por região:

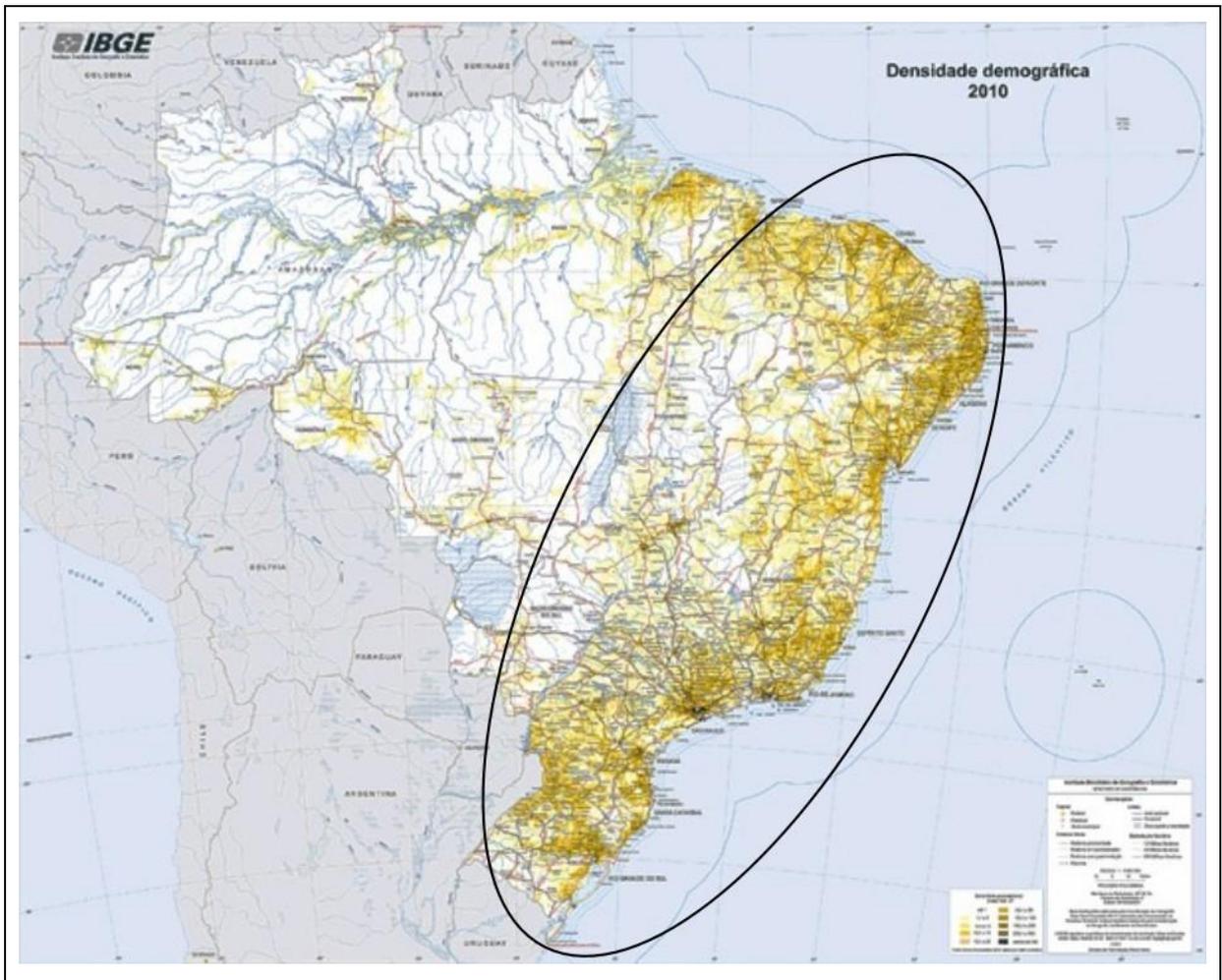
**Quadro 2 – Participação do PIB por região brasileira**

Região do Brasil	Porcentagem (%) de participação no PIB								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Sul	16,9	17,7	17,4	16,6	16,3	16,6	16,6	16,5	16,5
Sudeste	56,7	55,8	55,8	56,5	56,8	56,4	56,0	55,3	55,4
Centro-Oeste	8,8	9,0	9,1	8,9	8,7	8,9	9,2	9,6	9,3
Nordeste	13,0	12,8	12,7	13,1	13,1	13,1	13,1	13,5	13,5
Norte	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,0	5,1	5,0	5,3

Fonte: Oliveira (2014), dados adaptado do IBGE 2002 à 2010.

Como se constata no quadro 2, somente as regiões Sudeste e Sul do Brasil concentram 71,9% do produto interno bruto brasileiro, em 2010. Esses números reafirmam a persistência da desigualdade brasileira, ou seja, da falta de desconcentração de renda. Dentre todos os fatores já mencionados até o momento que justificam essa concentração de renda, há ainda de se considerar que a ocupação territorial no Brasil sempre ocorreu de forma totalmente desordenada. Desde o período de colonização brasileira, o território perpassou por uma ocupação desordenada, o que nós leva a entender que a população brasileira é mal distribuída. Veja a seguir, no mapa 7, a densidade populacional do território brasileiro.

**Mapa 7 – Densidade populacional do Brasil**



Fonte: IBGE (2010).

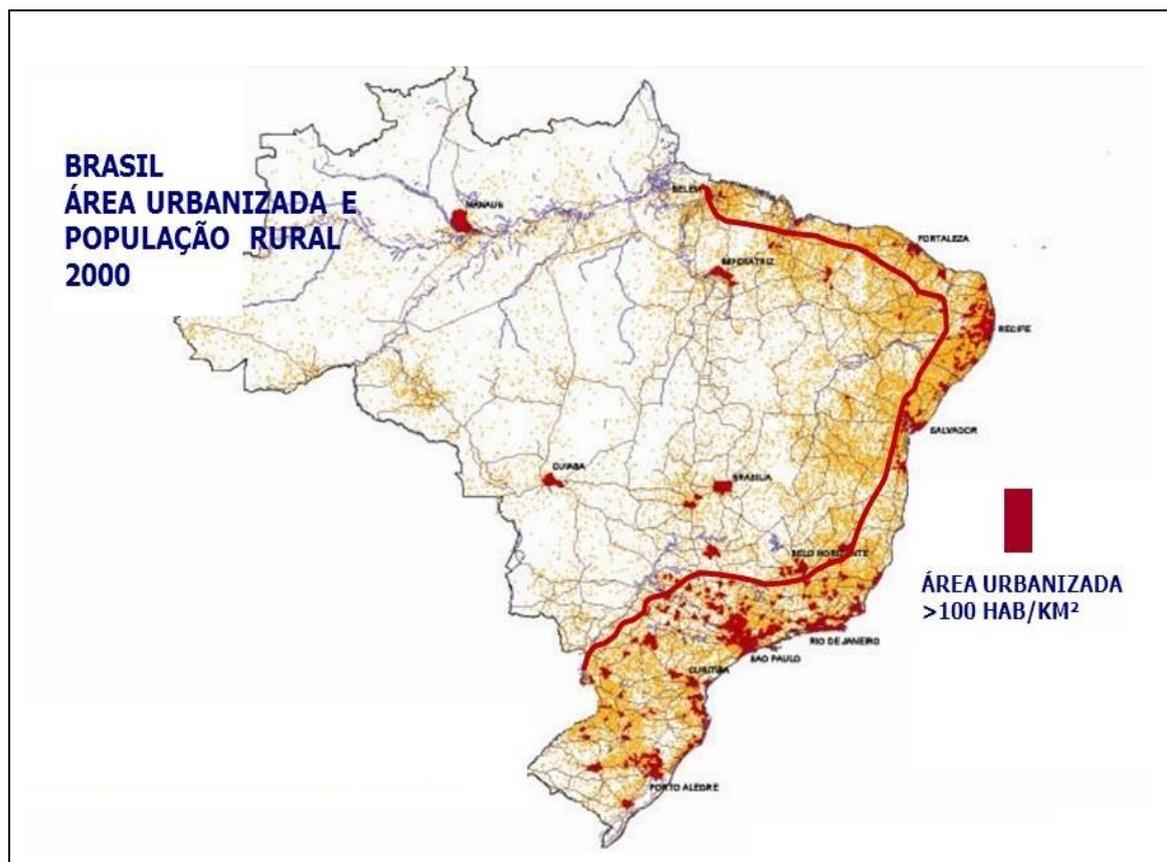
O Brasil é o quinto maior país em proporções territoriais e em número de habitantes em relação ao mundo; é um país que tem uma dimensão territorial em proporções continentais; é populoso, pois tem mais de 201 milhões de habitantes, mas não pode ser considerado como povoado; ou melhor, até pode ser considerado que o mesmo tenha algumas áreas altamente povoadas, o que não se estende a todo o território, pois regiões como o Centro-Oeste e o Norte são pouco povoadas. Enquanto o mesmo é altamente povoado nas proporções litorais, no seu interior são constantes os vazios populacionais, como se vê no mapa 7, que foi elaborada de acordo com o Censo Demográfico de 2010. Esse mapa revela contrastes e diferenças quanto às formas de povoação do território brasileiro e faz entender o quanto é necessário planejar as estratégias de uso, apropriação e povoamento territorial.

De acordo com o mapa 8, as maiores densidades demográficas são encontradas no litoral brasileiro e no entorno das metrópoles do Rio de Janeiro de São Paulo. No primeiro caso, os fatos geo-históricos leva-nos a perceber que as primeiras ocupações populacionais

aconteceram nas proximidades e nas regiões litorâneas; já no segundo caso, fica caracterizada pela intensidade de urbanização que ocorreu nesses lugares de maior adensamento populacional. Abre-se aí uma exceção para ocupação e adensamento populacional ocorrido no interior do território brasileiro, decorrente da marcha para o Oeste, da fundação da capital federal (Brasília) e em função das influências e articulação que esta gerou com outras localidades, como Goiânia, Cuiabá e outras.

Pode-se constatar, que historicamente, as regiões de proximidades litorâneas sempre obtiveram constantes processos de ocupação humana e que a concentração de urbanização brasileira ocorreu justamente nessas localidades; em contrapartida, as demais regiões territoriais brasileiras foram ocupada, porém, mais para as atividades rurais. Vejamos o mapa 8, que apresenta bem esse processo de ocupação territorial:

**Mapa 8 – Áreas de concentração de urbanização no território brasileiro**



Fonte: IBGE/Censo (2000), organizado por Egler (2000).

A maioria das regiões brasileiras que apresentam baixa densidade demográfica tem um passado geo-histórico que as caracterizam como ocupadas ora em função da extração de minerais, ora em função das atividades agropastoris, e muitas das regiões que apresentam

maior densidade demográfica tem a indústria como uma das principais influências na referida ocupação populacional.

As indústrias sempre foram e ainda continuam sendo um grande atrativo para as pessoas. Assim, as indústrias acabam requerendo uma maior quantidade de pessoas para seu funcionamento, fato que acaba influenciando no aumento populacional de um determinado local. Veja a seguir, no mapa 9, que apresenta a distribuição espacial da indústria no território brasileiro:

**Mapa 9 – Distribuição espacial da indústria brasileira**



Fonte: Atlas geográfico, IBGE, 2007.

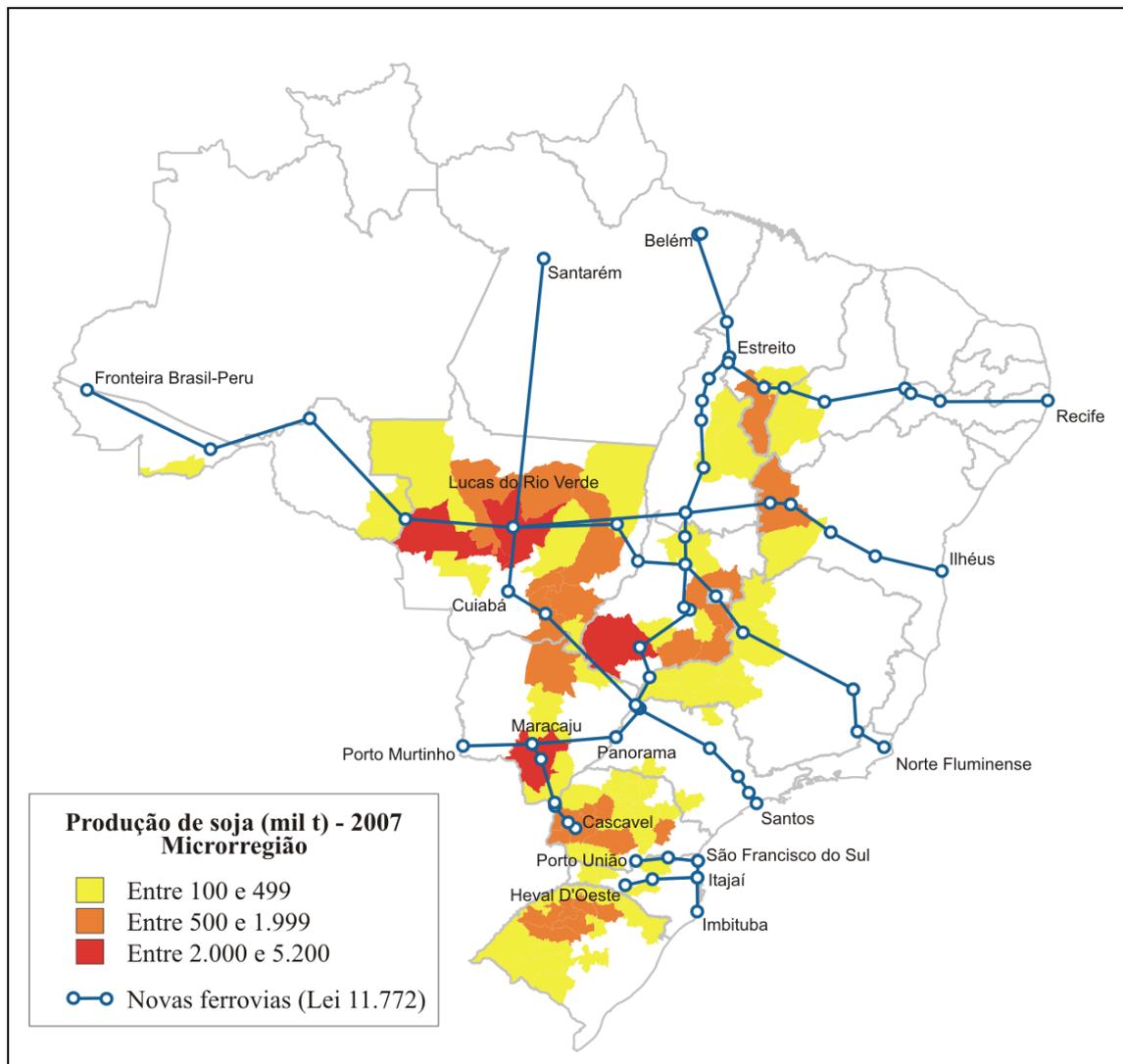
Mesmo considerando que o Brasil foi industrializado tardiamente, em relação aos países norte americanos, europeus e asiáticos, como se observa no mapa anterior, o território

brasileiro apresenta significativa quantidade de indústrias, o que coloca o Brasil entre os países industrializados. Também se confirma, no mapa anterior, que a maioria das indústrias brasileiras está localizada nas áreas que apresentam maior densidade demográfica. Dentre as regiões brasileiras que concentram a maior quantidade de indústrias, destaca-se a região Sudeste.

Mais precisamente a partir do início do século XXI, algumas alterações significativas com relação às desigualdades sociais, comerciais, financeiras e relativas à produção brasileira vêm acontecendo e provocando alterações em muitas localidades. Um desses casos, mesmo que de forma tímida, é que vem ocorrendo uma pequena desconcentração industrial, ou seja, muitas indústrias têm deixado as grandes regiões industriais do Brasil para se instalar em outras localidades, como região Nordeste, região central do Brasil e região Norte.

Também, muitas tendências recentes têm ocorrido com relação aos meios de produção. Quanto a isso, podem ser destacados o forte aumento do agronegócio no território brasileiro e as localidades que têm sido mais produtivas, concentradas, principalmente, na região Centro-Oeste. Veja no mapa 10 como se distribui no território brasileiro a produção da monocultura da soja.

**Mapa 10 – Produção de soja no Brasil**

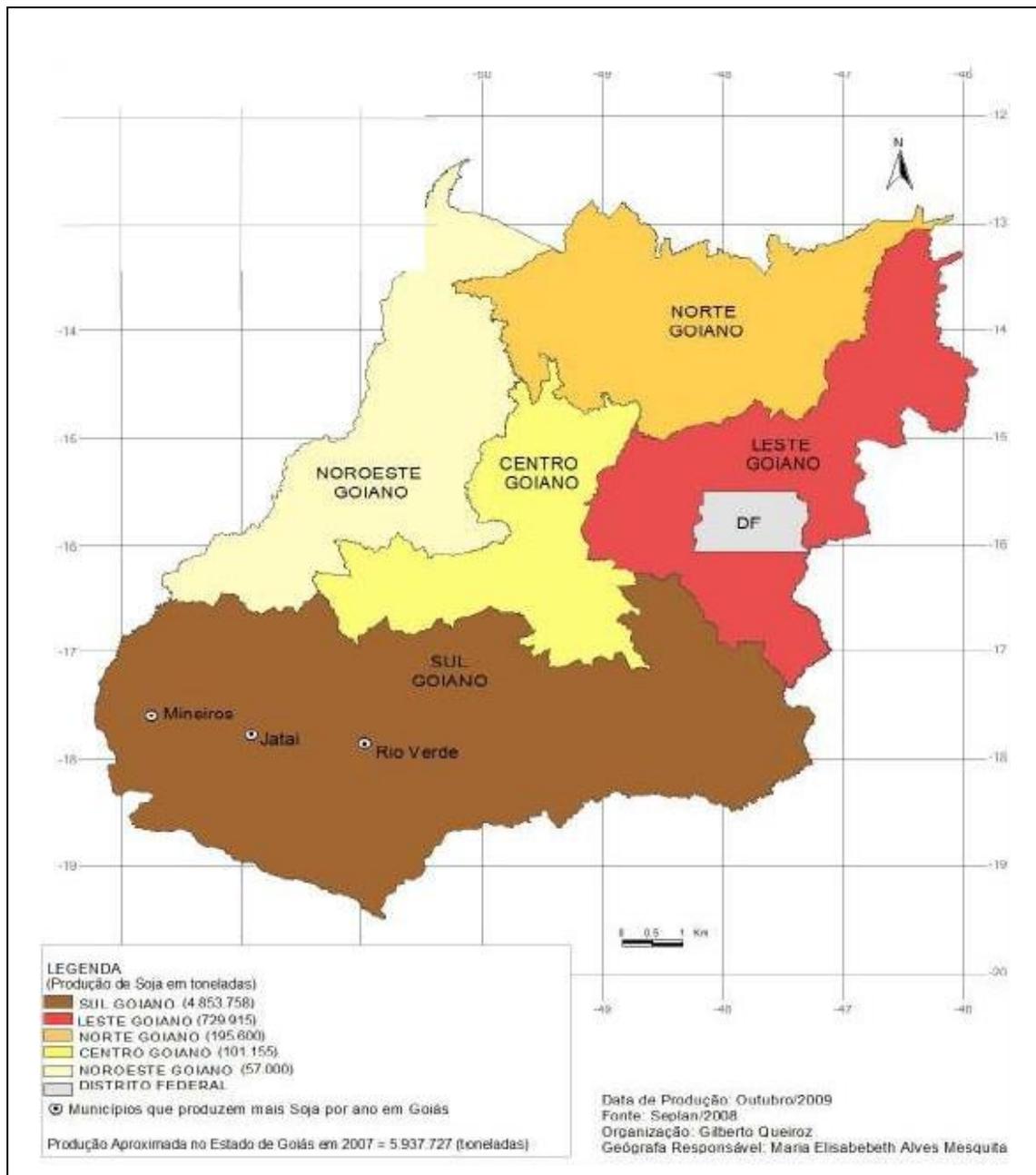


Fonte: Vencovsky (2011), IBGE (2010).

A produção da soja, até meados de 1970, estava totalmente concentrada na região Sul do Brasil. hoje, está mais concentrada na região Centro-Oeste, como se vê no mapa anterior. Os fatores que têm influenciado essa alteração são vários, dentre eles destacam-se o baixo preço das terras, os incentivos fiscais, a expansão agrícola em áreas do Cerrado, e a melhoria da infraestrutura de transportes, como a construção de ferrovias.

Assim, podemos constatar que, atualmente, a produção do agronegócio, a exemplo da soja, tem apresentado uma nova tendência de ocupação territorial, que tem priorizado as regiões centrais do Brasil; especificamente em Goiás a região Sul se destaca na produção da soja:

Mapa 11 – Produção de soja em Goiás



A região Sul de Goiás, sozinha, produz mais soja do que a soma total das demais regiões. Portanto, é uma das regiões que mais contribuiu nos últimos anos para elevação do PIB goiano.

Outra variável a se analisar é a ciência e a tecnologia, as duas são essenciais para o desenvolvimento de qualquer território, portanto, a maioria das produções tecnológicas e científicas estão diretamente interligadas à realização de pesquisas, por vez, essas quase sempre ocorrem nas instituições educacionais de formação técnica, especialmente nas universidades.

Assim se percebe que a distribuição de universidades federais estão desproporcionalmente distribuída no território brasileiro. A região Sudeste e Sul do Brasil é onde se concentra a maioria das universidades federais como se contata no mapa 12. De tal modo, essas regiões concentram a maioria dos estudantes universitários do Brasil, promovendo formação intelectual e ideológica, e fornecendo mão de obra qualificada para diversas áreas do mercado.

Mas, a partir do ano de 2012, o Governo Federal tem dado atenção especial à criação de escolas técnicas federais, fazendo com que o mercado seja melhor abastecido quanto à mão de obra qualificada. Assim, observa-se que a criação de novas escolas e institutos federais passou a fazer parte da pauta da política governamental. A seguir se verifica no mapa 12 a quantidade de escolas técnicas federais que foram construídas a partir de 2012 e as que estão em obras (em fase de construção):

Mapa 12 – Distribuição das escolas técnicas federais e universidades federais no Brasil



Localização das Universidades Federais

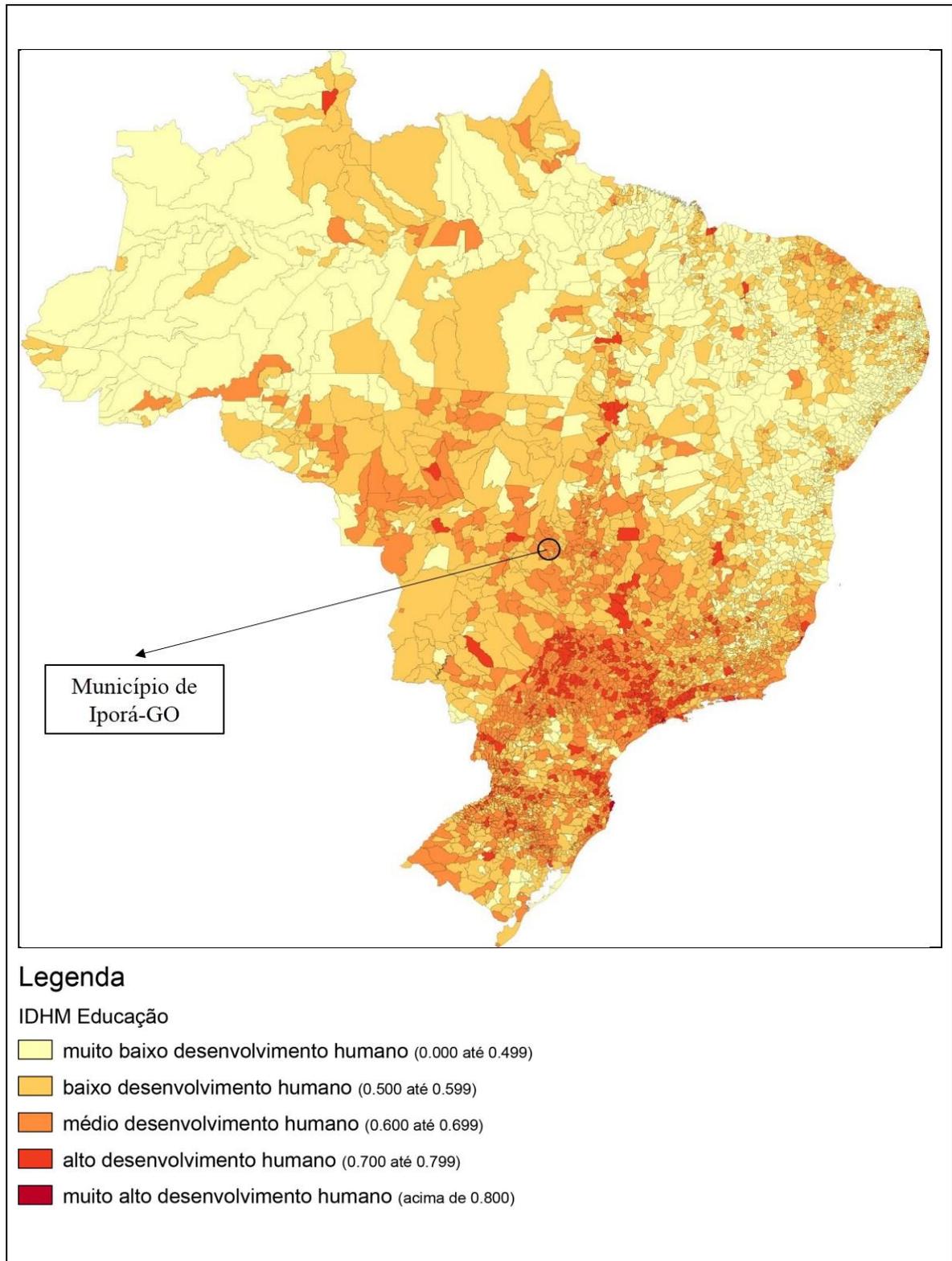


Fonte: Oliveira (2014) adaptado do Ministério da Educação (2012) e Leite (2012).

Contatamos que a dificuldade de distribuição igualitária das escolas técnicas e universidades federais ainda é uma realidade. Porém, deve ser considerado que a construção das novas escolas técnicas e universidades federais tem levado em consideração vários fatores, como: Demanda, aptidão regional, também a densidade demográfica e outros. Como se vê no mapa anterior, a maioria das novas escolas técnicas federais foi, ou está sendo construída, nas regiões Centro-Sul e Nordeste do território brasileiro. Essa realidade quanto à construção de novas escolas técnicas federais em todo território brasileiro evidencia a tentativa de reparação do governo federal quanto à distribuição de investimentos públicos; mas, mesmo assim, a quantidade de escolas técnicas e universidades federais por estado configura a persistência da desigualdade na distribuição dos investimentos públicos, o que influencia no desenvolvimento econômico e social.

Mais especificadamente quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) relativo à educação, percebe-se no mapa a seguir que ficam visíveis as desigualdades educacionais no território brasileiro; os melhores índices de IDHM-Educação concentram-se nos municípios localizados no Sudeste e no Sul do Brasil.

**Mapa 13 – IDH Municipal - Educação**

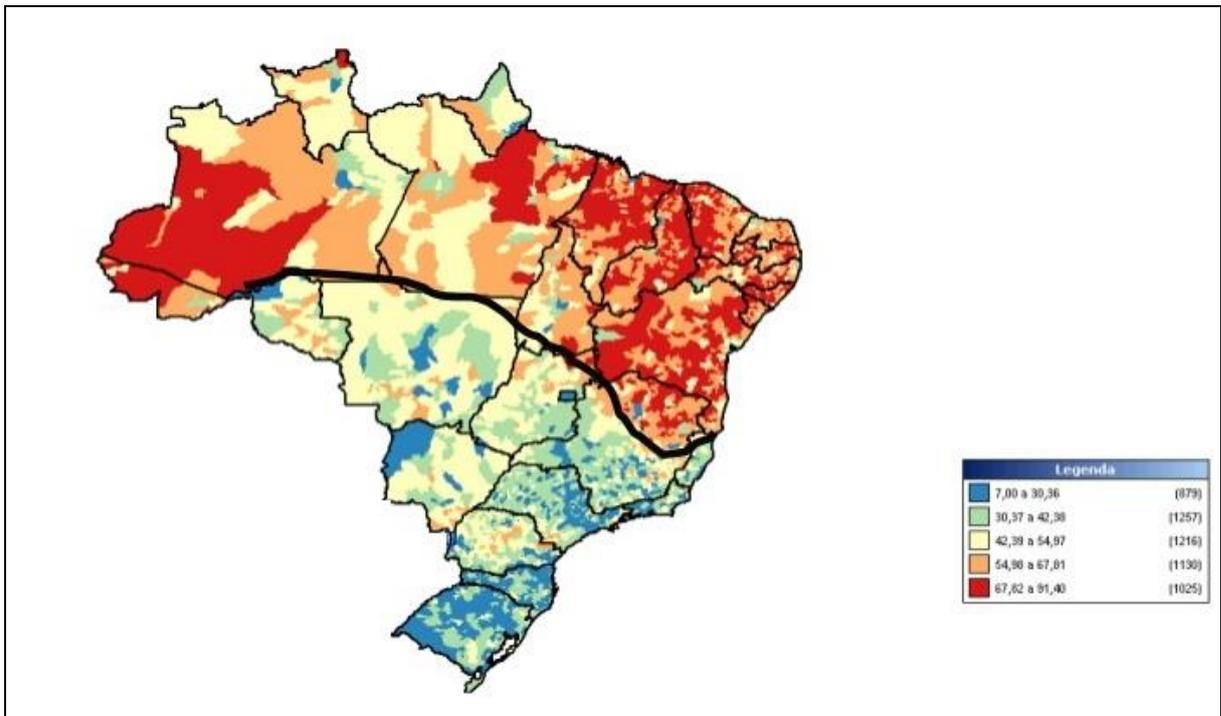


Fonte: PNUD - IDHM geral (2010).

As regiões brasileiras que apresentam os piores índices de educação são as regiões Nordeste e Norte. Nessa regiões concentram-se número elevado de analfabetos e ou de

peças com baixa escolaridade. E, para agravar, percebemos que as baixas taxas de escolaridade afetam praticamente todo o território brasileiro. Porém, as regiões Sul e Sudeste são as que apresentam melhores desempenhos quanto ao IDHM-Educação. Vejamos no mapa a seguir que, de acordo com Araújo (2010), existem praticamente dois brasis quanto à desigualdade educacional.

**Mapa 14 – Porcentagem de pessoas de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudo (ano 2000)**

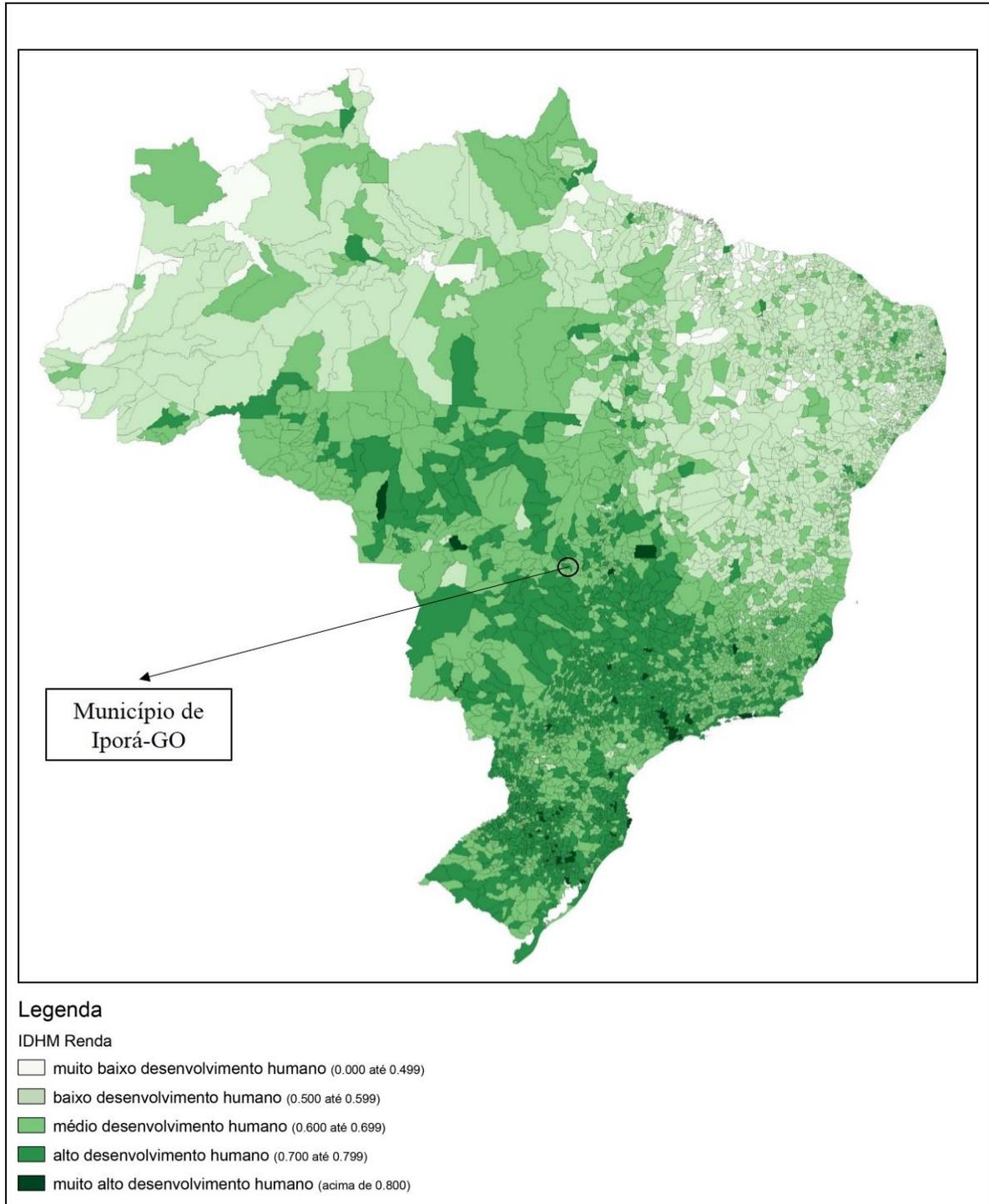


Fonte: Araújo (2010).

É bastante preocupante a desigualdade educacional existente no território brasileiro, pois sabe-se que a educação é a base de sustentação para o desenvolvimento de praticamente todas as áreas sociais e humanas. Como vimos, fica evidente que a desigualdade educacional é uma das características mais marcantes do território brasileiro. Já as regiões brasileiras menos providas de recursos financeiros são as que apresentam os piores índices do IDHM-Educação; assim, não é difícil decifrar que as pessoas mais pobres financeiramente estão nessas regiões e apresentam as piores taxas de alfabetização; são geralmente nessas regiões que se localizam as escolas que apresentam os piores desempenhos educacionais. É preciso criar e executar políticas públicas específicas para os problemas da educação, a fim de combater as desigualdades regionais existentes em todo o território brasileiro. Também de acordo com o PNUD (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Renda

apresenta altos índices de desigualdades em todo o território brasileiro. A região Centro-Sul do Brasil é onde se concentram os melhores índices relativos à renda. Já as regiões Amazônica e Nordeste concentram os mais baixos índices de IDHM-Renda:

**Mapa 15 – IDH Municipal - Renda**



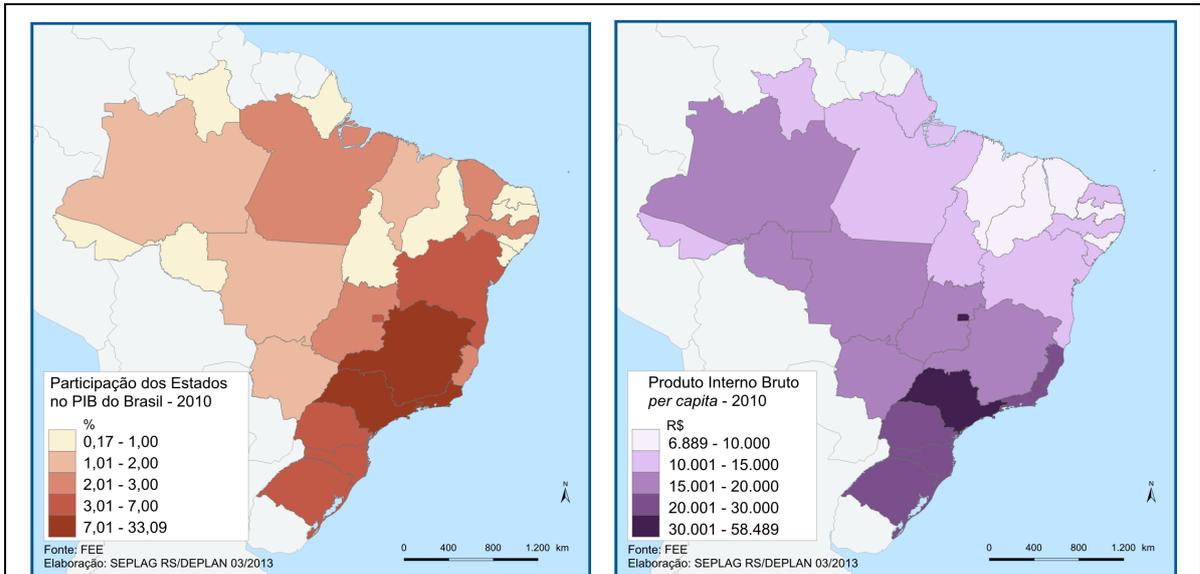
Fonte: PNUD - IDHM geral (2010).

A maioria das cidades que apresentam os mais altos IDHM - Renda do Brasil está situada nas regiões Sul e Sudeste; já as cidades que apresentam os piores IDHM – Renda estão localizadas nas regiões Norte e, principalmente, Nordeste do Brasil. Assim, podemos observar que as desigualdades na distribuição de renda persistem em todo o território brasileiro.

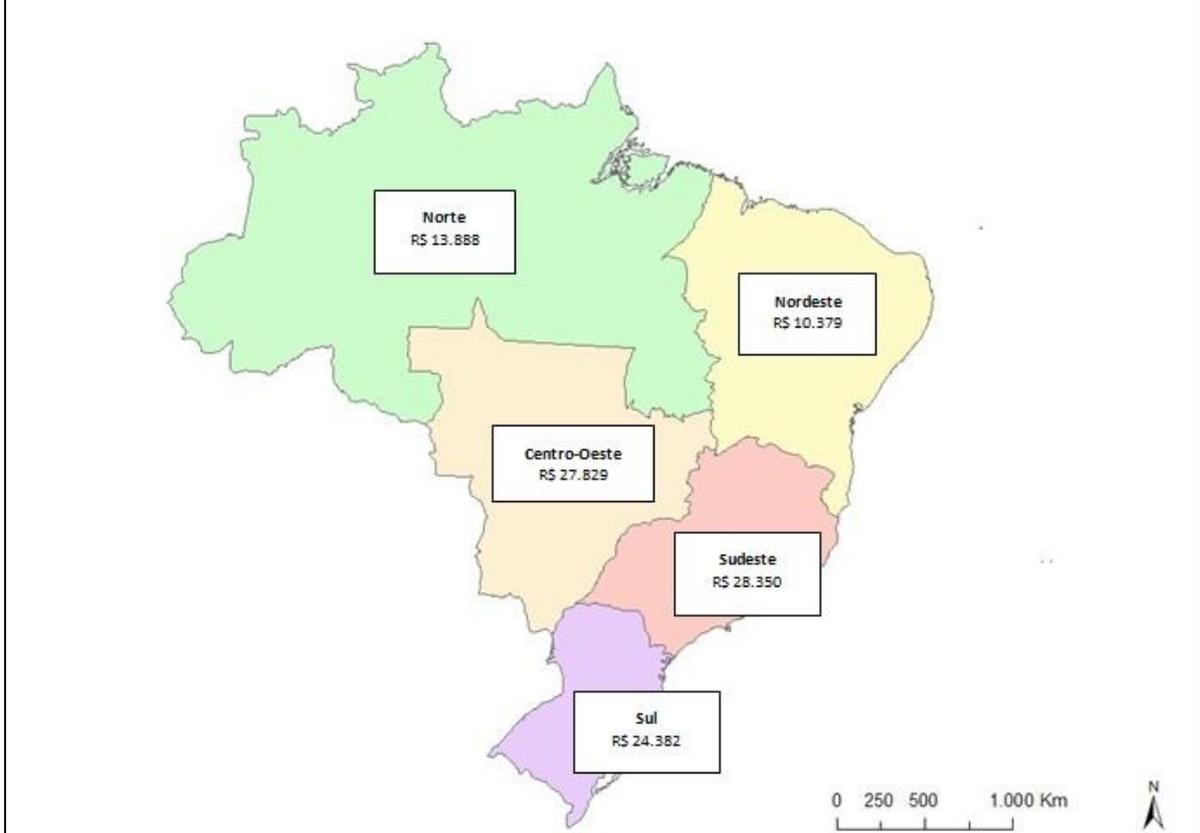
Também averiguamos que a renda e a produção brasileira não param de crescer, ano após ano. Assim, o Brasil tem apresentado consideráveis índices de crescimento; mas, ao considerar que o país está crescendo, logo surge um questionamento: como promover a distribuição de renda no Brasil? A resposta para essa pergunta não é muito simples; mas tão logo é possível afirmar que é preciso colocar as questões sociais em primeiro plano, ou seja, as questões sociais são emergenciais e precisam ser tratadas como prioritárias. A grande problemática é que os nossos administradores e gestores públicos têm colocado em primeiro plano as questões econômicas. Mas, qual é o resultado dessa ação de priorizar a economia e não as questões sociais? O resultado é que o país e os Estados brasileiros têm uma tendência de crescer, Nas últimas décadas, a economia sempre tem apresentando melhores índices de crescimento anual, mas, em contrapartida, tanto o país como os Estados ficam na dívida quanto ao desenvolvimento, pois o desenvolvimento das melhores condições de vida tem sempre ficado a desejar; em razão da falta de empregos, falta de melhorias no acesso à saúde, à educação de qualidade e falta de desenvolvimento do mercado local. Além disso, é preciso eliminar as desigualdades territoriais existentes.

Como se vê no mapa a seguir, os dados do PIB do Brasil também confirma as desigualdades com relação à distribuição de renda no país:

**Mapa 16 – PIB do Brasil**



**PIB per capita por região brasileira em 2011**



Fonte: Oliveira (2014) adaptado dos dados do IBGE (2011) e FEE - SEPLAG RS/DEPLAN (2013).

Ao observar onde estão sendo realizadas as principais obras do PAC no Estado de Goiás, percebe-se que muitos municípios pouco têm se beneficiado; um exemplo dessa constatação é o município de Iporá e municípios circunvizinhos, que, até o momento, não foram contemplados com esse benefício, com relação às rodovias.

A análise das desigualdades regionais nos ofereceu a possibilidade de perceber, também, que o Brasil é um país muito desigual e que as médias, como do IDH, são importantíssimas para análise do território. Porém, apenas isso não é suficiente para fazer uma análise mais profunda do território brasileiro. Agora, mesmo considerando uma certa superficialidade ou limitação nos dados do IDH, isso não desqualifica as condições de comprovação da existência das desigualdades territoriais no Brasil.

### **1.5 - O Estado enquanto viabilizador do desenvolvimento desigual no Brasil**

De acordo com Arrais (2007), o Estado de Goiás apresentou um crescimento demográfico, em 1970, bem mais elevado do que as taxas nacionais. O referido crescimento é reflexo de uma série de questões, mas pode-se destacar o êxodo rural e a migração de pessoas para Goiás.

Nesta lógica, o município de Iporá também teve um crescimento acentuado, e o maior de toda a sua história; no entanto, dados demográficos e censitários contradizem a explicação que é dada a quase todo o Estado de Goiás, ou seja, que o êxodo rural é o responsável pelo aumento da população urbana. Fato é que, em Iporá, no período de 1970 a 1980, a população aumentou em quase 10.000 habitantes, mas o deslocamento de indivíduos da zona rural para zona urbana foi de pouco mais de 2.000 pessoas. O aumento populacional de Iporá se justifica pela migração de habitantes dos municípios vizinhos.

Arrais (2007) ainda diz que outros processos são responsáveis pela mudança do perfil regional do território goiano, e, entre esses processos, destacam-se a modernização da agricultura e a fragmentação do entorno em função da transferência da capital brasileira para o Planalto central.

E nessa questão levantada por Arrais, podemos constatar que Iporá sofre, simultaneamente com o Estado de Goiás, as transformações territoriais e demográficas; contudo, os motivos são diferentes, pois, em relação aos processos apresentados por Arrais, Iporá acaba se compactuando dos mesmos, pois está distante da capital federal cerca de

500km, e a modernização da agricultura ainda tem chegado de forma muito tímida ao município, fato que ainda pode ser constatado nos dias atuais.

Há de se concordar, com Arrais (2007) que o processo de modernização da agricultura ocorreu prioritariamente a partir da região Sul de Goiás e este processo não foi nada inclusivo, pois o mesmo deu prioridade a regiões de interesse do capital privado e de acordo com o planejamento do Estado. A ocupação ocorreu de forma desigual e com fins de produzir as sementes de interesse para exportação.

Já no entorno e Brasília, aconteceu uma rápida transformação da paisagem, de forma a afetar vários aspectos da vida humana e ambiental, bem como os aspectos demográficos. De acordo com Arrais (2007), essa mudança demográfica, que é representada pelo grande crescimento (aumento da população), acabou por mudar o perfil de uma região, visto que esta região do entorno, na década de 1970, já era responsável por cerca de 16% da população goiana e apresentava a maioria dos desafios sociais, políticos e institucionais.

Arrais (2007, p.4) também salienta que as transformações socioeconômicas ocorridas em Goiás se devem, principalmente, em razão da localização e do papel de produtor que o mesmo assume:

(...) de forma simplificada, as principais intervenções conduzidas pelo Estado durante o século XX. O fato de o Estado de Goiás estar no centro do país e ter assumido o papel de fronteira agrícola foi fator decisivo na rapidez das transformações socioeconômicas e no conseqüente grau de desigualdade regional.

E ainda acrescenta,

Ao assumir, especialmente durante o século XX, o protagonismo na produção do território, o Estado interferiu no padrão de integração regional, reproduzindo, paradoxalmente, as desigualdades regionais e, ao mesmo tempo, a necessidade de intervenção para minorar essas mesmas desigualdades, via planejamento regional.

(ARRAIS, 2007, p.4)

Como se vê, o Estado apresenta-se como viabilizador do desenvolvimento desigual no Brasil e reproduz as desigualdades regionais, fato que pode ser melhor compreendido e visualizado na figura a seguir, elaborada por Arrais (2007, p.5 e 6):

**Quadro 3 – Território goiano: Estado e a capitalização do território**

Programas		Período	Impacto regional
Marcha para o Oeste	Expedição Roncador Xingu	1943-1949	Ação de interesse militar, partindo de Aruanã com destino ao Pará e ao Amazonas, tendo, entre outros objetivos, a colonização pontual da vertente Oeste do Araguaia.
	Fundação Brasil Central	1943-1967	Substituiu a Expedição Roncador-Xingu, intervindo, também, no território goiano, por meio do estímulo à colonização.
Edificação de Goiânia		1933-1942	Estimulou a migração e mudou o eixo econômico do Estado para Mato Grosso Goiano, reforçando as desigualdades regionais entre o Norte e Sul.
CANG (Colônia Agrícola Nacional)		1942-1945	O programa de colonização federal causou impacto na migração e alterou a estrutura agrária da porção norte do Mato Grosso Goiano.
BR-153		1958-1975	Transformou-se na principal artéria de ligação entre o Sudeste e o Norte brasileiro, redefinindo o eixo de povoamento do Norte goiano para a vertente Oeste do rio Tocantins.
Edificação de Brasília		1956-1960	Estimulou a migração, a fragmentação municipal, o mercado de consumo regional e a circulação rodoviária, com impacto no Leste e Nordeste Goianos.
Cachoeira Dourada		1960	Atendeu a demanda de energia do Estado de Goiás e do Distrito Federal.
SUDECO		1967-1990	Programa do Governo Federal com o propósito de intervir na Região Centro-Oeste, estimulando a mudança no perfil econômico. Em 1990 a SUDECO foi extinta. Em 29/11/2006 o projeto de recriação da SUDECO foi aprovado por unanimidade na Câmara Federal.
		2006- ...	
Incentivos Fiscais	FCO	1988 - ...	Fundo Constitucional do Centro-Oeste disponibiliza 3% do produto da arrecadação do Imposto Sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza e do Imposto Sobre Produtos Industrializados.
	Fomentar	1996-1990	Estimularam a migração de empresas de diversos ramos para o territórios goiano, especialmente para o Centro-Sul do Estado. O Produzir, substituto do Fomentar, oferece financiamento de ate 73% do ICMS em 15 anos.
	Produzir	1999-...	

\*Estes são alguns exemplos de investimentos conduzidos pelos Governos Federal e Estadual e cujo reflexo setorial já foi avaliado pela literatura específica, como podemos notar em: Abreu (2000), Arrais (2005), Borges (2004), Dayrell (1979), Paviani (1987, Teixeira (1961), Valverde & Dias (1987) etc.

Como se pode ver, o os programas já realizados para desenvolver e elevar a produção de Goiás privilegiam um crescimento e desenvolvimento desigual. E, neste contexto, o Município de Iporá - bem como a microrregião a qual pertence - é desprivilegiado dos investimentos obtidos através destes programas. De acordo com Arrais (2007, p.8 e 9),

[...] essas intervenções foram planejadas e estimularam diferentes usos do território goiano. O Estado foi o ator central nesse processo. Capitalizou o território desigualmente e vem articulando sua abertura para o mercado global, via incremento nas exportações. A questão é que mesmo essa articulação se reproduz desigualmente no território, forjando e sustentando um discurso que vê o desenvolvimento regional como sinônimo de competitividade, o que significa que apenas algumas regiões poderão atingir o sucesso.

Podemos dizer que o modelo de desenvolvimento atual se consolidou a partir dos programas e projetos de desenvolvimento no contexto da integração nacional e isso ocorreu pela falta ou ao péssimo planejamento, pela ausência de políticas governamentais eficazes, dentre outros problemas, provocando uma fragmentação no território goiano, traduzida nos problemas de desigualdade regional. Isto dificulta ainda mais fazer políticas capazes de combater as desigualdades regionais e outros problemas, impedindo o projeto de soberania nacional, que é promover um desenvolvimento equitativo, bem distribuído nas regiões brasileiras.

E em relação à Iporá? Partindo desta contextualização, constata-se a partir do ponto de vista geográfico, que Iporá atualmente não é, de fato, alvo de políticas governamentais ou de incentivos fiscais para atração e estímulo de empresas e produtores; não há significativa concentração fundiária para produção de *commodities*, não há base de infraestrutura consolidada e a logística das rodovias não possibilita um baixo custo de transporte, apesar de sabermos que, nesta região, há uma maior ausência de limitações ambientais e localização geográfica estratégica entre Goiás e Mato Grosso. À luz das categorias geográficas, vimos ainda que o Cerrado brasileiro vem sendo extinto em função, sobretudo, do desmatamento e de interesses econômicos. O Estado tem viabilizado um desenvolvimento territorial desigual, em que algumas localidades têm sido priorizadas com investimento financeiro e ou com obras de infraestrutura. Assim, algumas localidades se destacam em função também do crescimento econômico, da concentração urbana e da concentração industrial.

Como foi visto nesse capítulo abordamos alguns conceitos e aplicabilidades importantes para entender o processo de apropriação do Cerrado e as desigualdades regionais existentes. E no capítulo 2 iremos apresentar fatos, acontecimentos históricos, os principais processos de uso e ocupação do espaço territorial, afim de compreender a lógica para o surgimento do município de Iporá.

## CAPÍTULO 2

### CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-ESPACIAL PARA ENTENDER O MUNICÍPIO DE IPORÁ

A proposta de estudar o município de Iporá no contexto da apropriação do Cerrado goiano, por meio da ciência geográfica, implica que seja considerado que, há bastante tempo, pesquisadores, principalmente por meio das ciências geográficas, vêm estudando os processos de ocupação espacial e territorial. Assim, os mistérios e a heterogeneidade do Cerrado goiano vêm, aos poucos, sendo desvendados, o que mostra a relação entre o município de Iporá, o Cerrado goiano e a Geografia.

Porém, ressalta-se que poucas pesquisas socioespaciais e territoriais foram realizadas no município de Iporá. Portanto, para entender o município de Iporá no contexto da atual apropriação do Cerrado goiano, é necessário compreender algumas questões elementares, como as ações econômicas e políticas que influenciaram na dinâmica de uso e ocupação territorial do município em questão.

É imprescindível ainda compreender o movimento populacional, o pensamento político administrativo, a condição cultural e existencial dos populares do município de Iporá. Só assim é possível obter respostas para entender a condição de estagnação e depressão do município em questão. Portanto, na sequência desta pesquisa, iremos abordar e contextualizar o surgimento e produção espacial do município de Iporá.

Perpetramos uma releitura de algumas produções locais, como o livro de Gomis (1998), "Uma Viagem no Tempo de Pilões a Iporá" e outras produções, como "Em dia com a História"; Silva (2012), "História e êxodo rural no município de Iporá entre 1960 e 1980: Mudança e marginalidade"; Rodrigues e Rossi (2004) "Iporá nas décadas de 1940 a 1960: Um olhar sobre a política, a economia e o cotidiano das famílias", dentre outros. Fazer essa releitura possibilitou uma contextualização histórico espacial do surgimento do município de Iporá, permitiu compreender como ocorreram os seus primeiros processos de ocupação e apropriação no Cerrado goiano.

A região do Oeste Goiano, mas precisamente no século XVII, é marcada pelas atividades mineradoras. Porém, em período anterior ao descobrimento das minas do Centro-Oeste, registra-se que o Anhanguera<sup>6</sup> teve relevante papel para que se descobrissem as

---

<sup>6</sup>Bartolomeu Bueno da Silva ficou conhecido como o Anhanguera, apelido herdado de seu pai, que tem o significado de diabo velho, em função do fato de que seu pai pôs fogo em um pouco de aguardente a fim de

famosas minas de ouro e diamante em Goiás, pois o mesmo realizou e enviou várias expedições regionais a fim de desbravar e conhecer as possíveis potencialidades mineradora de Goiás, fato que fez com que nascessem vários povoados em diversas localidades de Goiás, com a presença de pessoas de vários estados e até de outros países.

Salientamos que a ocupação goiana deu-se, obviamente, de forma totalmente desordenada, pois não houve nenhum planejamento, ou seja, o povoamento goiano surgiu seguindo o curso natural das atividades mineradoras. Não vamos entrar em detalhes com relação ao Anhanguera, mas vale dizer que o mesmo pode ser considerado como uma pessoa que foi bastante poderosa e influente, que acumulou muita fortuna, tinha relevantes propriedades de escravos e se imortalizou como um personagem histórico e bastante controvertido, pois era ambicioso e empreendedorista pelos negócios que realizava; também foi um grande responsável pelo povoamento goiano e desbravador do referido estado. Mas, também ficou conhecido como mito, que foi bandido e massacrador de índios.

Pode-se dizer que a história da inserção do município de Iporá ou do distrito de Rio Claro começa quando o Anhanguera (pai) realiza algumas viagens pelo Brasil, em especial realizando expedições que descobriram ouro e diamante em Goiás. Ele fez o trajeto de São Paulo ao rio Araguaia<sup>7</sup>.

Em 1722, com autorização de Dom João V, Anhanguera (filho), a princípio com o intuito era de realizar o caminho percorrido anteriormente pelo seu pai, obteve licença para realizar diversas expedições no interior de Goiás, ocasião em que foi desbravando o Cerrado goiano em busca de riquezas e detectando várias minas auríferas<sup>8</sup>. Surgem, então, vários povoados e um deles é o arraial de Sant'Ana<sup>9</sup>. Em 1729, o Capitão General Antônio da Silva Caldeira Pimentel<sup>10</sup> determinou que fosse construída uma trilha que ligasse o arraial de Sant'Ana a Cuiabá (GOMIS, 1998). E foi a partir deste caminho - que era percorrido por várias pessoas, tropeiros e caravanas - que se descobriu, na margem direita do Rio Claro, um

---

Aterrorizar os índios, e, assim, obrigá-los a revelar onde estava uma jazida. O mesmo ficou historicamente conhecido como um colonizador e desbravador do Brasil Central, especificamente de Goiás (QUADROS, 2007, P.1,3 e 10).

<sup>7</sup>Ressalta-se que há contradições com relação a este trajeto; Muitos pesquisadores e historiadores locais apresentam trajetos similares e outros que até diverge desse apresentado.

<sup>8</sup>Referência empregada às minas de ouro.

<sup>9</sup>Foi fundado como um núcleo que se chamava Barra; posteriormente, o mesmo foi transferido para o rio Vermelho e ganhou nome de Sant'Ana. Em seguida, se tornou Vila Boa, que atualmente é a Cidade de Goiás, conhecida ainda por Goiás Velho.

<sup>10</sup>Governador da Capitânia de São Paulo, Goiás e Mato Grosso.

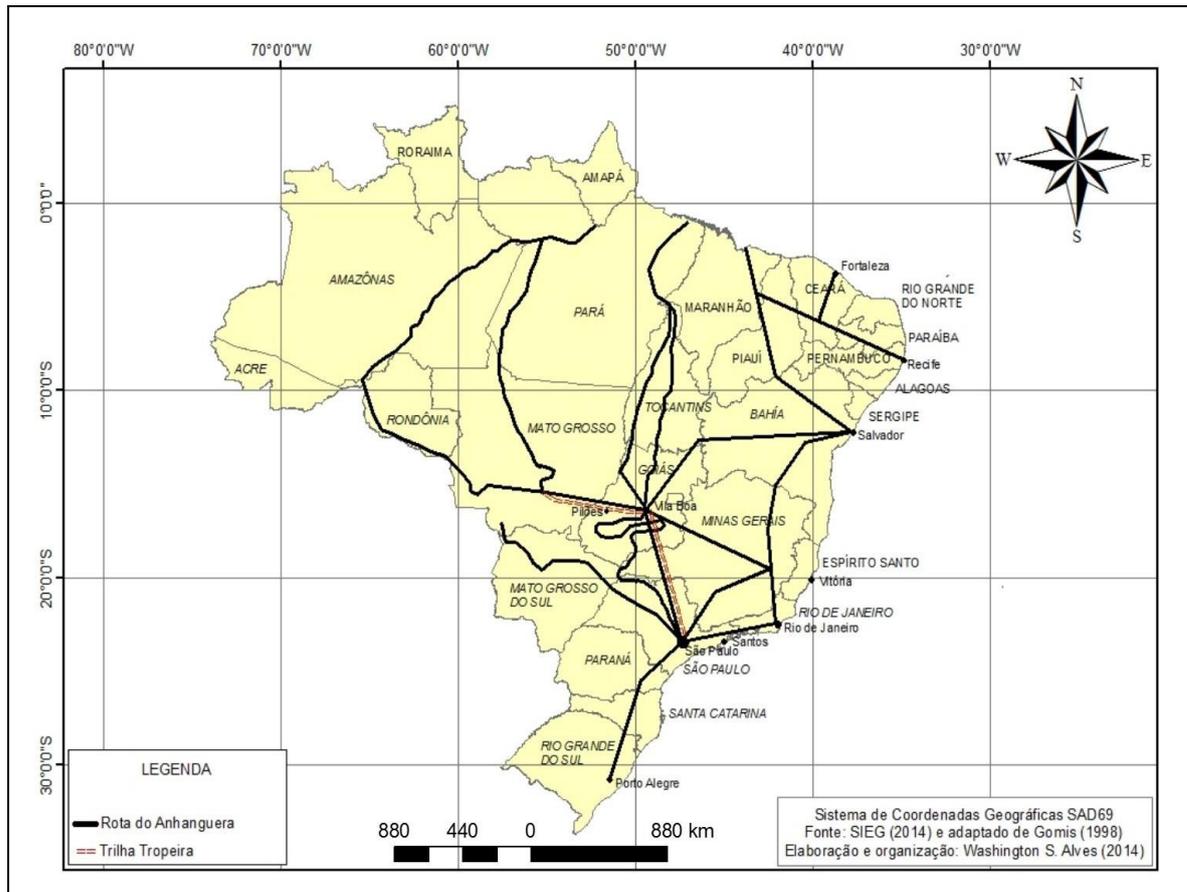
lugar com vegetação tipicamente de Cerrado, com árvores de troncos retorcidos e de casca grossa, em que o majestoso sol nascia e se punha de forma esplendorosa e brilhante nas serras distantes. O cenário desta região ainda era composto por uma riqueza em quantidade de água, especialmente pelo rio de águas claras. Ali, os viajantes faziam seu repouso para, no dia seguinte, seguirem viagem. Tão logo, esses viajantes puseram o nome neste local de Rio Claro, que posteriormente foi fundado como Arraial dos Pilões; porém, o lugar ficou conhecido como Comércio Velho e só mais tarde irá se transferir de lugar e será chamado, a princípio, de Itajubá, e, finalmente, Iporá. Assim, este local começou a ser habitado por alguns moradores, que construiram ranchos de palhas de babaçu, servindo também como pousada para os viajantes já citados.

De acordo com Gomis (1998), essa região apresentava claras evidências diamantinas e tão logo essa informação chegou ao arraial de Sant'Ana, e sem perda de tempo, o Anhanguera veio à esta região retificar a veracidade da informação. A princípio, o mesmo pensou que este lugar era o mesmo que nomeou de Pilões no Caiapó, em viagem de exploração anterior.

(...) Esse engano acabou por criar confusões aos que pesquisam os documentos antigos de Goiás, visto que as crônicas da bandeira do Anhanguera constam que às cabeceiras do rio Pilões nas proximidades de Caiapônia. Ao passo que o atual rio Pilões, que aparece no mapa do “distrito Diamantino do Rio Claro”, tem suas nascentes na serra Dourada, nas proximidades de Mossâmedes. Essa sutil confusão tem sido responsável pelas polêmicas contradições a respeito da rota percorrida pelo Anhanguera em terras goianas, desde a travessia do Paranaíba até o rio Vermelho (GOMIS, 1998, p. 31).

O fato de que havia muito ouro e diamante se confirmou. E rapidamente a notícia chegou também ao rei de Portugal. O mapa 17 apresenta a rota de ligação entre São Paulo, Vila Boa e Cuiabá, ou seja, a rota do Anhanguera:

**Mapa 27 – Rota percorrida pelo Anhanguera no território brasileiro**



Como se pode observar, Vila Boa, bem como Rio Claro (Iporá), estão localizadas em local estratégico, ligando diversas regiões de relevância e interesse à exploração de diamantes e ouro.

Podemos visualizar ainda no mapa 17 o distrito diamantino de Vila Boa e Rio Claro. A referida figura representa o porquê da relevância desta região e o interesse, inclusive, do rei de Portugal pelas riquezas minerais de ouro e diamante catalogados nos mesmos.

Com a confirmação de que Rio Claro tinha ouro e diamante em grande quantidade, este local sofreu um rápido processo de ocupação; o local que tinha pouco mais de uma dezena de pessoas passou a receber várias centenas de garimpeiros que chegavam em grupos e muitos acompanhados de suas famílias. De acordo com Palacin (1976, p.71 e72):

(...) garimpeiros de diversos cantos de Goiás e Minas Gerais começaram a chegar, às centenas, ao rio Claro e a embrenharem-se clandestinamente pela região. A pousada do rio Claro, que não passava de meia dúzia de choupanas, transformou-se, da noite para o dia, num agitado formigueiro humano – um arraial dos “fora da lei”.

Quando Palacin (1976) se refere aos “fora da lei”, diz respeito aos garimpeiros que começaram a exploração sem nenhuma autorização. Mas, assim que esta notícia chegou a Portugal, o rei imediatamente tomou diversas providências a fim de proibir a exploração de minerais (diamante) deste local. Como a quantidade de diamantes era grande, o rei promoveu vigilância rigorosa e reforçada, enviando à região um contingente militar, composto por “dragões” - polícia da guarda real - e voluntários civis, e, posteriormente, foram formados batalhões de combatentes voluntários. Nessa época, aplicaram-se duros castigos exemplares a fim de expulsar os garimpeiros. A seguir, D. João providencia um estudo detalhado de toda a região tida como aurífera. De acordo com Gomis (1998, p. 36): "(...) não restam dúvidas, contudo, sobre o fato de que o “Distrito Diamantino do Rio Claro”, foi demarcado somente após criterioso estudo e pesquisa da área, segundo os conhecimentos empíricos e científicos disponíveis na época". Os mapas 18 e 19 mostram a demarcação da região do Rio Claro, que confirma a existência de diamante e ouro já no período de 1732:





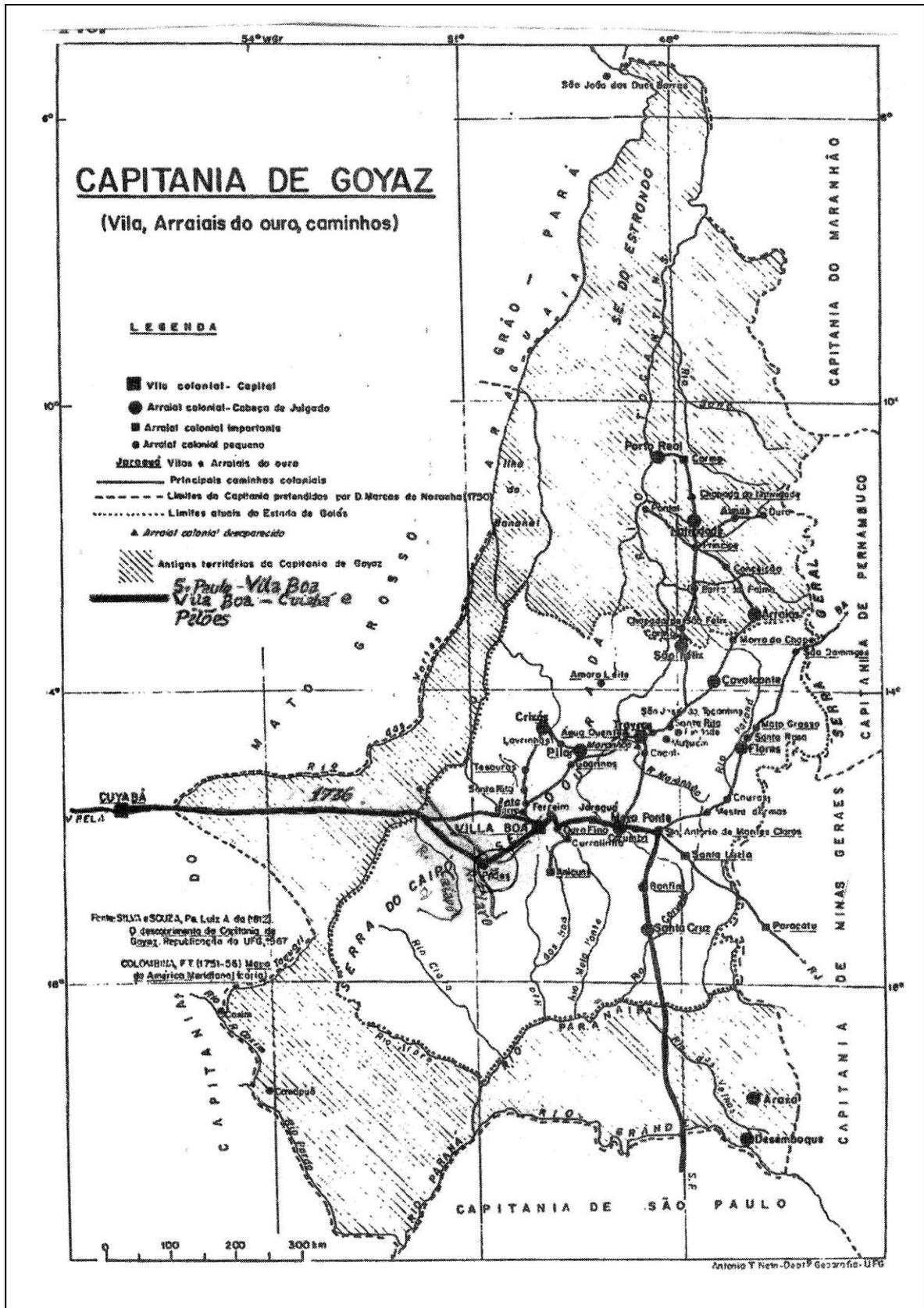
De acordo com Renger e Machado (2007), a Coroa Portuguesa monopolizou a extração de diamantes; para tanto, foi feito um mapeamento cartográfico, cujo objetivo era sanar a preocupação que havia quanto à localização, também para se obter controle das lavras do Distrito Diamantino.

Assim, as riquezas do Oeste Goiano passaram a ser de interesse da Coroa Portuguesa, e a mesma foi logo tomando providências para que acontecesse uma rigorosa vigilância no distrito diamantino de Rio Claro e para que também fosse feita a exploração das jazidas do referido local. Assim, os irmãos Brant obtiveram autorização legal para fazer a exploração; Eles se alojaram no Rio Claro, onde já estava instalado o quartel de Pilões. Obviamente, muitas outras pessoas continuaram procurando este local para residir. De acordo com Brandão (1886), nessa época, começaram a ser construídos os primeiros casarões coloniais e a suntuosa igreja, de estilo barroco, sede da Paróquia do Senhor do Bonfim. Portanto, registra-se que o Arraial dos Pilões surgiu oficialmente em 1748.

Muitos pesquisadores e historiadores afirmam que o Arraial de Pilões deveria ser considerada capital de Goiás, pois, antes de Vila Boa tornar-se capital, no fim de 1748, o governador Gomes Freire de Andrade instalou seu governo itinerante no arraial de Pilões e de lá governava Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, deixando o Distrito de Pilões somente em 1749, quando foi para Vila Boa, elevando-a à capital após o desmembramento de Goiás de São Paulo, dando ao primeiro o *status* de Capitania (GOMIS, 1998).

O processo de exploração da região que compôs o Arraial de Pilões foi marcado por diversas situações conflituosas. Houve conflitos entre o Anhanguera e os nativos da terra (índios); diversos conflitos existiram entre a Coroa (Rei de Portugal) e os garimpeiros e também foi conflituosa a parceria de exploração estabelecida com os irmãos Brant, dentre outras. O mapa 20 demonstra a área do Distrito Diamantino do Rio Claro e a rota que ligava Pilões a Cuiabá, Vila Boa e São Paulo:

Mapa 20 – Capitania de Goiás: Rota que ligava o Arraial de Pilões à São Paulo e à Vila Boa e Cuiabá



Fonte: Silva e Souza (Apud Gomis, 1998).

Alguns fatores foram importantes no processo de surgimento e ocupação do Rio Claro (Arraial de Pilões). As viagens do Anhanguera (pai), as viagens de exploração do Anhanguera (filho), a construção das trilhas que ligavam Vila Boa a Cuiabá, a mineração, os irmãos Brant, os garimpeiros. Mas, a partir destes fatores e personagens importantes já citados, para o surgimento e ocupação do Arraial de Pilões, deve-se destacar o papel de Israel de Amorim. No entanto, antes de caracterizarmos estes personagens históricos, devemos destacar alguns elementos ainda importantes na exploração do distrito Diamantino de Rio Claro.

Em 1751, os irmãos Brant deixaram de explorar a minas auríferas, alegando prejuízos e que o local não tinha tanto minerais como se pensava (fato contraditório aos vários documentos e fatos comprovados que confirmam a existência de grande quantidade de diamante no local). Destarte, a Coroa Portuguesa, em 1801, abriu novas franquias para exploração do local. Ao mesmo tempo, vários garimpeiros continuaram promovendo o garimpo ilegal e obtendo grandes lucros. E, de acordo com Gomis (1998), posteriormente à revolução de 1930, os coronéis perderam a hegemonia sobre as zonas diamantíferas, o que culminou na vinda de milhares de garimpeiros para promover a exploração e, já nas décadas de 70 a 90, os rios Pilões, Claro e Caiapó foram praticamente invadidos por muitas dragas, tendo fim a garimpagem somente em 1994.

A seguir, podemos então expor a importante presença e participação histórica de Israel de Amorim na construção e emancipação de Iporá. Sabe-se que o mesmo chegou a Rio Claro, ou seja, no popular Comércio Velho, em 1926, ainda jovem, exercia a atividade de “caixeiro viajante”. Era um rapaz bem desinibido e de fácil relacionamento. Logo que chegou, procurou estreitar relacionamento com Odorico Caetano Teles, que era chefe político, e de Joaquim Paes de Toledo, conhecido como Quinca Paes, que era dono das terras onde estava situado o garimpo e também com os coronéis do local e com os garimpeiros. Em pouco tempo, enriqueceu comercializando diamantes, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Assim, Israel de Amorim foi se tornando uma respeitada liderança local, com bom relacionamento com os coronéis, com os garimpeiros e com os moradores de Comércio Velho. Logicamente, essa condição abriu-lhe as portas junto a pessoas influentes, comerciantes e muitas outras lideranças políticas do Estado e do Brasil. Pode-se dizer que Israel era um expedicionário, um predecessor dos comunicadores, ou seja, ele se tornou um representante do Comércio Velho; pois estabeleceu uma rede de comunicação do lugar com outros lugares.

Com o advento da Revolução de 1930, os coronéis perderam o poder, e, no veio desta situação, Israel de Amorim logo tratou de se aliar à nova situação, fazendo amizade com um dos líderes desta revolução, que era o Pedro Ludovico Teixeira. E, a partir deste momento, ele aumentou e muito seu poder e riqueza. Constatou-se que Israel sempre fazia o trecho que ligava o Distrito de Rio Claro a São Paulo e Rio de Janeiro, negociando as pedras preciosas e, em contrapartida, trazia produtos que utilizava para negociar com os garimpeiros. Esse trajeto foi transformado numa rede de comunicação, pois Israel ia divulgando e anunciando o Comércio Velho como um local de prosperidade, de riqueza e fartura. Assim, muitas pessoas, a cada dia, procuravam este local para viver.

Outro personagem importante na construção de Iporá foi o Mestre Osório Raimundo de Lima, que era escrivão, que foi morar no distrito de Rio Claro, em 1933, sendo o responsável pelo cartório local, que estava desativado desde a Revolução de 1930. Com muita facilidade, tal qual Israel de Amorim, logo estreitou relacionamento com os moradores do local.

Em 1936, Israel fez uma viagem de visita aos seus familiares, ficando ausente por alguns dias do distrito. Nesta ocasião, Odorico e Quinca Paes procuraram Mestre Osório, a fim de promover uma mudança de local do Comércio Velho, pois muitos interesses vinham à tona neste momento para tal feito. Ambos os coronéis estavam com medo de perder suas terras, caso ocorresse uma invasão apoiada por Israel de Amorim e pelo Governador Pedro Ludovico Teixeira. Além disso, eles estavam contrariados com o crescimento e referência política de Israel de Amorim - e essa seria uma oportunidade para diminuir a influência do mesmo - e com o fato de que os garimpeiros estavam vasculhando suas terras à procura de ouro e diamante, fazendo "arruaças" no local.

Ressalta-se que, tanto Odorico e Quinca Paes tinham perdido seu poder e influência após a revolução de 1930 e almejavam, ainda, recuperar este prestígio. De quebra, se conseguissem o intento de mudar o Comércio Velho de local, poderiam escolher um local nas proximidades de suas terras, promovendo, em consequência, a valorização delas. Como Odorico e Quinca Paes não tinham escritura destas terras e os impostos das terras escrituradas estavam atrasados, seria uma boa oportunidade para vendê-las de forma bem mais valorizada, livrando-se, ainda, de possíveis invasões.

Assim, Mestre Osório procurou a Câmara de Vereadores da Cidade de Goiás e, posteriormente, o Governador Pedro Ludovico, a fim de providenciar a referida transferência. Em seguida, foi instituída uma comissão responsável pela transferência.

Após verificar vários possíveis locais para instalar a sede do novo distrito, Mestre Osório encontrou um local que considerava ideal, pois era de uma beleza encantadora, com muito verde, água em abundância e era muito agradável, localizado na divisa das terras tanto de Odorico como de Quinca Paes. Em 1936, foi lavrada a ata de fundação do Distrito de Itajubá, cujo nome, segundo Gomis (1998), foi uma homenagem a Elpídio Paes de Toledo, que viveu e estudou, quando jovem, na cidade mineira homônima (Itajubá). Logo em seguida, começaram a chegar os novos moradores ao local e muitos diziam que seria um lugar promissor.

Com poucos moradores ainda e quase todos morando nos ranchos de folha de babaçu, o projeto logo emperrou, pois o Governador Pedro Ludovico Teixeira ficou sabendo que a mudança do distrito era parte da ação de alguns aliados da família Caiado. O Governador, cuidando para não contrariar Mestre Osório, que era seu amigo há tempos, começou a dificultar (protelando) o projeto de mudança. Com isso, o desânimo e desmotivação tomaram conta do projeto.

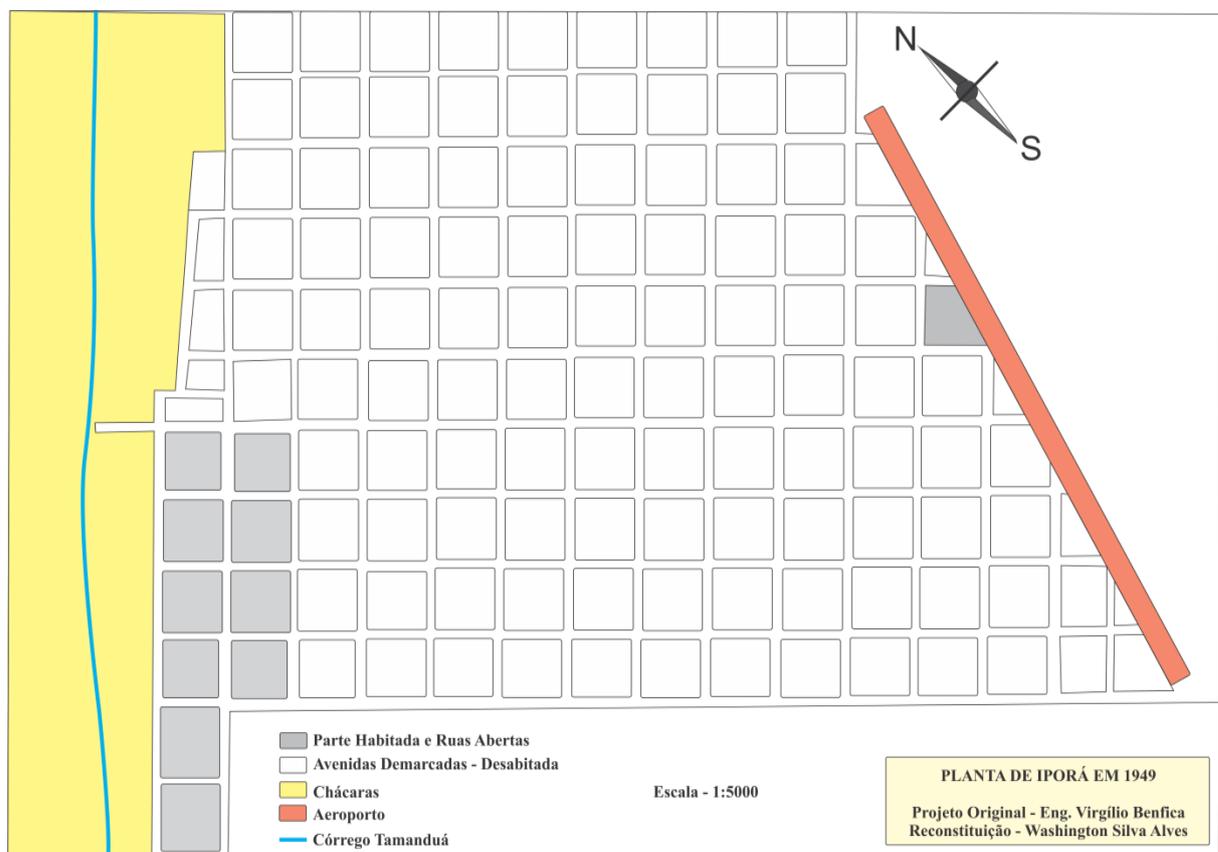
Mas no ano de 1937, Israel de Amorim casou-se com a jovem estudante maranhense, Olga de Souza Santos, na cidade de Araguaiana, e mudou-se para capital, mas continuou a realizar os negócios relacionados à atividade de mineração. Daí, passou a ter possibilidade de realizar um antigo sonho, que era de criar uma cidade para abrigar os garimpeiros e agricultores e fazer uma carreira política. Como Israel de Amorim tinha ótimo relacionamento com o seu amigo Governador Pedro Ludovico, logo recebeu autorização para colocar em prática o seu antigo sonho, já citado. Assim, Quinca Paes, vendo que havia, de fato, possibilidade de este projeto obter sucesso. Logo procurou aliar-se a Israel de Amorim. Juntos, eles organizaram um novo grupo para encaminhar este projeto. Decidiram que, de fato, o local ideal era aquele já escolhido anteriormente, e conseguiram, em 1938, oficializar a transferência do antigo Distrito de Rio Claro, validando-o com o nome de Itajubá. A notícia de que Itajubá era um lugar muito bom para se viver, para trabalhar e de futuro promissor correu rapidamente, atraindo pessoas de todos os lugares, de cidades mais próximas e de vários outros Estados. Muitos vinham para a zona urbana e outros para zona rural; alguns compravam terras e outros as invadiam. Israel de Amorim, além das terras de posse do Estado, também comprou muitas terras e foi revendendo-as; em muitos casos, ele mesmo emprestava o dinheiro para as pessoas até produzir na terra, e estes só pagavam a partir da produção. De acordo com Gomis (1998, p.93):

[...] em cinco anos, Itajubá já havia se transformado em uma dinâmica cidadezinha do Oeste Goiano. Lugar de trabalho duro, de fartura e prosperidade, e cenário também de muita violência, sofrimentos e ambições desenfreadas, e de acirrados conflitos políticos. E ficou tão notória que o IBGE, pelo decreto-lei 8.305, de 31 de dezembro de 1943, tratou de mudar o nome, uma vez que já existia uma Itajubá em Minas gerais. Em Lugar de Itajubá de Goiás, optou-se por Iporá, combinação de duas palavras tupi-guarani – Yi (rio, córrego, água corrente) mais porá (claro, branco transparente). Daí o retorno do antigo nome, Rio Claro, só que em língua indígena.

Como se vê, o nome de Iporá é uma referência ao nome original do Distrito onde tudo começou, e, obviamente, um homenagem aos povos nativos (índios caiapós que viviam neste local).

Israel de Amorim mudou-se para Itajubá em 1940, e, a partir daí, assumiu a coordenação direta do processo de desenvolvimento e urbanização do distrito, começando pela demarcação e loteamento das terras, nas quais foram feitas as primeiras ruas e avenidas. Na figura a seguir pode-se visualizar, a planta original que serviu para o planejamento de ocupação do município de Iporá, em 1949:

**Figura 1 – Planta do município de Iporá-Goiás em 1949**



Fonte: Gomis (1998), reconstituído por Alves (2014).

A urbanização e a ocupação territorial do local reservado para o município promoveram um intenso processo de transformação; as pessoas foram construindo suas casas no perímetro delimitado como urbano e na zona rural iam ocupando parcelas de terras, pois, como já citado, Israel de Amorim assentou várias famílias em suas propriedades, que tinham, em média, de dez a vinte alqueires. Vale ressaltar que, em 1926, Israel de Amorim teve um importante contato com o comando da Coluna Prestes<sup>11</sup> e posteriormente, demonstrou certa influência desse contato na distribuição e ocupação de terras em Iporá, promoveu uma espécie de “reforma agrária”. Com relação ao traçado estrutural urbano da cidade, Israel de Amorim espelhou-se nos modelos de Goiânia (GO) e de Uberlândia (MG), do quais gostava muito. Por isso, o traçado original da cidade apresenta quarteirões e quadras bem divididas e ruas largas; ressalta-se que essa questão tem provocado divergências de opiniões por parte de pesquisadores da região, na atualidade; pois muitos pesquisadores afirmam que o traçado estrutural urbano pode ter sido inspirado na cidade de Aquidauana (MS).

Em 19 de novembro de 1948, Iporá foi emancipada; na, ocasião a cidade já tinha 1.200 eleitores e 14.043 habitantes. Mas só em 1949 é que foi realizada a primeira eleição para escolha dos vereadores e prefeito (RODRIGUES e ROSI, 2004).

A partir da emancipação, as transformações continuaram intensas e constantes, tanto no meio urbano como no meio rural. Em todas as instâncias (política, econômica, na educação, na cultura, na saúde e nas relações que envolvem o trabalho, a moradia e o modo de vida) ocorreram vários fatores que promoveram as transformações no município de Iporá. A cidade foi se estruturando ao ponto de se tornar o município de principal referência na região do Oeste Goiano, principalmente pelo comércio que atendia e atende atualmente, com certa satisfação as necessidades locais e também da população das cidades vizinhas.

Pode-se de dizer que as interferências governamentais e políticas, os programas de desenvolvido nacional e regional especialmente na década de 1970 tiveram considerável influência para promover o desenvolvimento de Iporá; mesmo considerando que o município se comparado a muitos outros, sempre foi pouco prestigiado de investimentos, quase sempre se ausentou dos benefícios procedentes das políticas públicas governamentais e do capital privado das grandes empresas. O município de Iporá, principalmente nas últimas décadas, encontra-se numa condição de deprimido em relação ao desenvolvimento econômico e

---

<sup>11</sup> Através do comando de Luís Carlos Prestes, em 1925 a 1947 atuou como um movimento político-militar brasileiro que estava insatisfeitos com a Velha República. Os integrantes da Coluna Prestes fizeram longas viagens pelo Brasil a fim de denunciar a pobreza da população e a exploração das camadas mais pobres pelos líderes políticos.

populacional, fato este que não difere da realidade regional. E outro fator de grande influência nas condições de estagnação e desenvolvimento econômico de Iporá foram também os grupos políticos, prefeitos e vereadores que já administraram a cidade, cada qual com ideologia e interesses pessoais dos mais diversos possíveis. Desde a nomeação interina do Tenente Luís Alves de Carvalho, em 1949, a administração municipal executiva já teve um total de vinte e dois prefeitos, até o presente momento.

Constatamos ainda que, do total de prefeitos que Iporá já obteve, dois foram por nomeação, quatro foram por substituição e dezesseis foram eleitos através de voto direto. Dentre estes, três deles foram prefeitos por dois mandatos, pois foram reeleitos, são: Sebastião Pereira Coutinho (in memoriam), Mac Mahoen Távora Diniz e José Antônio da Silva Sobrinho (in memoriam): Ressalta-se que os três que foram reeleitos eram filiados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Como vimos neste primeiro capítulo, o município de Iporá nasceu a partir de duas situações: A primeira refere-se às riquezas de ouro e pedras preciosas que existiam nos rios e córregos do Arraial de Pilões, que também ficou conhecido por Comércio Velho, cujo atrativo levou muitas pessoas a viverem no referido distrito, que mais tarde viria se chamar Itajubá e, posteriormente, Iporá. A segunda situação está relacionada ao processo de interesses na ocupação do território goiano, em que as disputas de poderes políticos se evidenciavam em Goiás com a mudança de capital. Assim, com a autorização de Pedro Ludovico Teixeira a Israel de Amorim, o município de Iporá foi emancipado. Não foi somente Israel de Amorim que teve influência no processo de emancipação, mas também outras pessoas, como Mestre Osório, Odorico, Quinca Paes e outros que influenciaram com seus interesses e também contribuíram na escolha do local e nos encaminhamentos para emancipar o município.

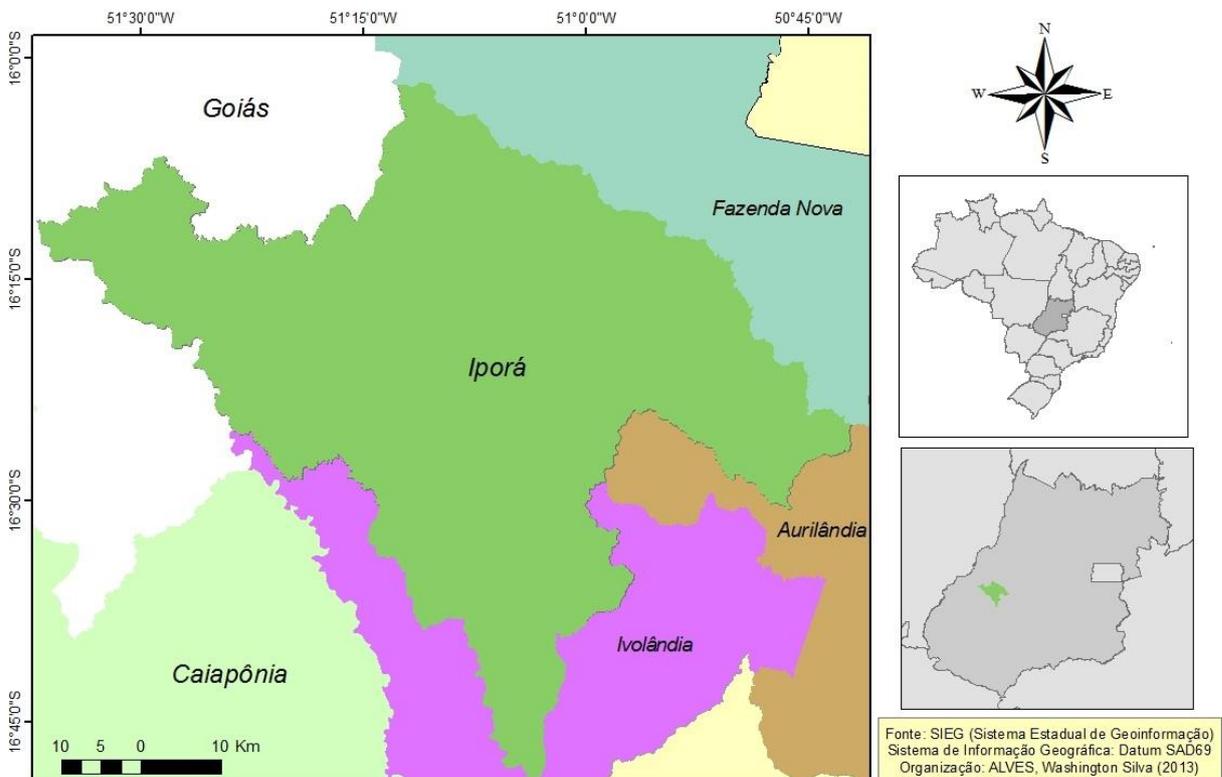
No capítulo seguinte, iremos caracterizar o município de Iporá e contextualizá-lo a partir das atuais condições que o definem.

## CAPÍTULO 3

### CARACTERIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE IPORÁ

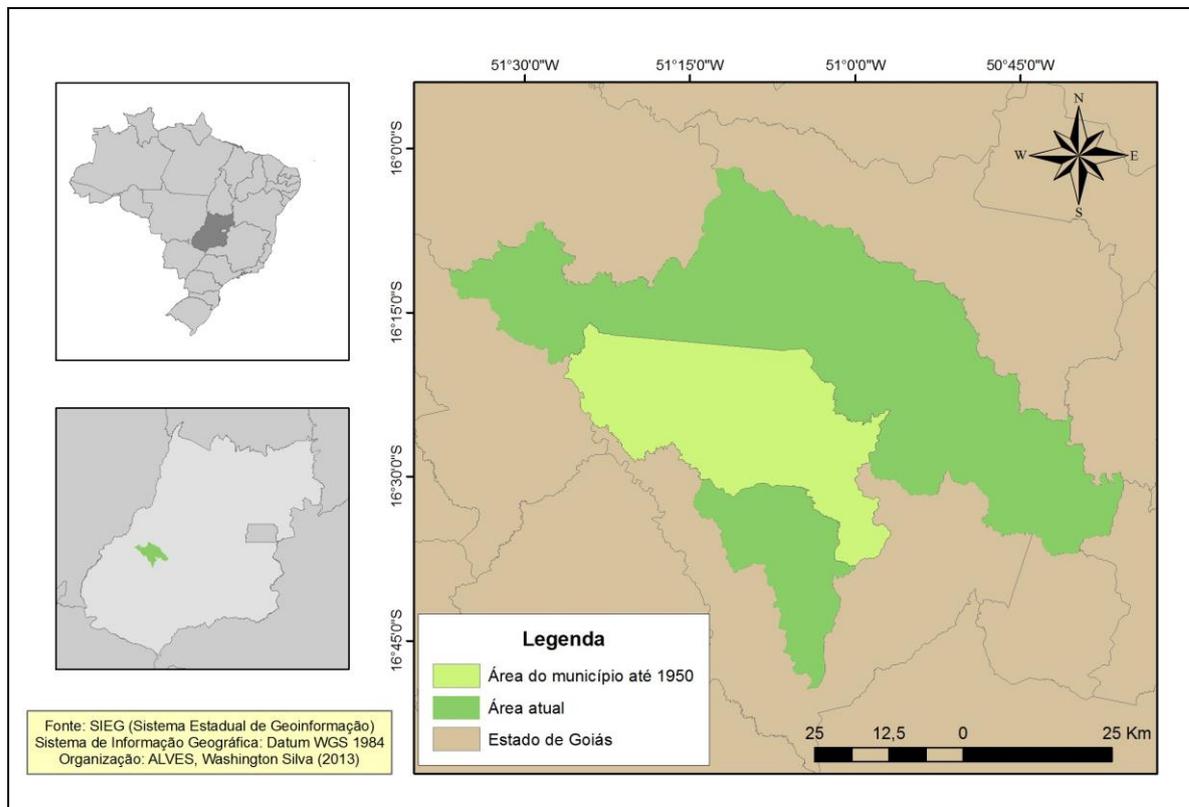
O município de Iporá tinha uma extensão territorial bem maior do que se tem atualmente, delimitava-se com Fazenda Nova, Cidade de Goiás (Goiás Velho), Ivolândia, Aurilândia e Caiapônia. Mas atualmente, não possui mais fronteiras com todos esses municípios como se pode observar no mapa a seguir:

**Mapa 21 – Município de Iporá e os municípios limítrofes em 1950**



Como se pode notar, em 1950, o município de Iporá era bem maior territorialmente. Porém, com a derrota de Israel de Amorim para prefeito, ocorreu uma perda significativa do mesmo; Perdendo espaço territorial para alguns vilarejos e povoados que foram crescendo e também foram se emancipando através da intervenção de Israel de Amorim. O mapa a seguir ilustra a comparação de Iporá antes e depois de 1950:

## Mapa 22 – Área territorial do município de Iporá antes e depois da derrota de Israel de Amorim

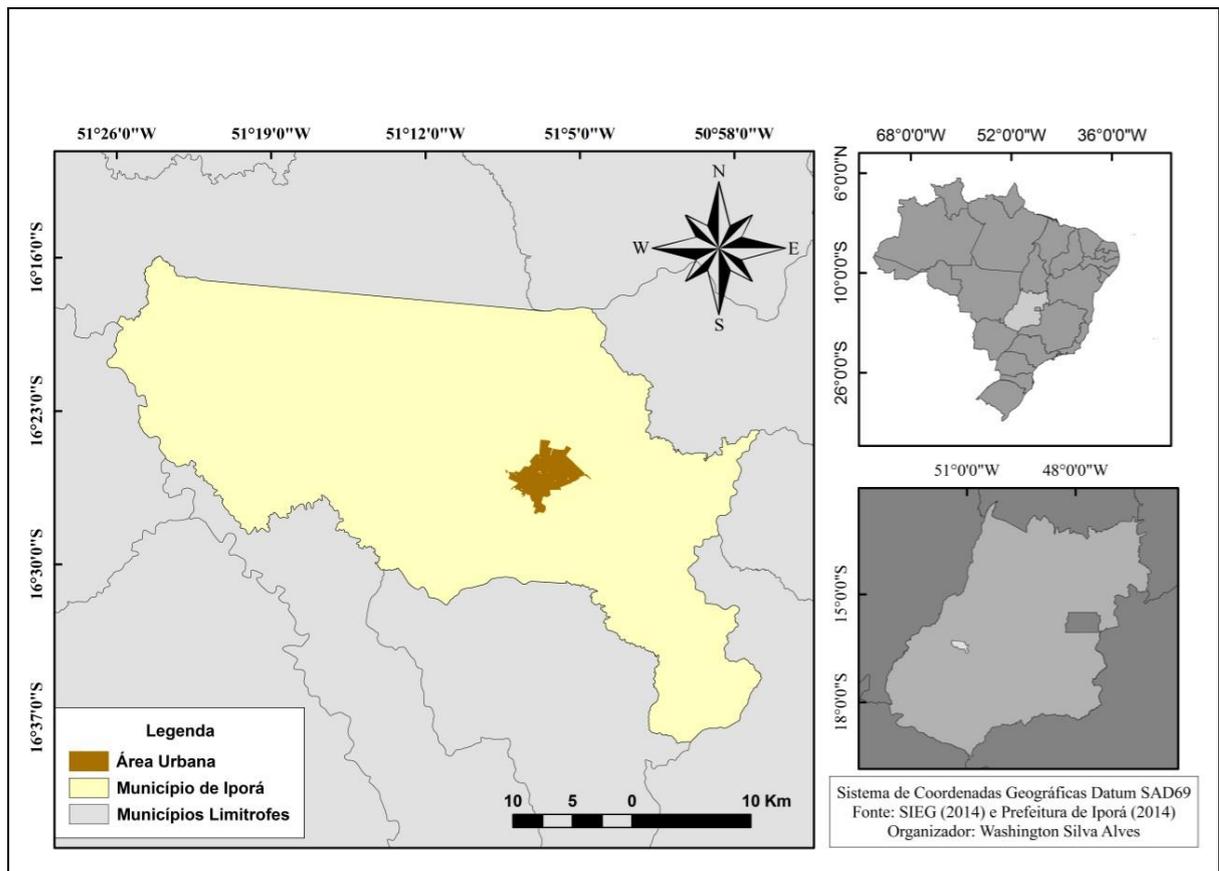


Após uma derrota eleitoral, Israel de Amorim usou de seu poder e influência política e criou (emancipou) alguns novos municípios, que se limitavam territorialmente com Iporá. Assim, o município sofreu uma considerável perda de território, ou seja, de 2.490 km<sup>2</sup> foi para apenas 1.030 km<sup>2</sup>; o território foi desincorporado para serem criados os municípios de Amorinópolis, Israelândia, Moiporá e Jaupaci.

Atualmente, o município de Iporá delimita-se territorialmente à Leste com Moiporá e Ivolândia, à Oeste com Arenópolis, ao Norte com Diorama, Jaupaci e Israelândia, e ao Sul com Amorinópolis e Ivolândia. Está situado a 216 km da capital do Estado, ligado pela rodovia GO-060 e as demais vias de acesso são: GO-174, GO-221 e GO-320. A área atual é de 1.026.384 km<sup>2</sup>, e, de acordo com PNUD (2008), o IDH é de 0,859 e tem um PIB per capita de R\$ 6.608,55 (IBGE, 2008). Tem, ainda, altitude de 600m e clima tropical.

Está situado a 16° 26' Latitude Sul e 51° 03' Longitude Oeste, localizado na região denominada de Centro Goiano e na Microrregião geográfica de Iporá. O município é banhado por dois rios (Claro e Caiapó) e dois ribeirões (Santo Antônio e Santa Marta) e ainda por vários córregos, inclusive pelo córrego Tamanduá, que corta a zona urbana ao meio. O mapa a seguir aponta a localização do município de Iporá em relação ao Estado de Goiás.

**Mapa 23 – Iporá localiza-se na região Oeste de Goiás**



Iporá é um município privilegiado em potencial turístico, pois tem um belo lago artificial (Pôr do Sol), localizado na zona urbana, uma reserva ecológica, que recebe o nome de Morro do Macaco, um parque ecológico (Cachoeirinha), que está dentro do perímetro urbano e, ainda, conta uma quantidade significativa de praças, bares, pamonharias, restaurantes, clubes, salões de festas e eventos, boate, pesqueiros e mais duas cachoeiras, uma na fazenda Buriti (Cachoeira do Muxiba) e a outra conhecida como Cachoeira do Sr. Abel (ambas situadas em propriedade privada). Apresenta, ainda, com um atrativo calendário anual de muitas festas populares e também religiosas.

Quanto às tradições culturais, pode-se ressaltar, sem nenhum exagero, que Iporá pode ser considerado um celeiro de artistas. Têm no município muitas duplas de música sertaneja, cantores de MPB, cantores Gospel, grupos de dança, poetas, escritores, artistas plásticos, catireiros, artesãos e outros. Dentre os eventos culturais, estão as festas religiosas e populares, tais como: Arraial de São João, Muladeiros (festa em nível nacional), Exposição Agropecuária, Festa de Maio (Nossa Senhora Auxiliadora), Roda de Violeiros, Folias de Reis,

Carnaval de Rua, Iporá Festmusic, Motofest e várias festas religiosas de comunidades católicas e evangélicas, dentre outras.

**Figura 2 – Morro do Macaco – Cartão postal do município de Iporá**



Fonte: Oliveira (2014).

O Morro do Macaco (figura 2) está entre um dos locais mais visitados da região de Iporá, é bastante utilizado para práticas de vôo livre, sendo visitado por estudantes e ciclistas que o utilizam para prática de esportes em suas trilhas. Na figura (3) a seguir, é destacado o Lago Pôr do Sol, que se trata de um lago artificial construído num local que antes era todo embrejado. Os populares locais utilizam o mesmo com espaço de lazer e, principalmente, para realização de atividades esportivas, como atletismo, o ciclismo e as caminhadas.

**Figura 3 – Vista parcial do Lago Pôr do Sol (principal cartão postal da cidade)**



Fonte: Oliveira (2014).

Mesmo sendo Iporá um local de tantas manifestações e produções culturais, salientamos que existe entre os artistas um clamor generalizado quanto à falta de apoio e incentivo por parte do poder público, pois a maioria dos artistas se mantém por meio de outros trabalhos não artísticos, ou mesmo da ajuda e apoio de pessoas físicas e empresas particulares. Entre os populares, é comum ouvir dizer que se houvesse apoio à preservação do patrimônio cultural e incentivo aos artistas locais, a cidade seria muito mais referência com relação à cultura goiana.

Quanto à economia, a mesma é baseada na pecuária (rudimentar), agricultura (pouco mecanizada) e um forte comércio de produtos e serviços, capaz de servir as cidades limítrofes. O Produto Interno Bruto (PIB) vem, a cada década, sofrendo um incremento positivo; não é um crescimento em grandes proporções, porém significativo, principalmente a partir do ano 2000. Como se vê no quadro a seguir:

#### Quadro 4: PIB de Iporá

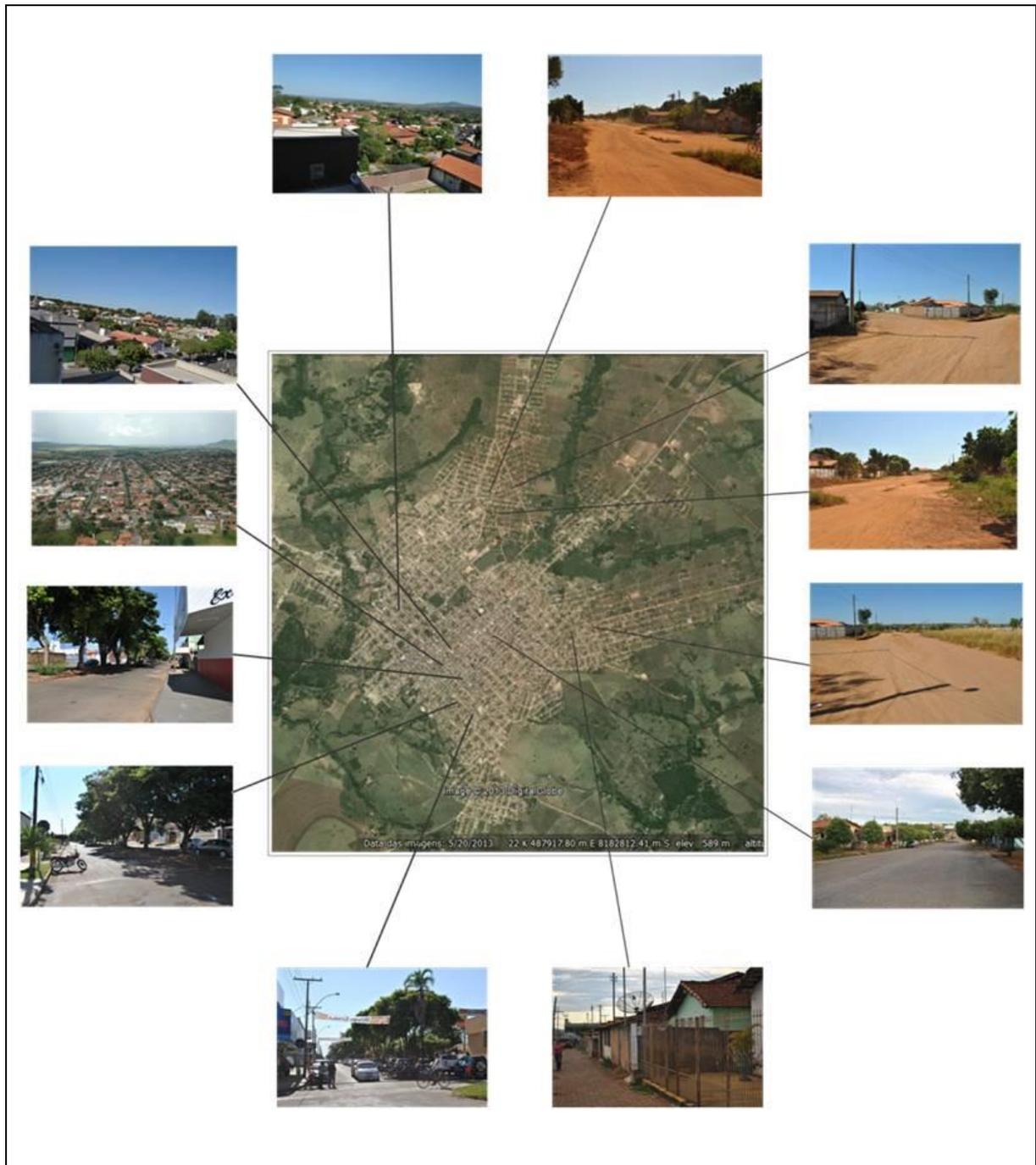
Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)				
Município de Iporá-GO				
2004	2005	2006	2007	2008
150 062	160 479	176 355	193 708	211 487

Fonte: Oliveira (2014), adaptado dos dados do IBGE (2008).

Também ao considerar a produção econômica de Iporá a partir dos setores primário, secundário e terciário, nota-se que houve crescimento sistemático nos três setores econômicos. Vários são os fatores que influenciaram para que ocorresse esse crescimento, dentre os quais se destacam o aumento do número de produtores, o investimento em novas técnicas de produção, a informatização e a melhoria genética. O setor terciário é o principal responsável pelo PIB do município, principalmente em função da produção de bens duráveis e não duráveis.

Mesmo com este considerável crescimento em todos os setores, deve-se dizer que o município pode ser considerado como estagnado, pois sempre cresceu de forma muito tímida em relação aos municípios que estão em regiões mais desenvolvidas do Estado de Goiás; o desenvolvimento econômico do município apenas acompanhou, de forma distante, a ampliação econômica nacional do país (Brasil). Salientamos que Iporá carece de infraestrutura em todos os setores, inclusive no centro da cidade; ao se deslocar para os setores formados por vilas, bairros e ou setores mais afastados do centro, a situação vai se agravando ainda mais. Existem muitos setores em que ainda falta pavimentação asfáltica; há casos de loteamentos que ainda não têm, por completo, água tratada e energia elétrica. A imagem a seguir retrata, por satélite, a malha urbana do município de Iporá, que foi complementada com algumas imagens que retratam bem o contraste urbano.

**Figura 4 – Imagem da malha urbana do município de Iporá/GO**



Fonte: Alves (2014).

Como se pode observar na figura 4, o município de Iporá carece de investimentos em infraestrutura; há casos de vários setores ainda nem serem pavimentados, como os setores Novo Horizonte e Vila Brasília.

Iporá é uma cidade que cresce horizontalmente em relação ao número de edificações residenciais. A princípio, as casas tinham uma estética mais simples, mas, com o

passar do tempo, muitos modelos de casas mais luxuosas e mais modernas foram surgindo. A figura a seguir ilustra algumas dessas especificações referentes à Iporá:

**Figura 5 – Casa histórica x casa moderna no município de Iporá/GO**



Fonte: Oliveira (2014).

Como se pode ver, à esquerda temos o modelo das primeiras casas de Iporá e, à direita, as novas e luxuosas casas que vêm sendo construídas. Essas construções mais modernas podem ser encontradas em muitos setores da cidade; já as construções mais antigas são encontradas, praticamente, no centro atual da cidade. A seguir, pode-se observar o modelo mais predominante das casas do município de Iporá:

**Figura 6 – Casas conhecidas como modelo de duas águas**



Fonte: Oliveira (2014).

A maioria das casas em Iporá tem o modelo tipo americano, ou seja, de duas águas, que é um modelo prático e econômico para se construir, visto que tem poucos detalhes, sendo que a maioria das referidas casas, quase sempre, foi construída sem nenhuma planta ou acompanhamento de um arquiteto. A seguir, pode-se observar que predomina em Iporá, especialmente no centro da cidade, ruas largas e relativamente bem arborizadas, com modelo urbano, de acordo com planejado por Israel de Amorim, foi inspirado nas cidades de Goiânia e também de Uberlândia. Quanto à essa questão, existem algumas controvérsias, já que muitos populares e pesquisadores do referido município afirmam que as ruas e o modelo arquitetônico urbano foram inspirados na cidade de Aquidauana-MS.

**Figura 7 – Setor central: Ruas e avenidas largas e bem arborizadas**



Fonte: Oliveira (2014).

Mesmo as ruas e avenidas do setor central sendo largas e bem arborizadas, vale ressaltar que o número de automóveis aumentou significativamente nesta última década e essa situação tem provocado muito desconforto de segunda a sexta-feira neste setor, pois encontrar uma vaga para estacionar tem sido considerada uma tarefa difícil. Outro incômodo é quanto ao trânsito, pois o município não tem semáforos e, no encontro de cada rua existe uma rotária, onde quem tem a preferência é quem chega ou começa o percurso de travessia primeiro, o que tem provocado muitos acidentes. É importante ainda dizer que a cidade não tem um transporte coletivo, ficando essa função para as empresas privadas, motoboy e táxi convencional.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de uma melhoria na gestão do poder público em Iporá. É preciso considerar que administrar de forma eficiente consiste em proporcionar liberdade, dignidade e qualidade de vida a população. Dessa forma, a carência de transporte público (coletivo) em Iporá tem privado muitos cidadãos de obter acesso de locomoção no perímetro urbano. O habitante que opta por não adquirir um automóvel particular, ou que não tem condições de comprar um, fica muitas vezes restrito quanto a sua locomoção. É pertinente dizer também que, com a falta de transporte coletivo público aumentou-se o número de carros particulares de menor porte, ocasionando o excesso e congestionamento de veículos. Diante disso, a população de Iporá convive com a falta de

espaço para o estacionamento de veículos principalmente no centro da cidade. Portanto, de acordo com o PNUD/DATASUS (2013) o município de Iporá de tem 20.047 veículos, o que conseqüentemente ocasiona congestionamento ou excesso de veículos para o espaço que é limitado.

O município de Iporá também não conta com ciclovias em nenhuma rua, as ruas e calçadas não são adaptadas para a acessibilidade. A seguir, pode-se observar a imagem de parte da área do setor central de Iporá.

**Figura 8– Centro do município de Iporá**



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Iporá-GO.

Quanto à saúde, a cidade tem um hospital municipal público, dois hospitais particulares, um centro de reabilitação, um banco de sangue (que atende a região), uma unidade do SAMU, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que ainda não foi inaugurada, oito PSF e conta, ainda, com cerca de vinte e cinco clínicas e trinta farmácias.

No que tange à educação, Iporá conta com sete Núcleos de Educação Infantil (creche), cinco escolas municipais, sendo duas delas localizadas na zona rural, cinco colégios particulares, oito universidades/faculdades (ressalta-se que quatro são virtuais, um núcleo extensivo da UFG) e ainda conta com um Instituto Técnico Federal. Tem, ainda, três escola

particular de idiomas, um centro de atendimento educacional especializado para deficientes, um Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), um Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) e um Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), uma instituição de cursinho pré-vestibular, cinco instituições que oferecem especialização em nível de lato sensu.

Quanto à questão religiosa, podemos afirmar que a maioria da população é católica; porém, tem uma grande participação de evangélicos e outras denominações, tendo entre igrejas, catedral, templos, capelas e salões de encontros religiosos cerca de setenta espaços desse tipo. A primeira religião a existir em Iporá foram catolicismo e posteriormente, a Igreja Cristã Evangélica do Brasil. A seguir, pode-se observar as figuras referentes à imagem destas igrejas (prédios atuais).

**Figura 9 –Igreja Cristã Evangélica e Igreja Matriz (Católica)**



Fonte: Oliveira (2014).

Na figura 9, à esquerda está a Igreja Cristã Evangélica, trazida pela esposa de Israel de Amorim e à direita pode-se ver à Igreja Matriz (Católica), a primeira religião da cidade.

Iporá é uma cidade que se destaca com relação à presença de associações e cooperativas, tendo, atualmente, mais de vinte. O município tem um comércio muito

relevante, pois o mesmo é bastante solicitado pelos moradores de toda a região. Porém, é comum ouvir comerciantes reclamarem da falta de apoio estrutural, pois alegam que o Poder Executivo não tem criado mecanismos para incentivar e apoiar o comércio local.

O município é cortado por um córrego e um ribeirão. O Córrego Tamanduá é o principal responsável pela divisão do município: Ressalta-se que o mesmo tem sido utilizado das mais diversas formas inadequadas, principalmente porque as nascentes do perímetro urbano estão em terrenos particulares, sendo que muitos as utilizam em benefício próprio, a parte do córrego que passa pelo perímetro urbano está quase toda canalizada, como pode ser visto na figura a seguir.

**Figura 10 - Margens da avenida perimetral**



Fonte: Oliveira (2014).

O primeiro cemitério do município era localizado onde atualmente é o centro da cidade. Porém, com a ocupação por residências, que ocorreu a partir de sua emancipação, o referido cemitério foi desativado e foi sendo ocupado pelas novas construções de casas. Atualmente, existem dois cemitérios, conhecidos popularmente por cemitério velho, situado na Vila José Cândido Vieira, e por cemitério novo, que fica situado no Jardim Arco Íris. Quanto à assistência social, essa é realizada, em parte, por instituições sociais não governamentais, dentre as quais se destacam o Abrigo São Vicente de Paula e a Casa dos

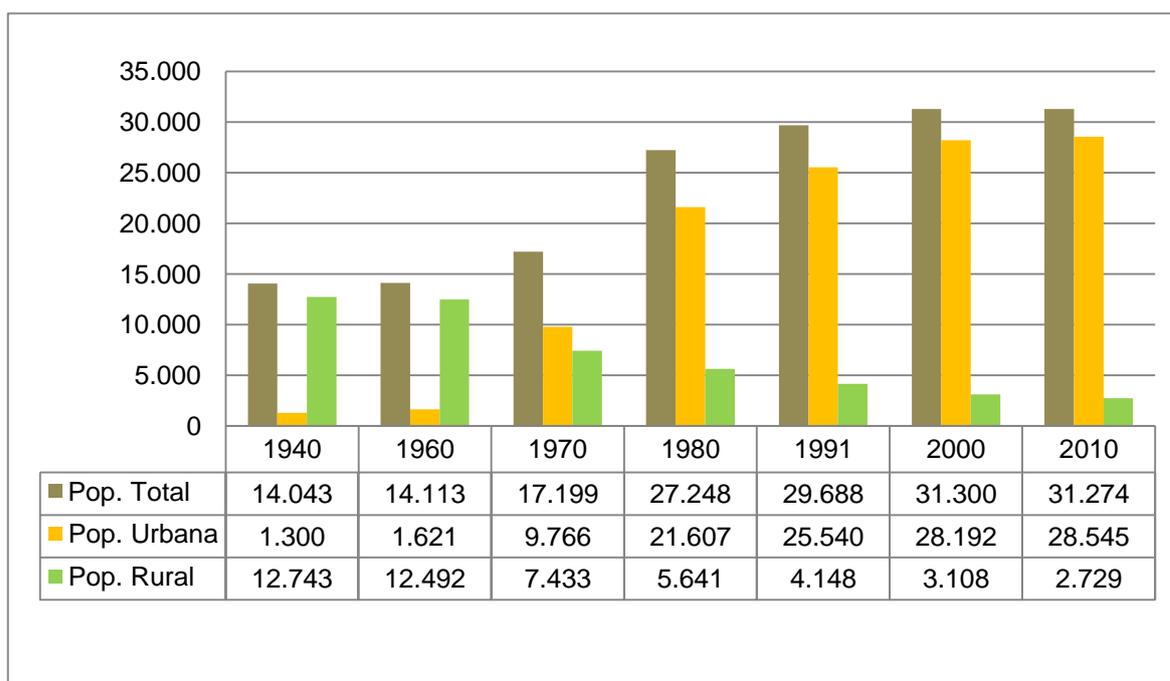
Deficientes de Iporá, que são mantidas e coordenadas pelos Vicentinos. No total, o município conta com cinco lares para idosos e três instituições que cuidam dos deficientes.

Iporá destaca-se como pólo regional, pois obtém forte influência regional, por meio da prestação de serviços e nos serviços públicos, tais como Ipasgo, Previdência Social (INSS), Agência Rural, IBAMA, Correios, Batalhão Regional de Polícia Militar, IML, Corpo de Bombeiros, Banco de Sangue, Delegacia Regional de Polícia, Polícia Técnico-Científica, Detran, Sindicato Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ressalta-se ainda que Iporá é referência na prestação de serviços na área bancária, de saúde e do comércio de bens duráveis e não duráveis.

Costa (2002) considera que uma cidade média, numa perspectiva qualitativa, precisa ser definida pelo papel e pelas funções que a mesma realiza no sistema regional e urbano, ou seja, deve ser definida de acordo com sua influência. Podemos então dizer que Iporá é uma cidade média, mas vale observar que tanto o IBGE como diversos pesquisadores ainda consideram que o número de habitantes é um dos fatores principais para se definir o tamanho de uma cidade, e, a partir deste conceito, o município de Iporá, mesmo exercendo forte influência regional, é uma cidade pequena.

De acordo com IBGE (2010), o município de Iporá tem 31.274 habitantes e uma densidade demográfica de 30,47 (hab/Km<sup>2</sup>). Veja no gráfico a seguir a evolução populacional em relação ao número de habitantes.

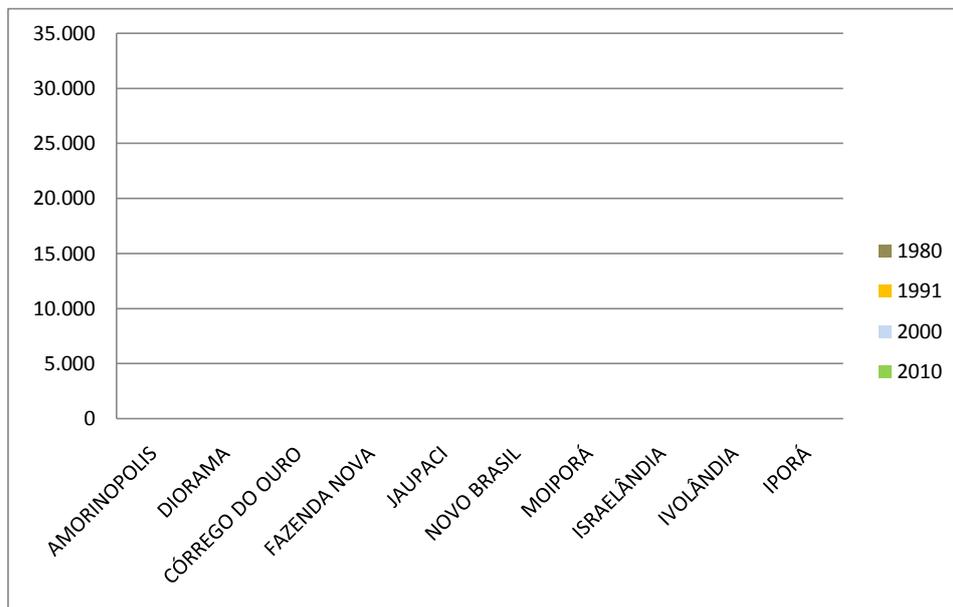
**Gráfico 1 – Índice de desenvolvimento demográfico do município de Iporá – Goiás de 1940 a 2010**



Fonte: Oliveira (2014), adaptado dos dados de 1940 e 1960 - Gomis (1997). Dados de 1970, 1980, 1991 - Séries Históricas do IBGE. Dados de 2000 e 2010 - Censo Demográfico do IBGE. Organizado por Chargas (2014).

Como se pode observar, no período de 1970 a 1980, o município teve um acelerado crescimento, pois aumentou sua população em quase 10.000 pessoas; a esse fator vamos dedicar atenção especial para discuti-lo no próximo capítulo dessa pesquisa. Também se verifica no gráfico 1 e 2 que, houve uma inversão no modo de vida, ou seja, a maioria da população do município de Iporá passa a viver na zona urbana. E a partir de 1980 a 2000, a população apresenta um leve crescimento, mas chega quase a se estagnar.

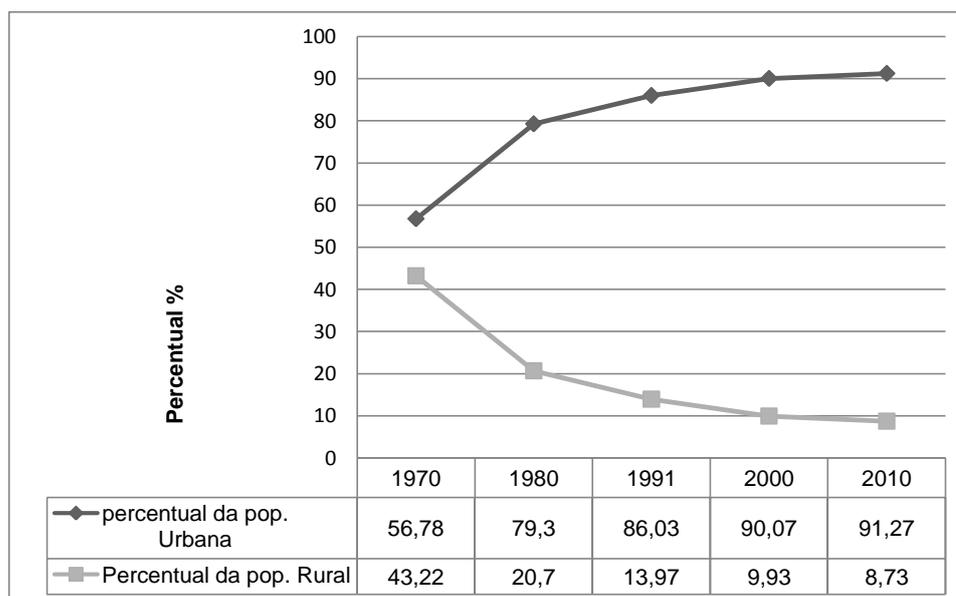
**Gráfico 2 – Demografia da região de Iporá – Goiás/ Período de 1980 a 2010**



Fonte: Oliveira (2014) adaptado dos dados do Instituto Mauro Borges - Organizado por Chargas (2014).

O crescimento populacional que ocorre em Iporá no período de 1980 a 2000 é quase insignificante, não provocando grandes alterações no cenário local. Nas cidades destacadas no gráfico 2, pode-se constatar que, a partir de 1980, praticamente todas sofrem um processo de perda de habitantes, com exceção de Iporá que só começa a perder habitantes a partir do ano 2000.

Outro fator relevante é o processo migratório ocorrido com relação às zonas urbana e rural no município de Iporá, conforme ilustra o gráfico 3 a seguir.

**Gráfico 3 – População residente na zona urbana e na zona rural**

Fonte: Oliveira (2014), organizado por Chargas (2014) - adaptado dos dados do Censo Demográfico do IBGE 2000 e 2010 - Séries Históricas do IBGE.

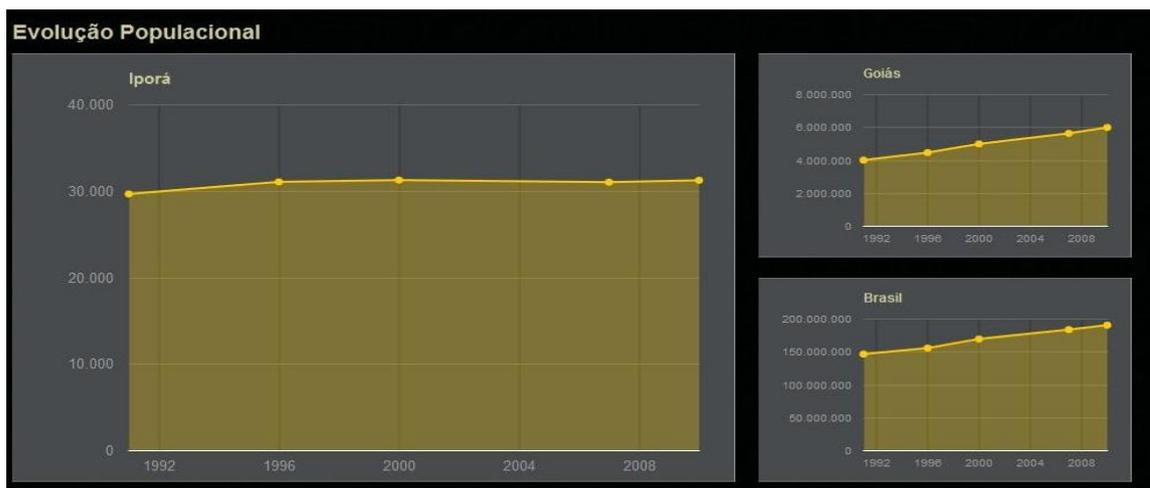
O aumento da população urbana é bastante considerável, principalmente no período de 1970 a 1980 como se constata no gráfico 3. Os fatores que levam à ocorrência deste fato são vários e, dentre eles, podemos destacar a migração da população do campo para a zona urbana e a migração de pessoas das cidades vizinhas que se mudavam para Iporá em busca de emprego e melhores condições de vida.

As décadas de 1970 a 1980 foram marcadas por alguns fatores, que são responsáveis pelo crescimento populacional de Iporá; Nesse período, era comum que a prefeitura, colocasse caminhões à disposição dos interessados para buscar mudanças das cidades vizinhas para Iporá. Também eram doadas pequenas parcelas de terra ou lotes para as pessoas que se dispusessem a mudar para Iporá.

Outro fator fundamental neste período foi a chegada da rede de energia elétrica a Iporá, provocando certo entusiasmo e alegria na população local. Esse fato incentivou pessoas de cidades vizinhas e de outras regiões que ainda não tinham energia elétrica a se mudarem para Iporá. E, por fim, entre os principais fatores que influenciaram o crescimento demográfico populacional desse período, está a construção da GO-060 que ligava Iporá à capital do Estado.

Com relação à população de Iporá, pode-se observar um fato bastante relevante: a partir da década de 1980, o município praticamente obteve um crescimento desacelerado, chegando a retardar. A partir de 1992, o número de habitantes se estabilizou, crescendo minimamente e até decrescendo, conforme demonstra no gráfico (4) a seguir.

**Gráfico 4 – Evolução populacional no município de Iporá**



Fonte: IBGE, dados de 1991, 1996, 2000 e 2007.

Outro fator relevante é quanto ao número de homens e mulheres; a população masculina deixa de ser predominante a partir da década de 1990. Verifica-se que a população masculina tende a diminuir a partir da década de 1990, principalmente em função destes se deslocarem para as cidades de Rio Verde, Goiânia e também para o estado do Mato Grosso, para buscar melhores condições de vida e para trabalhar.

Vimos nesse capítulo que o município de Iporá já ocupou um espaço territorial bem maior, mas, devido aos interesses políticos, principalmente de Israel de Amorim, distritos e povoados de Iporá foram emancipados, dentre eles Moiporá, Jaupaci, Amarinópolis e Israelândia. De acordo com alguns pesquisadores regionais, no município de Iporá, principalmente onde está localizada atualmente a parte central, houve um planejamento inspirado possivelmente nas cidades de Goiânia, Uberlândia e ou Aquidauana. Também constatamos que Iporá tem muitos atrativos turísticos de cunho ecológico, mas pouco desenvolvidos por falta de planejamento e de recursos financeiros. Destaca-se ainda a existência de importantes eventos e tradições culturais ainda preservadas. A religiosidade é bastante presente na vida dos iporaenses. E quanto à economia, destacam-se, ultimamente, a prestação de serviços e uma rede comercial muito significativa. Mesmo o município

apresentando um IDHM que anualmente melhora, salienta-se que Iporá, nas últimas décadas, apresentou decréscimo populacional e que carece de infraestrutura, principalmente nos bairros e vilas.

No capítulo a seguir, serão abordado os fatores e causas para estagnação econômica e populacional do município de Iporá, no contexto da apropriação do Cerrado. Os resultados obtidos a partir das pesquisas em referenciais bibliográficos, em documentos históricos e pesquisa de campo serão utilizadas a fim de respaldar e proporcionar auto reflexão da atual condição do município de Iporá.

## CAPÍTULO 4

### O MUNICÍPIO DE IPORÁ NA LÓGICA ATUAL DA APROPRIAÇÃO DO CERRADO GOIANO

O município de Iporá pode ser chamado de município deprimido? A resposta para esta pergunta é um pouco complexa e depende muito do parâmetro e ou condicionantes que se devem levar em conta.

De acordo com Haddad (2006), em pesquisa realizada em 2003, na qual foram analisados os municípios brasileiros, considerando-se as condicionantes Índice de qualidade institucional do município (IQIM)<sup>12</sup>, grau de educação, risco de mortalidade e condições de saúde, os dados revelaram que 1.785 municípios brasileiros são deprimidos e têm baixo potencial produtivo, pois os mesmos crescem muito lentamente, apresentam um baixo potencial econômico e têm grandes dificuldades de superação dos problemas sociais e econômicos. Se considerarmos os dados desta pesquisa, o município de Iporá não foi classificado como um município deprimido, apesar do mesmo apresentar muitas condicionantes que o caracterizam como depressivo ou deprimido.

De acordo com o MPOG (2008, p.6), um município deprimido é aquele que apresenta "baixas taxas de crescimento econômico; elevadas taxas de desemprego; elevados índices de pobreza e de carências de serviços sociais; e fortes desequilíbrios socioeconômicos intrarregionais". Partindo desses pressupostos, é possível dizer que o município de Iporá apresenta vários desses aspectos que o colocariam na condições de deprimido, como se constata a seguir:

---

<sup>12</sup>Índice de qualidade institucional [...] seu valor varia de 1,0 a 6,0, e quanto mais alto for o índice, melhor será a situação do município em análise. O índice contempla três dimensões, sendo elas: Grau de Participação, Grau de Capacidade Financeira e Capacidade de Gerenciamento. (FERNANDES e SAUER, 2014, p.7).

Aqui em Iporá, em muitos bairros que foram criados há muito tempo, mas que foram e estão sendo povoados de forma mais recente, a população padece pela falta do asfalto - nesse período seco, a poeira, no período chuvoso, a lama e o buraco, e, principalmente no período da chuva, é que crescem também os matagais e cresce também a insegurança, porque tem poucas casas edificadas, muitos lotes baldios, e nesses lotes baldios o proprietário não cuida, não faz a roçagem, o cuidado do terreno, o poder público não faz a parte dele.<sup>13</sup>

Como vemos, o município de Iporá carece de infraestrutura urbana, muitas ruas não têm asfalto, a rede de esgoto esta em construção, porém, atualmente quase toda a população não tem rede de esgoto funcionando e a população perde em qualidade de vida por falta de infraestrutura urbana. A cidade encontra-se estagnada na visão de moradores da cidade,

Hoje eu vejo Iporá de uma forma letárgica, nós não crescemos nem por um lado nem por outro, talvez alguns números revelem que nós crescemos economicamente, mas quem vive aqui, que tem residência permanente, observa que as coisas permanecem como em 2010, quando cheguei aqui. Nós não tivemos grandes transformações. Caiapônia teve a FESURV – que foi um *boom* na economia da cidade [...]. São Luís de Montes Belos teve as grandes empresas que estão indo pra lá [...] e Iporá continua neste estado de nostalgia, inclusive perdendo empresas que já estavam aqui, mas que foram expurgadas por questões políticas.<sup>14</sup>

É visível, inclusive, na citação acima, que o município de Iporá, principalmente na última década, perdeu alguns órgãos governamentais e até empresas privadas; essa situação reflete na concepção da população quanto à estagnação e ou depressão do município.

Mas, nem todas as taxas e números atuais do município são baixas; há outros elementos que influenciam diretamente para que o mesmo não ocupe a condição de município deprimido, mesmo carecendo de infraestrutura urbana e apresentando certa estagnação quanto ao desenvolvimento, como vimos nas citações acima.

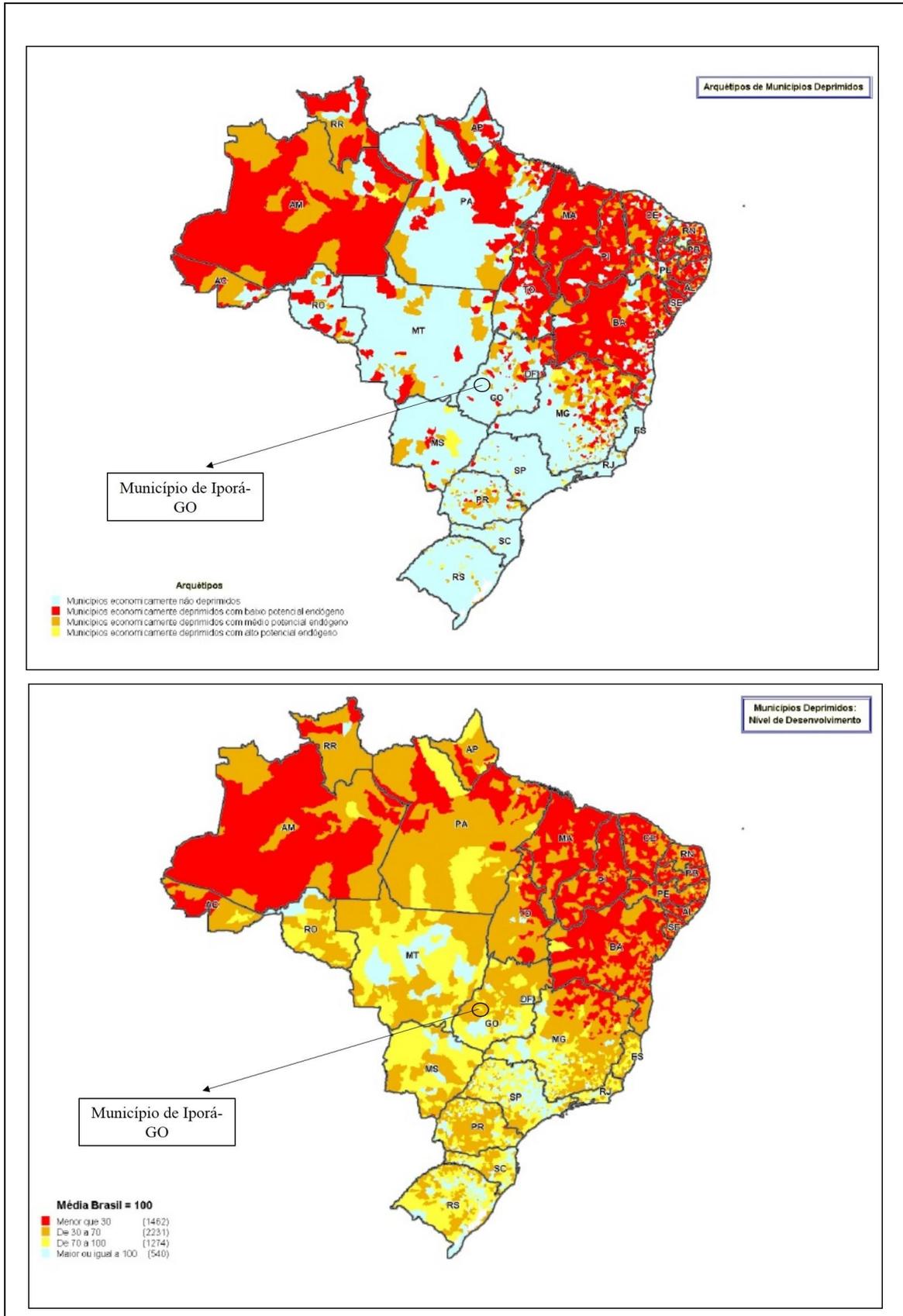
A seguir, no mapa 24, pode-se constatar a situação dos municípios brasileiros com relação ao nível de depressão econômica com potencial endógeno<sup>15</sup> e de acordo com o nível de desenvolvimento:

<sup>13</sup>Vereador de Iporá na gestão atual - 2013 a 2016 e graduado na UEG - Câmpus de Iporá. Entrevista realizada em 27 de junho de 2014.

<sup>14</sup> Professor universitário e em colégio particular, mestre em estudos da linguagem pela UFG-Campus Catalão. Jovem migrante da região. Entrevista realizada em 02 de junho de 2014.

<sup>15</sup>Refere -se à capacidade de se organizar internamente ou de forças unificadas capazes de reverterem a referida realidade.

Mapa 24 – Municípios deprimidos



Fonte: MPOG (2008).

Como podemos visualizar na figura 24, de acordo como MPOG do Brasil. O município de Iporá não está entre os municípios economicamente deprimidos.

Muitos pesquisadores têm afirmado que os municípios deprimidos sobrevivem, principalmente, de transferências do excedente que é gerado nas regiões mais prósperas; as transferências de excedente são representadas pelas aposentadorias, cota-parte livre do ICMS, pelos programas sociais como bolsa-família, pela assistência social como o LOAS, pelo funcionalismo público, dentre outros. Cabe então a seguinte reflexão: O município de Iporá não se enquadraria como deprimido se consideramos essas transferências de excedentes citadas? Por exemplo, só o programa bolsa família atende 1.518 famílias em Iporá, ou seja, cerca de 4,85% da população e tem 12,95% da população, o equivalente a 4.052, inscritos no cadastro único, que recebem algum tipo de benefício social. Só em 2012, a transferência de renda da União para famílias de baixa renda de Iporá foi um montante que equivale a R\$ 1.886.022,00, pois Iporá contém 3.416 pessoas que têm uma renda per capita de meio salário mínimo (PNUD/IBGE, 2010 e 2012). O IPASI tem, entre aposentados e beneficiários, 164 pessoas, o que representa um repasse de, em média, 113 mil reais mensais (IPASI 2012).

Não resta dúvida que Iporá depende, sim, das transferências de excedentes. Porém, como já visto no capítulo 3 dessa pesquisa, Iporá também tem certa dependência econômica dos municípios vizinhos, pois eles também dependem do comércio e da rede de serviços ofertados em Iporá, e isso configura ao município particularidades que o caracteriza como uma cidade pólo regional.

Em Iporá, situa-se um intrincado nó da rede viária, possibilitando o acesso às cidades de Arenópolis e Israelândia, através da GO-060, Amorinópolis e Diorama pela GO-174, Ivolândia, por intermédio da GO-320, bem como a importantes núcleos situados em outras porções de Goiás, como Montes Claros de Goiás, detentor de expressivo plantel bovino, Caiapônia e Rio Verde. [...] Iporá possui um traçado urbanístico planejado, definido por ruas largas, retilíneas, em ordem retangular, que se espriam em ambas as margens do córrego Tamanduá. Os equipamentos urbanos e a infraestrutura de comércio e serviços [...] indicam sua posição de pólo regional. Apresenta atividades diversificadas e até sofisticadas: cinco agências bancárias, sete hotéis, autopeças, churrascarias, restaurantes, rede hospitalar, lojas de eletrodomésticos, algumas franquias de vestuário e cosméticos, supermercados; possui sedes regionais de diversos órgãos, bem como um *câmpus* da Universidade Estadual de Goiás (UEG). A partir da estação rodoviária, linhas de transporte coletivo interurbano e convencional integram a cidade à sua área circunvizinha e a diversos pontos do Estado. As feições urbanas atuais foram delineadas durante a década de 1970 - fato perceptível pelas formas arquitetônicas retilíneas e amplas, lembrando o estilo moderno, comuns no período (BORGES, 2001, p.112 e 113).

Os municípios que polarizam pequenos municípios em sua proximidade, como se formassem auréolas manchadas de pequenos pontos, por meio da oferta de serviços, que são

os pólos regionais, ou seja, são os nós de uma rede territorial (CHAVEIRO, 2010). Partindo dessa colocação, percebe-se, então, que Iporá é um município que apresenta-se na condição de deprimido; porém, na condição também de pólo regional, pois oferece significativa oferta de serviços à população que vive na região Oeste de Goiás.

[...] uma cidade pequena que polariza outros municípios, isso você pode usar também para Iporá; área de influência de Iporá, próxima à Israelândia, Amarinópolis, Piranhas, Palestina, então todos esses municípios vêm pra cá [...] a gente tem que entender algumas realidades, por exemplo: Você pega São Luís, que esta dentro do Oeste Goiano; São Luís é uma região capturada por Goiânia, porque está a 100Km de Goiânia, então, até as universidades têm maior facilidade de achar profissional, porque o cidadão que mora em Goiânia e em Trindade, ele vai no ônibus da universidade e volta; São Luís está no Oeste Goiano, mas ela é diferenciada e às vezes o pessoal de Iporá tende a comparar muito com São Luís, a nossa comparação não deve ser com São Luís, até porque São Luís está muito próxima à metrópole [...] Iporá, desde o nascimento, tem uma característica ímpar [...] a teoria de Harvey, as lutas de classes e as questões políticas é que vão mandar; se você olhar na década de 70, todo o capital foi levado para Rio Verde, [...] ou seja, o pólo do sul é Rio Verde [...] por quê? Porque foi o governo que quis, foi o governo [...], uma cidade pólo não nasce do nada, ela é construída, ela é uma construção humana. Se eu pegar dessa visão que o pólo nasce pela construção humana, ou seja, dentro das lutas de classes e das relações existentes, a cidade de Iporá foi construída para isso, foi construída para ser o pólo. [...] Iporá pode ter 10 mil habitantes, ou 30 mil habitantes, o que interessa na minha visão não tá aí, o que interessa é o que Iporá tem para se caracterizar pólo que as outras cidades não tem, primeiro vamos pegar a UEG, Palestina não tem, Piranhas não tem; Amarinópolis não tem, Montes Claros não tem, então quantas cidades ao redor dependem da UEG? Então a UEG é o centro polarizador. O IF também atinge uns 30 municípios, a FAI que é uma universidade particular, quantos municípios? [...] vou pegar medicina, quantos municípios não vem pra cá? Aqui você vai ter algumas coisas mais difíceis de achar como oncologia, que está relacionada a câncer, algumas especialidades então vem pra cá. A engenharia, quem está construindo hoje o aeroporto de Caiapônia? Fernando Bom Tempo, que está aqui em Iporá; o Banco do Brasil, a sede regional é onde? É aqui; Caixa Econômica, a sede regional é onde? É aqui. O INSS, a sede regional é onde? É aqui. Então o governo aponta o seguinte, o pólo é aqui, por isso que eu posso dizer com muita tranquilidade que é o sub-centro regional. Os IDHs, por serem um conjunto de dados, eles se mostram contraditórios, mas eles vão mostrar a facilidade que a população tem [...] então, Iporá realmente se torna uma capital do Oeste Goiano, não é somente pelos números.<sup>16</sup>

De acordo com o entrevistado, fica claro que Iporá é uma cidade pólo ou um centro regional, pois tem uma estrutura e oferta de serviços que os municípios vizinhos não têm, o que os levam a procurar em Iporá. E remete-nos, ainda, à idéia de que uma cidade pólo é aquela que tem profissionais, sedes de empresas privadas, órgãos governamentais, escolas, universidades, hospitais que atendem ou prestam serviços aos municípios circunvizinhos. Na

<sup>16</sup> Doutorando em Geografia; mora em Iporá, é natural de Goiânia e é pesquisador da região Oeste goiano e de outras regiões de Goiás. Servidor público efetivo no IF Goiano-Iporá. Entrevista realizada em 02 de junho de 2014.

entrevista a seguir, também se evidencia a referência que Iporá tem para os municípios próximos, confirmando as suas características para ser considerado um pólo regional.

Iporá, hoje, comparada com outros municípios do Oeste de Goiás, 38 municípios, Iporá é o pólo da educação; nós temos aqui faculdades de iniciativa privada, temos faculdades populares do Governo do Estado, [...] o instituto do IF do Governo Federal, entre outras e escolas profissionalizantes. Sem dúvida, Iporá é o pólo educacional, da saúde pública, haja vista que nos atendemos, aqui, 17 municípios ao invés de pegar o paciente e levar à cidade vizinha é o inverso, o vizinho traz a Iporá, então é uma cidade pujante na infraestrutura e tem uma infraestrutura invejável; embora eu faça uma ressalva que os ex gestores não deram a devida atenção nas margens asfálticas e nas infraestruturas públicas [...] nos estamos no pólo, hoje a agricultura só cresce no nosso município, como eu disse, o comércio do nosso município referente aos demais municípios do Oeste é a cidade em que existem mais empresas abertas; então Iporá é uma cidade pujante, que tem o privilégio de ter [...] aqui no nosso município: Celg, corpo de bombeiros, SANEAGO; Governo Federal: Ibama, IBGE. [...] pessoas estão aqui, consumindo, recebendo seu salário aqui e ajudando a economia, eu não tenho dificuldade de fazer essa afirmação, que Iporá é indiscutivelmente a região mais privilegiada do Oeste [...] Hoje a nossa rede hoteleira da cidade é invejável [...] Iporá tem um aeroporto [...] outros municípios não tem [...] as atrações culturais que temos aqui são invejáveis em nível nacional. O encontro de muladeiros [...] a 3º maior festa religiosa, um dos carnavais melhores [...] temos diversos pontos turísticos. Eu reconheço que talvez faltam investimentos dos Governo do Estado, Federal e Municipal para a ampliação e reconstrução desses pontos, como: a cachoeirinha, morro do macaco, entre outros [...] eu não tenho dúvida que Iporá é a capital do Oeste Goiano, Oeste de Goiás [...]<sup>17</sup>

O que melhor têm caracterizado Iporá como cidade pólo regional é o comércio, a rede de prestação de serviços e o seu mercado de reservas<sup>18</sup>. Mas, existem contradições em relação à polarização de Iporá, inclusive, muitos populares do município e pesquisadores da região afirmam que Iporá não é um pólo regional.

Eu concordo que já foi [...] capital do Oeste goiano até os anos 80, mas, hoje, não é mais [...] o ensino superior realmente é uma referência; sobretudo, não mencionei a questão da saúde, que em 1958 começou o primeiro hospital, que é o Hospital Evangélico, e depois vieram outros hospitais; em questão de saúde foi referência e até hoje tem gente que vem do Mato Grosso, Goiânia tratar aqui, mas não é mais, poderá até chegar a ser de novo se houver uma mudança de visão dos gestores e de nossos representantes lá em cima, porque não adianta o prefeito daqui querer fazer muita coisa se não tem apoio [...]<sup>19</sup>

<sup>17</sup>Graduado em Administração. Compõe o quadro dos gestores de Iporá. Entrevista realizada em 26 de junho de 2014.

<sup>18</sup> Iporá tem reserva de mão de obra, pois tem universidades e centros de formação que têm formado profissionais para atuarem em outras regiões e Estados; tem reserva de terras, pois muitas terras ainda não foram exploradas e ainda podem ser compradas por um preço acessível em relação, por exemplo, à Região do Sudoeste goiano; tem reserva de comércio, pois oferece boas condições para expansão de empresas de outros municípios.

<sup>19</sup> Pesquisador e historiador. Entrevista realizada em 27 de junho de 2014.

Alguns fatos e situações fragilizam os conceitos de polaridade de Iporá, colocando-o na condição de município depressivo, como, por exemplo, a perda de algumas empresas privadas e órgãos governamentais para outras cidades, o fato de o município obter baixa infraestrutura em muitos bairros e a sua densidade demográfica populacional ter diminuído nas últimas décadas em função das migrações. Para CHAVEIRO, 2007, p. 1:

[...] há lugares deprimidos em que não é possível desenvolver a produção da existência, obrigando parte da população a entrar na rota da migração; e há lugares indomáveis em que as suas condições sociais e econômicas os transformam em centros de afluxos da população, levando-os a uma taxa de crescimento vertiginoso, implicando, também, na sua instabilidade.

Esse pensamento nos leva à percepção de que a migração é fator presente na vida das pessoas também em função da necessidade de acesso à saúde, à educação, emprego, aos serviços públicos; portanto, muitos habitantes de Iporá migraram para outras cidades em busca de oportunidades e melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que muitas pessoas - que vivem em municípios circunvizinhos a Iporá, como Amarinópolis, Diorama, Israelândia, Jaupaci, Arenópolis, Montes Claros, Ivolândia, Moiporá e outros - fazem constantemente acontecer as migrações pendulares<sup>20</sup> para Iporá, a fim de obter ou acessar os recursos e serviços oferecidos no município em questão.

[...] no ano de 2000, como estudava/fazia aulas de inglês, na época na minha cidade não tinha escola de inglês, então vim fazer aulas aqui em Iporá [...] Para ter acesso a uma pizzaria, as famílias que tinham carros elas vinham a Iporá para ir a uma pizzaria, as pessoas que tinham mais condição vinham para frequentar uma academia, pais com mais condição também enviavam seus filhos para estudar em uma escola particular. Então, por causa desta distância, que são mais ou menos 18 km, tudo acabava ficando em Iporá, a maioria das coisas eram feitas aqui [...] então Amarinópolis, Israelândia, Caiapônia, Doverlândia e Diorama, essas cidades elas vêm para Iporá porque aqui de determinada maneira, há outras possibilidades as quais nós não encontramos nas nossas cidades menores [...]; se você pegar os quatro horários de ônibus de Amarinópolis para Iporá, você vai observar que os ônibus tendem a vir muito lotado e que grande parte dessas pessoas, elas vêm por conta de saúde, elas vêm por conta de educação, por conta de uma série de fatores que Iporá oferece. Fica bem claro, por exemplo, esse ônibus que chega uma hora, é um ônibus extremamente lotado e que deixa ali, na avenida principal, um monte de gente que vai para o comércio, que vai para o hospital, é uma série de oportunidades e que quando voltam vêm com as mãos carregadas de sacolas [...].<sup>21</sup>

<sup>20</sup> Moradores de municípios circunvizinhos vão para Iporá para utilizarem os serviços, do comércio ou para trabalharem em Iporá, e no fim da tarde ou à noite voltam para suas casas, nos municípios de origem.

<sup>21</sup> Professor universitário e do ensino médio; mora atualmente em Iporá, mas migrou de município vizinho. Entrevista realizada em 02 de junho de 2014.

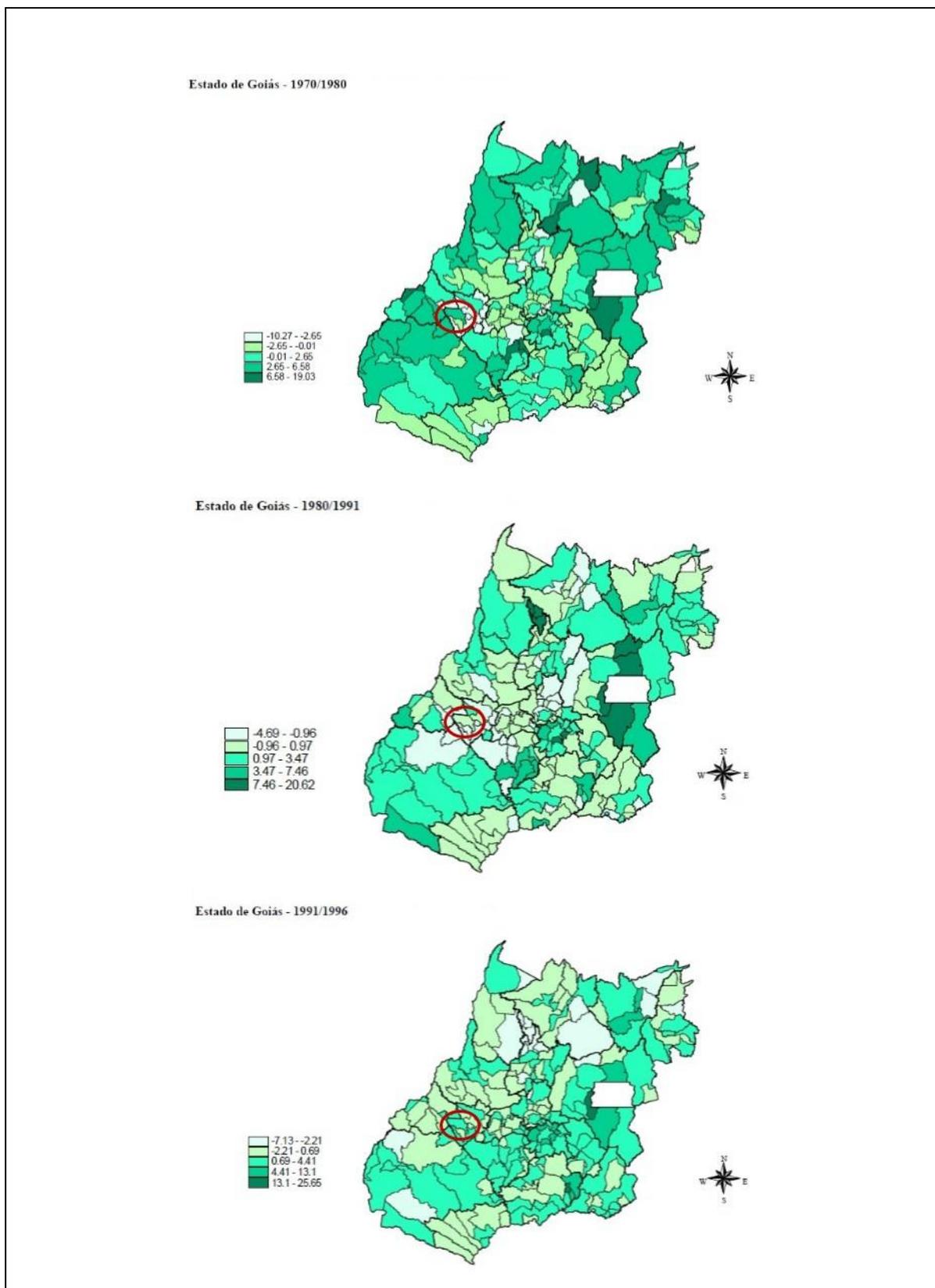
A polarização regional do município de Iporá remete-nos a um certo falseamento com relação à sua densidade demográfica. De acordo com IBGE (2010), o município conta com uma população de 31.274 habitantes, sendo 15.967 mulheres e 15.307 homens, o que lhe confere a condição de município mais populoso da região<sup>22</sup>. Porém, se considerarmos a quantidade de pessoas que utilizam diariamente os serviços, como saúde, comércio, bancos, universidades e outros, esse número sofreria um aumento significativo.

No que se refere ao crescimento populacional, o município de Iporá, até os anos de 1980, teve um considerável aumento da população, como podemos ver no mapa 25, mas, a partir de 1980, até meados de 1990, houve grandes perdas populacionais. E só a partir de 1991 é que houve uma estagnação populacional, e, na década, atual as estimativas são de crescimento, ou seja, de aumento populacional, como se confirma através dos dados no mapa a seguir.

---

<sup>22</sup> O Estado de Goiás tem uma ocupação territorial de 17,42 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto que a região do Oeste Goiano é de 6,59 habitantes, pois a referida região tem 5,71% da população do Estado, o que equivale ao total de 333.990 habitantes. SEPLAN (2009)

**Mapa 25 – Taxas médias anuais de crescimento por município goiano no período de 1970 a 1996**



Fonte: Oliveira (20014), adaptado do IBGE, censos demográficos de 1970, 1980 e 1991, contagem da população de 1996 - Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP, 1999.

Na década de 1970, o município de Iporá atingiu o patamar de crescimento de quase 7% ao ano, mas, posterior a esse período, esses números de crescimento populacional jamais foram atingidos novamente. Assim, o crescimento populacional é de -0,08% nesta última década (IBGE 2010). Enquanto Iporá se estagnou e até decresceu populacionalmente, o Estado de Goiás e o Brasil seguiram obtendo um grande aumento populacional. Veja no quadro a seguir:

**Quadro 5 – Evolução populacional do município de Iporá**

Ano	Brasil		Goiás		Iporá	
1991	146.825.475	-	4.018.903	-	29.688	-
1996	156.032.944	6,2%	4.478.143	11,4%	31.093	4,7%
2000	169.799.170	8,8%	5.003.228	11,7%	31.300	0,6%
2007	183.987.291	8,3%	5.647.035	12,8%	31.060	-0,7%
2010	190.755.799	3,6%	6.003.788	6,3%	31.274	0,6%

Fonte: Oliveira (2014) adaptado do IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010.

De acordo com o mapa 25 e quadro 5, o município de Iporá teve momentos de altos e baixos com relação os crescimento populacional. O crescimento da década de 1970 tem as seguintes justificativas,

[...] começaram as famílias, migravam da roça, da fazenda para as cidades [...] esse loteamento antigo, que nós temos ai, até a planta dele feita por Israel de Amorim, que vai até a Avenida Rio Claro, encheu de um dia pro outro, dentro de dez anos Iporá quase ficou com essa população de hoje, então foi a questão do êxodo rural. Iporá tinha uma referência de educação de ensino fundamental e médio; o colégio Elias tinha educação técnica em contabilidade, tinha o Normal, que era o curso de magistério; ai surgiu o colégio Ariston e com isso vai atraindo os pais querendo colocar seus filhos na escola [...]. Segundo, que aqui estava correndo dinheiro naquela época, tinha muito emprego, não havia desempregado, esse foi o fator principal no momento [...]. o Édio Barbosa<sup>23</sup> foi um prefeito que começou com um projeto de urbanização, não tinha um palmo de asfalto, então fez a rede pluvial pra escoamento das águas da chuva na cidade, quase oitenta por cento da cidade e começou asfaltar no centro [...]; houve também esse melhoramento das condições de vida; aqui foi atraindo pessoas [...].<sup>24</sup>

Fatores como investimento em infraestrutura urbana, escolas, rodovias, energia elétrica e emprego foram fundamentais para seduzir pessoas de outros municípios a migrar para Iporá. Com isso o número de habitantes aumentou de forma significativa.

<sup>23</sup>Foi prefeito no município de Iporá na década de 1970.

<sup>24</sup>Historiador e teólogo. Filho de família tradicional de Iporá. Entrevista realizada em 02 de junho de 2014 02 de junho de 2014.

[...] Realmente, Iporá cresceu muito a partir de 1971, pois teve alguns fatos interessantes. O prefeito concedeu muitos lotes de graça para as pessoas; o prefeito Édio tinha caminhões que, praticamente, eram utilizados para transportar as mudanças de pessoas das cidades vizinhas. E os principais atrativos foram que Iporá teve muito investimento do governo, teve investimento em infraestrutura urbana, criou escolas, trouxe muitos órgãos do governo; teve muitos investimentos na área rural, alguns programas de financiamento para ampliar a produção rural. Mas teve duas coisas que foram as principais para esse aumento populacional: a rodovia GO-060 foi asfaltada, ligando Iporá a Goiânia, e a energia elétrica da Cachoeira Dourada chegou aqui em Iporá; pensa só, uma região cheia de municípios que não tinha energia, quando as pessoas vinham aqui elas ficavam encantadas e além da facilidade de se locomover para Goiânia, para Uberlândia, por asfalto ficou muito mais rápido.<sup>25</sup>

A demografia populacional de um município, com certeza, é um quesito para avaliar se o mesmo está crescendo ou para o classificar como deprimido; porém, é importante ressaltar que a demografia populacional pode ser utilizada como um único quesito dentre os vários existentes. O município de Iporá, nas duas últimas décadas, tem perdido considerável número de habitantes, principalmente para os municípios de Rio Verde, Montividiu, Jataí, Goiânia, Anápolis, Aparecida de Goiânia, dentre outros. Para Silveira e Barreira (2012, p.182):

Um caso emblemático é a migração de moradores do município de Iporá - um dos pólos da região Oeste - para o município de Rio Verde - pólo da região sudoeste -, em busca de melhores oportunidades em termos de trabalho, ensino superior de melhor qualidade, áreas da saúde mais especializada, dentre outros benefícios que atraem a população.

A referida citação comprova a tese de que, mesmo o município de Iporá tendo considerável contingente de serviços, uma boa rede comercial, hospitais, universidades e outros, ainda não se faz suficiente para fixação de todos os habitantes. Muitas necessidades não são atendidas adequadamente, fazendo com que as pessoas procurem supri-las em outras regiões ou municípios que ofereçam melhor aparelhamento.

Como bem se vê, existem muitas diferenças e discrepâncias entre os municípios goianos; aqueles que são dotados de melhor infraestrutura têm atraído significativa presença de indústrias, outros, por meio do agronegócio, têm aumentado a sua participação no PIB, e, sem dúvida, esses elementos citados, do ponto de vista econômico, contribuem significativamente para o crescimento de diversas áreas.

A questão econômica não é um dos únicos parâmetros para classificar as condições de desenvolvimento de um município, mas, certamente, é o parâmetro que mais

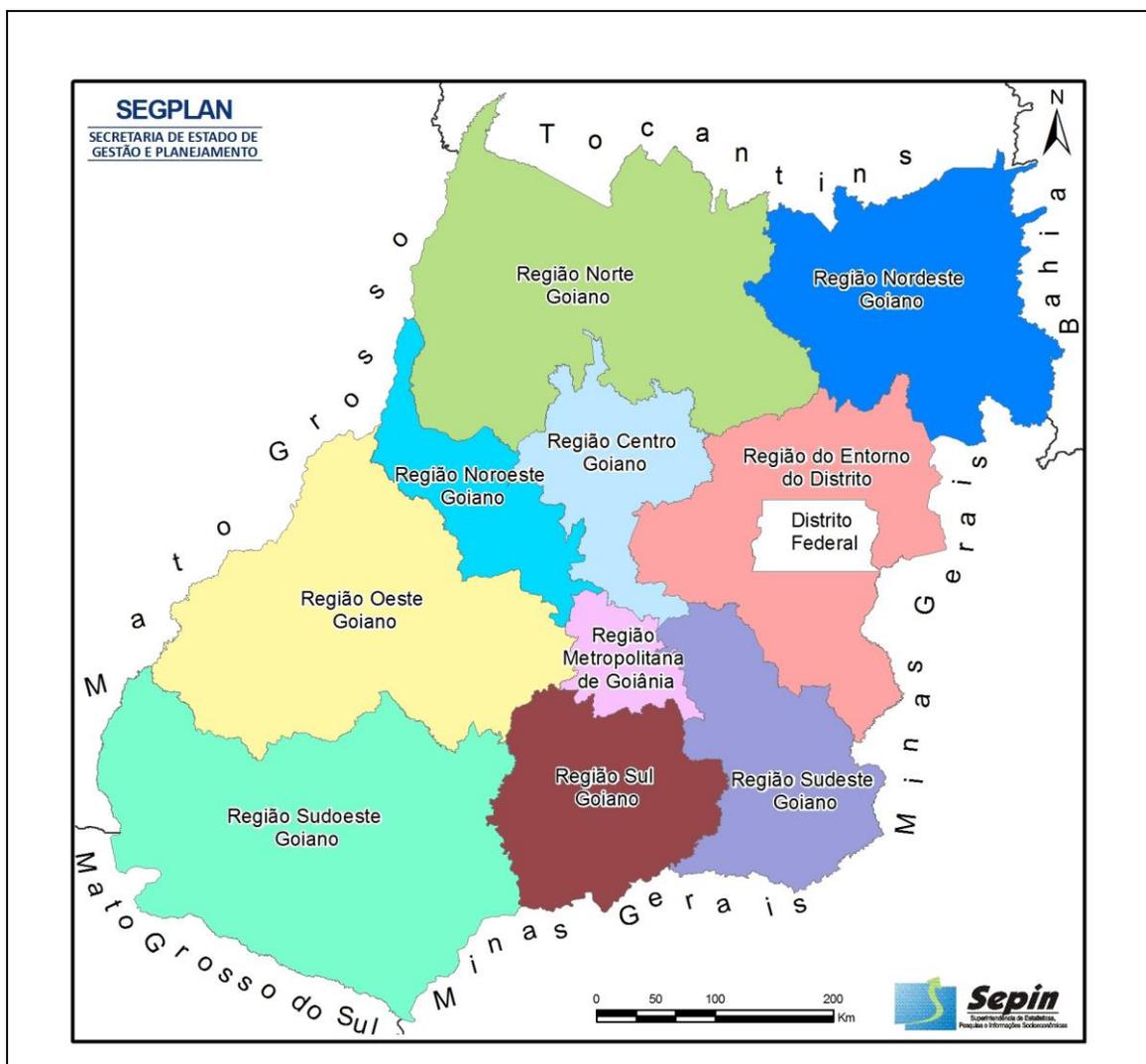
---

<sup>25</sup>Ex-prefeito de Iporá. Entrevista realizada em 02 de junho de 2014 02 de junho de 2014.

tem sido considerado, principalmente por gestores públicos. Essa preocupação é vista facilmente em virtude de várias ações governamentais; dentre elas, pode-se destacar a divisão do Estado de Goiás em regiões de planejamento.

A SEGPLAN - Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás - fez a divisão territorial regional de Goiás a fim de atender aos Planos Plurianuais de Goiás. O Estado foi subdividido em dez regiões, como podemos ver no mapa a seguir:

**Mapa 26 – Regiões de Planejamento**



Fonte: SEPLAN/SEPIN(2012).

Essa divisão tem como objetivo criar condições para se priorizar os investimentos governamentais de acordo com as necessidades econômicas e sociais de cada região. A referida região teve como referência a GO-060, que reúne 43 municípios, de um total de 246



O próprio Estado, sem dúvida, deve ser considerado como principal agente promotor das transformações socioespaciais e econômicas em Goiás e o atual modelo de desenvolvimento regional sempre produziu desigualdades socioespaciais e socioeconômicas. Na área de produção rural, ficou evidente que o modelo de desenvolvimento do Estado de Goiás era seletivo; exemplo disso é o financiamento rural, que foi um dos principais instrumentos para modernização, que privilegiava os grandes produtores, dando-lhes preferência para obter acesso aos recursos financeiros, possibilitando a compra de máquinas agrícolas e insumos.

Os investimentos no desenvolvimento sempre ocorreram de forma desigual. Um exemplo é o modelo de desenvolvimento agrícola, que sempre priorizou os grandes produtores a fim de atender o agronegócio para aumentar as exportações. É óbvio que nem todas as regiões ofereciam as mesmas condições para atender a agroindústria; sendo assim, muitas regiões goianas sempre foram desprestigiadas, a exemplo da região do Oeste Goiano e, naturalmente, do município de Iporá, que apresenta particularidades como um território pequeno em extensão territorial, que é formado praticamente pelas pequenas propriedades rurais, salvo algumas exceções.

Essa região de Iporá ficou esquecida por esse últimos governadores de Goiás, se não fosse o Governo Federal, eu creio que ainda ia estar pior. Porque essa região de Iporá tem muito potencial para aumentar a produção e tem muita coisa que precisa de investimento para desenvolver, mas o governo nos abandonou e está priorizando só a região de Rio Verde, Jataí, Catalão, Goiânia e as cidades ali próximas, as industriais. [...] Agora parece que querem começar a priorizar o entorno de Brasília, deve ser porque lá tem mais votos.<sup>26</sup>

As desigualdades regionais são umas das principais características apresentadas no território goiano. Tanto é que somente a região Metropolitana de Goiânia e a região do Sudoeste Goiano somam juntas mais de 50% de participação do PIB goiano e já as três regiões mais pobres (Noroeste Goiano, Nordeste Goiano e Oeste Goiano), juntas, somam menos de 10% de participação do PIB goiano. Quanto à arrecadação e partição do ICMS, a região do Oeste Goiano tem uma participação ínfima de apenas 1,28%, uma das menores dentre as regiões de planejamento (SEPLAN/SEPIN, 2009). E, ainda de acordo com a SEPLAN (2009), "[...] o Oeste Goiano está entre as regiões mais pobres do Estado. Apresenta uma indústria incipiente e sua economia está baseada na agropecuária e no setor de serviços".

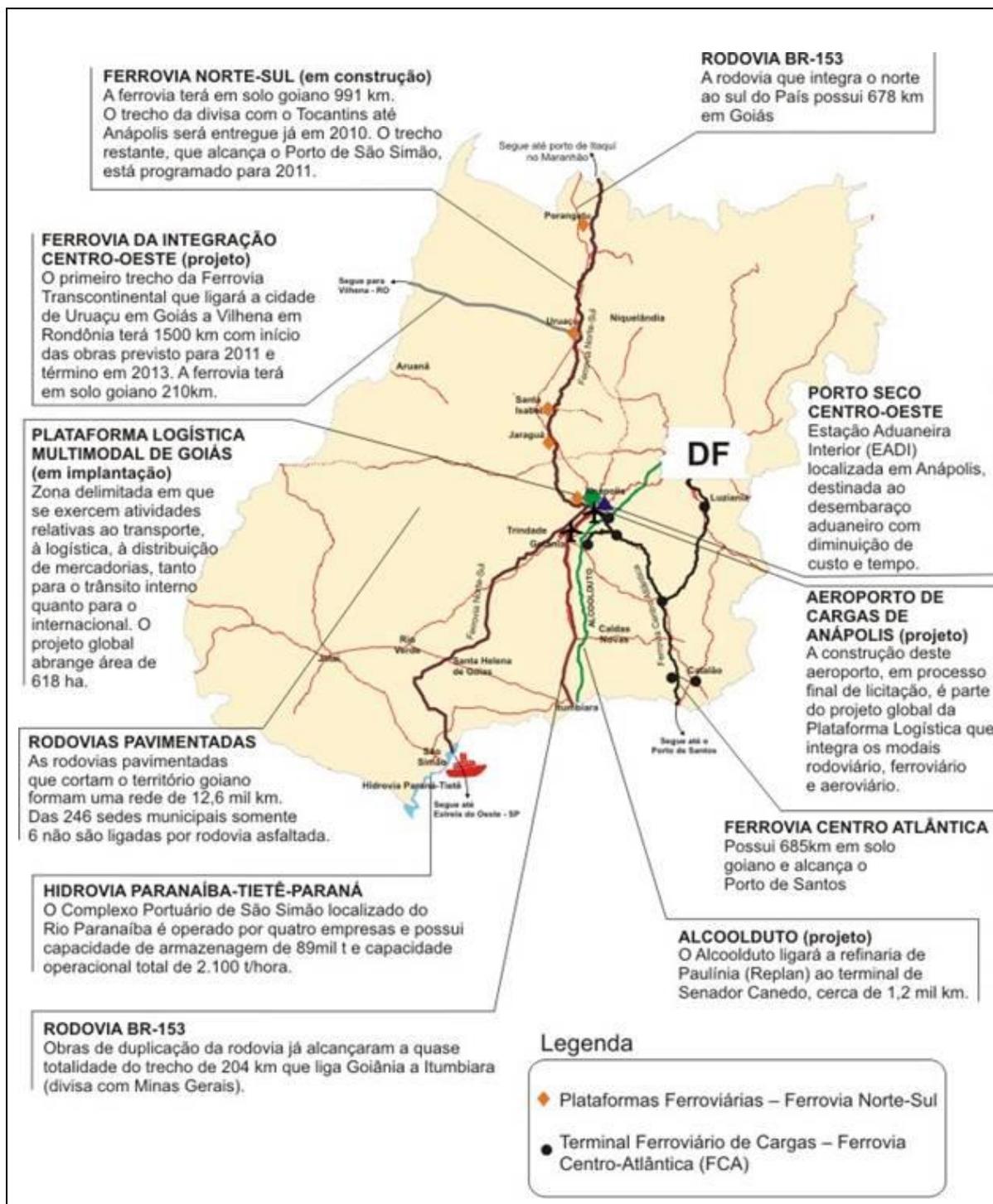
---

<sup>26</sup>Morador de Iporá, trabalha como representante de vendas. Entrevista realizada em 02 de junho de 2014 02 de junho de 2014.

Porém, apresenta forte potencial econômico a ser desenvolvido a partir da agropecuária, da mineração e de seus atrativos turísticos. Esses dados mostram a urgente necessidade de promover investimentos governamentais a fim de minimizar os desequilíbrios regionais e potencializar as forças existentes. Os referidos dados também nos remete a compreensão de que a região do Oeste Goiano está entre uma das regiões mais deprimidas do Estado. Portanto, conseqüentemente, o município de Iporá localiza-se nessa região, o que nos leva a constatar que o mesmo, pode ser considerado como cidade pólo regional ou nó da rede territorial, e pode ainda ser compreendido como uma cidade de referência regional, do qual depende dos municípios de uma região deprimida.

E as estimativas de desenvolvimento para o região do Oeste Goiano ou para o município de Iporá (município estudado nesta pesquisa) não são promissoras, principalmente se considerarmos a infraestrutura da logística de transporte do Estado. De acordo com o perfil competitivo das regiões de planejamento traçado pela Secretaria do Planejamento de Desenvolvimento do Estado de Goiás, a logística de transporte é um fator de grande significância para promoção e potencialização do desenvolvimento, pois nem todas as regiões de planejamento são contempladas pelas principais vias de transporte que passam pelo território goiano, como se pode ver no mapa a seguir:

Mapa 28 – Logística de transporte de Goiás



Fonte: SEPLAN (2011).

Como podemos constatar, a logística de transporte existente ou as vias de transportes que estão em construção em Goiás, não passam pela região do Oeste Goiano ou pelo município de Iporá, restando apenas como principal via de transporte a GO-060, que é

bastante limitada, sendo estruturada apenas por duas vias opostas, com precários acostamentos e que passa parte do ano degradada por muitos buracos.

Mesmo assim é preciso considerar que a GO-060<sup>27</sup> contribuiu significativamente para a transformação e apropriação da área territorial por onde ela passa; influenciou economicamente para o surgimento de novos municípios e ainda continua influenciando economicamente. A rodovia GO-060 atinge diretamente os municípios de "Santa Bárbara de Goiás, Nazário, Turvânia, Firminópolis, São Luiz de Montes Belos, Moiporá, Israelândia, Iporá, Arenópolis e Piranhas" (BORGES, 2001) e, de forma indireta, ou seja, por meio de ramais rodoviários, a GO-060 atinge "os limites territoriais de Anicuns, Avelinópolis, Sanclerlândia, Aurilândia, Córrego do Ouro, Cachoeira de Goiás, Ivolândia, Amarinópolis, Jaupaci, Fazenda Nova, Diorama, Bom Jardim de Goiás, Baliza e Aragarças" (BORGES, 2001). A referida rodovia foi planejada em razão da necessidade de promover expansão das fronteiras agrícolas de Goiás, para cumprir ainda a função de interligar Goiás a Mato Grosso e para possibilitar, por essa via, aos municípios dessa região, o acesso por Iporá a Rio Verde.

De acordo com Borges (2001, p.40),

Conforme o Plano Rodoviário Estadual, aprovado para execução em 1951, seriam executadas as seguintes obras: rodovia GO-3, com extensão aproximada de 350 km, tendo como principais pontos de passagem Goiânia, Trindade, Nazário, Firminópolis, Iporá e Aragarças [...] No governo Otávio Lage (1966-1971) as ações no sistema de transportes voltaram-se principalmente para a dotação de uma infraestrutura viária [...] A melhoria nas condições de circulação refletiu-se no início das obras de pavimentação de alguns dos principais eixos da rede rodoviária estadual, dentre as quais as GO-3 (atual GO-060, no trecho entre Santa Bárbara de Goiás e Iporá).

A GO-3, que posteriormente passou a se chamar GO-060, foi construída aos poucos, no decorrer da gestão de vários governadores, mas foi em 1971 que efetivamente ela foi pavimentada até chegar ao município de Iporá. A modernização do sistema viário, com a construção de rodovias pavimentadas, aliada ao aumento do uso de veículos automotores individuais, criou nova configuração na rede de lugares no que se refere à fluidez e acessibilidade (MONBEIG, 1957). A GO-060 permitiu melhoria e ampliação do mercado e

---

<sup>27</sup>Os fatores que levaram à construção da mesma foram vários, destacando-se: Em 1950, o interesse do governo federal em ocupar os espaços territoriais que se encontravam vazios, em especial a Amazônia e o Centro-Oeste brasileiro; o plano de metas de Juscelino Kubitschek, dentre eles a construção de uma nova capital, o que possibilitou a criação de infraestrutura rodoviária para interligar a capital nacionalmente, e obviamente, Goiás acabou se beneficiando dessas vias de transporte; as políticas territoriais e econômicas, ocorrida no anos de 1964 a 1985, no Estado de Goiás; e os programas como POLOCENTRO e PROCEDER (BORGES, 2001).

possibilitou o surgimento de novas atividades, impulsionando o desenvolvimento econômico; mas, como acelerou o processo de ocupação e de produção das terras, promoveu alguns estragos, como a devastação da mata nativa do Cerrado. A produção de gado bovino aumentou significativamente e a produção de grãos também.

[...] Depois que foi feita essa estrada asfaltada de Iporá até Goiânia, a gente aumentou a produção, nós produzíamos muito, quase não faltava emprego; quem tinha 50 cabeças de gado logo passou a ter 100 e até mais; a produção de arroz, milho e feijão era grande, às vezes nem tinha como guardar em local adequado, os porcos engordava tanto que chegavam a rachar a pele; aqui também era muito bom pra produzir mandioca e abóbora, que servia para nós comer e até pra tratar dos porcos; e nós vendia muita coisa aqui mesmo, até porque muitas pessoas vieram morar aqui; mas nós passamos a vender muito também para o Mato Grosso, para Goiânia, para Anápolis e até para Rio Verde, porque sobrava do nosso consumo.<sup>28</sup>

Na citação acima, fica evidente que a GO-060 influenciou diretamente na dinâmica econômica e demográfica do município de Iporá, impulsionando a ocupação de espaços vazios e a agregação ao processo produtivo. Ela influenciou na forma de utilização das terras promovendo ocupação rural que facilmente aumentou a produção da agricultura e da pecuária; e, assim, o preço da terra sofreu ajustes/aumento. A densidade populacional também aumentou, o que influenciou diretamente no investimento em infraestrutura urbana, trazendo órgãos de prestação de serviços privados e governamentais.

De primeiro, antigamente, vinham muitos mineiros morar aqui, principalmente depois que foi feita a rodovia pra Goiânia; você pode ver que em Iporá tem muita gente que veio de Minas Gerais, eu já vi caminhão chegar cheio de mineiros para morar aqui. Claro que vinha muita gente de outros lugares, como do nordeste do Brasil e também aqui dessas redondezas, dessa região mesmo, aqui das cidades vizinhas.<sup>29</sup>

Na citação acima, fica evidente que a GO-060 teve muita relevância para o aumento populacional do município de Iporá, principalmente na década de 1970, além de facilitar o acesso à capital e aos municípios que se encontram nas adjacências dessa rodovia.

Um parâmetro também utilizado para aferir as condições de desenvolvimento de um município são os índices de IDH. Mas, os números realmente representam as reais

---

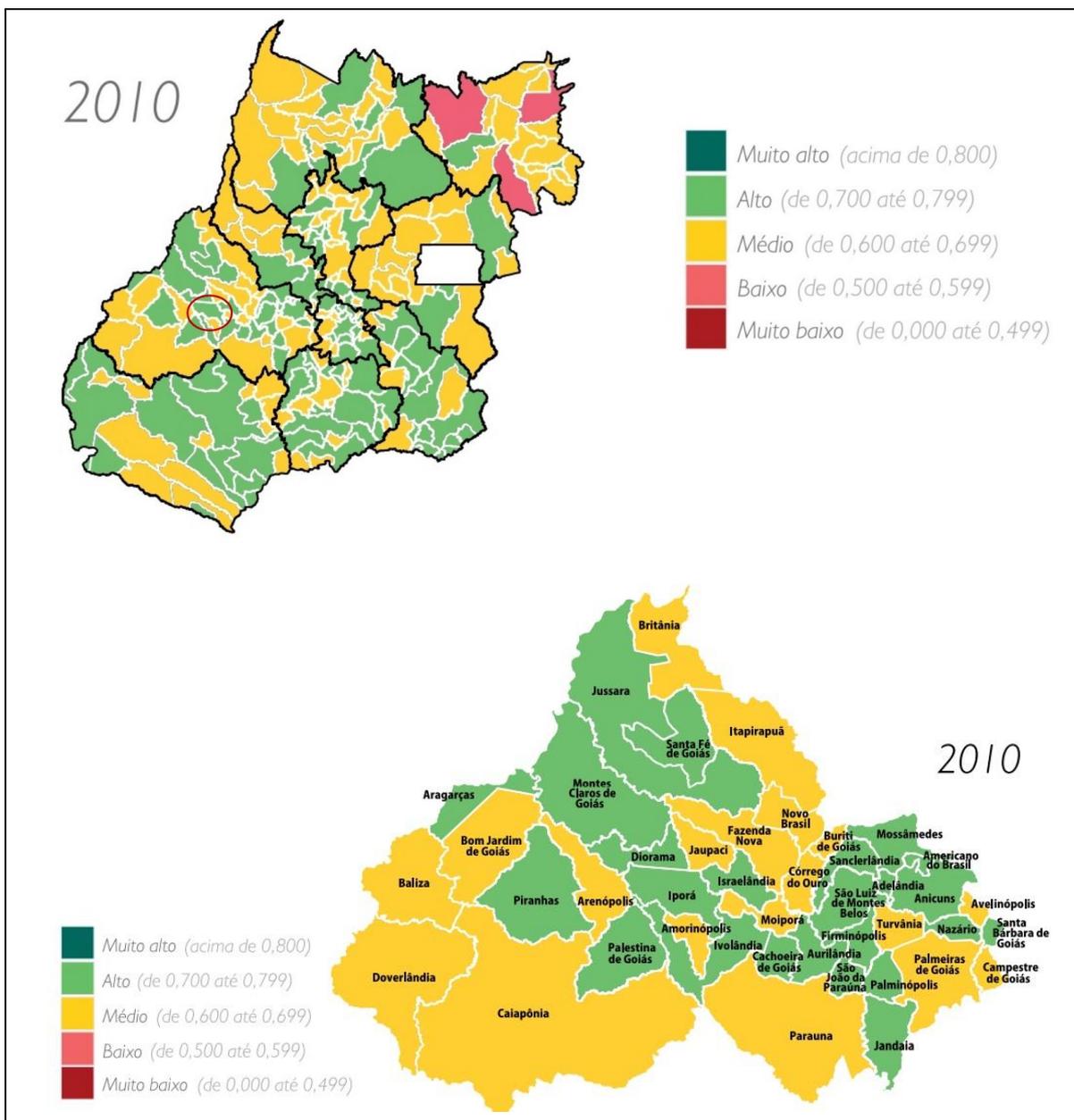
<sup>28</sup>Pequeno agricultor, residente na fazenda buriti, município de Iporá. Entrevista realizada em 10 de maio de 2013.

<sup>29</sup>Senhora de 89 anos, residente na vila Itajubá, município de Iporá. Entrevista realizada em 02 de agosto de 2013.

condições de vida vivenciadas pela sociedade em determinado local? Muitos pesquisadores, como professor José Henrique Rodrigues Stacciarini (UFG-Catalão), professor Washington Silva Alves (UEG-Iporá), os professores Eguimar Felício Chaveiro e Denis Castilho (UFG-IESA), tem afirmado que, quando se vai analisar números, é preciso considerar o que está entre eles, os fatores que influenciam ou que levam à obtenção de determinado número. Portanto, ao analisar o IDHM e o ranking de competitividade goiana, especificadamente da região do Oeste Goiano e do município de Iporá, podemos constatar muitas contradições.

Com IDHM de 0,735, o Estado de Goiás ocupa o 8º lugar no *ranking* entre as unidades federativas do Brasil (PNUD, 2013). De acordo com a Segplan (2014) e PNUD (2010), Iporá ocupa a 718ª posição no país, com IDH equivalente a 0,743, que pode ser considerado como alto. E o IDHM de Iporá, de acordo com IMB/Segplan (2014) e PNUD (2013), coloca-o em 15º entre os municípios goianos, o maior da região Oeste de Goiás. Veja o mapa 29 e o gráfico 5 a seguir, que apresentam alguns desses dados/números citados.

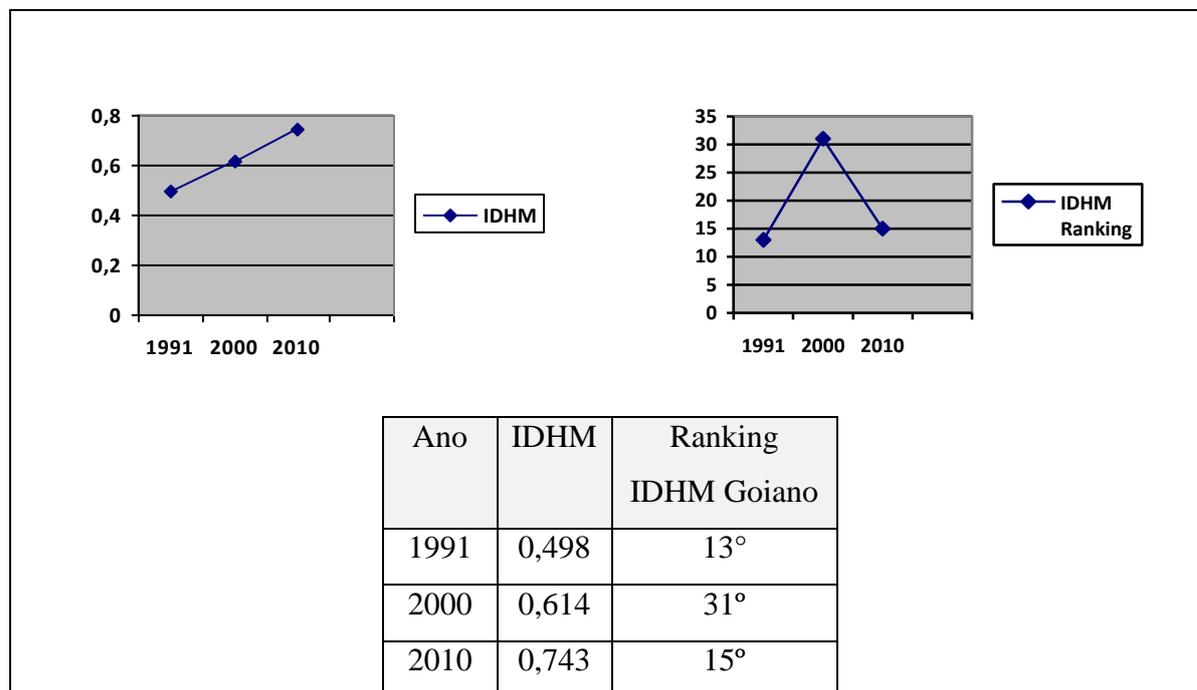
Mapa 29 – (IDHM GERAL) de Goiás e da Região Oeste Goiano



Fonte: Atlas Brasil, 2013. Elaboração: Instituto Mauro Borges/Segplan-GO/Gerência de cartografia e geoprocessamento - 2014.

Os municípios que tem entre 0,700 até 0,799 de IDH são considerados como alto; e como vemos no mapa 29, Iporá tem um IDHM geral, classificado como alto, como já foi apresentado tem um IDH de 0,743. Também como se observa na figura a seguir tem, gradativamente, melhorando os índices de IDHM na última década em relação aos municípios goianos.

**Gráfico 5 – IDHM Geral e classificação de Iporá entre os municípios de Goiás nos 1991, 2000 e 2010**



Fonte: Oliveira (2014), adaptado do Atlas Brasil (2013), do IMB (2014) e PNUD (2013).

Ao se fazer uma leitura e análise desses números apresentados, percebe-se que as contradições são nítidas. Os resultados obtidos classificam Iporá como um local que oferece boa qualidade de vida em relação à educação, renda e longevidade; porém, esses aspectos nem sempre são bem avaliados pelos próprios moradores do município, pois ele ainda carece de rede de esgoto, pavimentação asfáltica em cerca de quinze bairros, as escolas ainda carecem de investimentos em infraestrutura básica, os hospitais carecem de médicos especialistas e, de acordo com IBGE (Censo de 2010), tem 10,8% de analfabetos. Salienta-se, ainda, que Iporá está situado na região do Oeste Goiano, que é considerada uma das regiões mais pobres do Estado de Goiás, por apresentar poucas indústrias e uma economia baseada na agropecuária rudimentar.

O município de Iporá, desde sua emancipação, passou por vários períodos de estagnação e alguns períodos mais pontuais de crescimento e desenvolvimento; os números de IDHM apresentados acima comprovam essa afirmação. Veja que, no ano de 1991, tinha um IDHM que o colocava em 13º colocado entre os municípios goianos, mas, no ano 2000, caiu para 31º colocado, e já em 2010, recuperou significativamente algumas colocações, chegando a ocupar 15º lugar, com IDHM de 0,743, o melhor resultado já obtido nas últimas décadas.

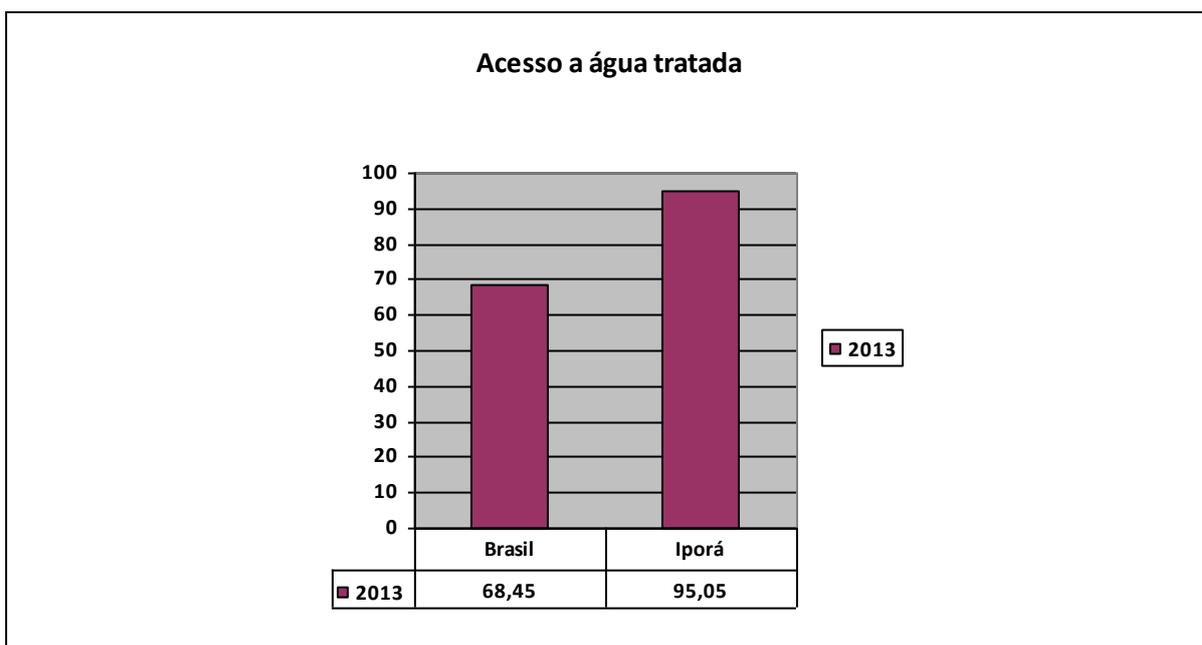
**Quadro 6- IDHM por especificação do município de Iporá**

Ano	IDHM municipal	IDHM educação	IDHM renda	IDHM longevidade
1991	0,498	0,304	0,600	0,676
2000	0,614	0,465	0,651	0,763
2010	0,743	0,667	0,731	0,840
Classificação	Alto	Médio	Alto	Muito Alto

Fonte: Oliveira (2014), adaptado dos dados do PNUD/Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Mesmo apresentando algumas características de municípios que estão na condição de menos competitivos, como baixo dinamismo, recursos escassos para investimento, pouca infraestrutura logística e econômica, agricultura e pecuária básica e rudimentar, pouca capacidade para atrair investimentos, dentre outros, ainda assim, nas últimas décadas, Iporá obteve crescimento de IDH municipal, IDHM educação, IDHM renda e IDHM longevidade, como se pode ver no quadro anterior. Vários fatores são responsáveis pelo aumento do IDH, pelo crescimento e desenvolvimento do município, dentre eles pode-se destacar o *boom Imobiliário*, que tem gerado e aumentado a renda da população iporaense, possibilitando investimento em áreas sociais.

Vários outros índices e fatores chamam a atenção, além de colaborar para a representação do crescimento do município de Iporá, conforme demonstra o gráfico 6:

**Gráfico 6 - Domicílios com água tratada**

Fonte: Oliveira (2014) adaptado dos dados do PNUD/DATASUS - IBGE (2013).

Como se pode constatar, ao comparar os índices de famílias que têm acesso à água tratada, vemos que 95,05% das pessoas que vivem em Iporá têm acesso à água tratada, enquanto a média no Brasil é de 68,45%. E, com relação ao número de homicídios, fator que tem sido muito significativo, pois, de modo geral, a sociedade brasileira tem se mostrado muito preocupada com os atuais índices de violência, principalmente em grande centro urbanos; o município de Iporá apresenta baixos índices de homicídios ao se comparar com as médias de Goiás e do Brasil; atualmente esse fato tem influenciando positivamente e motivando algumas pessoas a migrar para Iporá. Observe os comparativos desses índices em relação a Iporá, Goiás e o Brasil.

#### Quadro 7 - Índice de homicídios

Homicídios	
Brasil	29,04 óbitos/100 mil habitantes
Goiás	40 óbitos/100 mil habitantes
Iporá	6,40 óbitos/100 mil habitantes

Fonte: Oliveira (2014) adaptado dos dados do PNUD/DATASUS - IBGE 2012.

Como se constata no quadro 7, os índices de óbitos no município de Iporá são bem inferiores em relação às médias estadual e nacional, influenciando, significativamente, como atrativo às novas migrações, uma vez que muitas pessoas têm procurado lugares que ofereçam um nível satisfatório de segurança pública. Um fator que chama atenção, também, é com relação ao aumento de veículos automotores no município. Isso leva-nos ao entendimento que as facilidades de crédito facilitaram a compra de novos veículos automotores, mas é preciso considerar, também, que o poder aquisitivo das pessoas melhorou, possibilitando, assim, o aumento do potencial de compras. Observe no quadro 8 os números relativos ao aumento da frota de veículos automotores:

**Quadro 8 - Número de veículos em Iporá-GO**

<i>Frota de veículos automotores de Iporá</i>													
<b>Ano</b>	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Nº de veículos</b>	7.488	8.311	9.396	10.260	11.007	11.810	12.771	13.947	15.173	16.275	17.771	19.389	20.047
<i>Frota de veículos automotores do Brasil - 2012</i>													
78.310.730													

Fonte: Oliveira (2014) adaptado dos dados do PNUD/DATASUS - IBGE 2001, 2010 e 2013.

A frota de veículos automotores em Iporá, anualmente, vem aumentando; nos últimos dez anos, aumentou mais de 100%. Esses números seguem uma tendência do Estado e do Brasil, que é de aumento da frota de veículos automotores. Em Iporá, a maioria dos veículos automotores são do tipo motocicleta; porém, destaca-se que o consumo de veículos como carro de passeio, camionete e caminhões aumentou significativamente. E a maioria da frota que circula pelas ruas de Iporá são veículos novos ou semi novos, o que está relacionado às facilidades de financiamento para adquirir um veículo automotor, bem como com a melhoria nas condições econômicas de poder aquisitivo da população local.

De forma empírica pode-se afirmar ainda que o aumento da frota e consumo de veículos em Iporá se deve também a carência de transporte público coletivo. Como o município não tem esse tipo de transporte, a população fica desamparada e impedida de obter acessibilidade e mobilidade urbana, sendo assim, as pessoas que tem condições de comprar um veículo, logo o faz por não haver outra opção.

Um dado também muito significativo e intrigante é com relação a competitividade do município de Iporá em relação aos demais municípios goianos, como se vê no quadro a seguir:

**Quadro 9 – Iporá no Ranking dos Municípios Goianos**

Competitividade/município de Iporá - GO - 2009	Colocação	Variação de 1° - 246°	47°
	Dinamismo	Variação de 0 - 100	10,47
	Riqueza econômica	Variação de 0 - 100	4,95
	Infraestrutura econômica, localização estratégica e logística	Variação de 0 - 100	42,11
	Qualidade de vida	Variação de 0 - 100	55,50
	Mão de obra	Variação de 0 - 30	14,45
	Infraestrutura tecnológica	Variação de 0 - 70	2,03
	Políticas de incentivos financeiros e tributários	Variação de 0 - 30	0,56
	Média (ponderada)		20,08

Fonte: Oliveira (2014) adaptado dos dados da SEGPLAN/IMB (2009).

Várias leituras e interpretações podem ser realizadas a partir dessas reflexões que estamos fazendo e dos dados apresentados no quadro anterior. Vê-se facilmente que Iporá ocupa uma colocação significativa de competitividade em relação aos municípios goianos; dentre os fatores que mais se destacam no município, merecem destaque a qualidade de vida, as condições econômicas da população e a localização estratégica. O referido município apresenta baixos índices de roubos e crimes, tem uma significativa assistência à saúde, realizada através do Programa Saúde da Família (PSF), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), farmácias, hospital municipal, hospital e clínicas particulares, conta um número significativo de creches, escolas e faculdades e tem uma rede de serviços e de comércio pungente, capaz de atender Iporá e região, as propriedades rurais são formadas em grande maioria por pequenas parcelas de terras, em que a principal produção é oriunda da agricultura familiar, fato que influencia diretamente numa considerável distribuição de renda. Ressalta-se, ainda, que a localização do município de Iporá é bastante privilegiada, pois o mesmo é cortado por rodovias que dão acesso a Goiânia, Ivolândia, Rio Verde, Jataí, Montes Claros e ao Estado de Mato Grosso.

Diante de todos os fatores, dados e informações analisadas quanto ao processo de apropriação do município de Iporá, fica evidente que Iporá exerce influência regional, o que o caracteriza como cidade pólo ou centro regional. Dentre os principais fatores que justificam

essa afirmação, destacamos: sua referência em educação, pois o município tem como destaque, nesse quesito, a Universidade Estadual de Goiás (UEG)<sup>30</sup>, Instituto Federal Goiano (IF Goiano)<sup>31</sup>, Faculdade de Iporá (FAI), Fundação Antares de Ensino Superior, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (FAESPE), Universidade Paulista (UNIP), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), Fundação Richard H. Fisk - Escola de idiomas (FISK) e várias escolas particulares e públicas que oferecem a educação básica, o ensino médio e até cursinho pré-vestibular; é referência também em saúde, pois conta com cerca de cinquenta médicos, mais trinta odontólogos, mais de trinta farmácias, vários laboratórios de análises clínicas, um centro de hemodiálise, oito PSFs, várias clínicas particulares com especialidades diversas, três hospitais, sendo dois particulares e um municipal público, um SAMU, um banco de doadores de sangue, dentre outros; é referência também na prestação de serviços e no comércio, pois conta com vários órgãos governamentais e muitas empresas privadas que oferecem uma prestação de serviços diversos e um comércio tido como pujante, que é capaz de atender razoavelmente bem a clientela de Iporá e região.

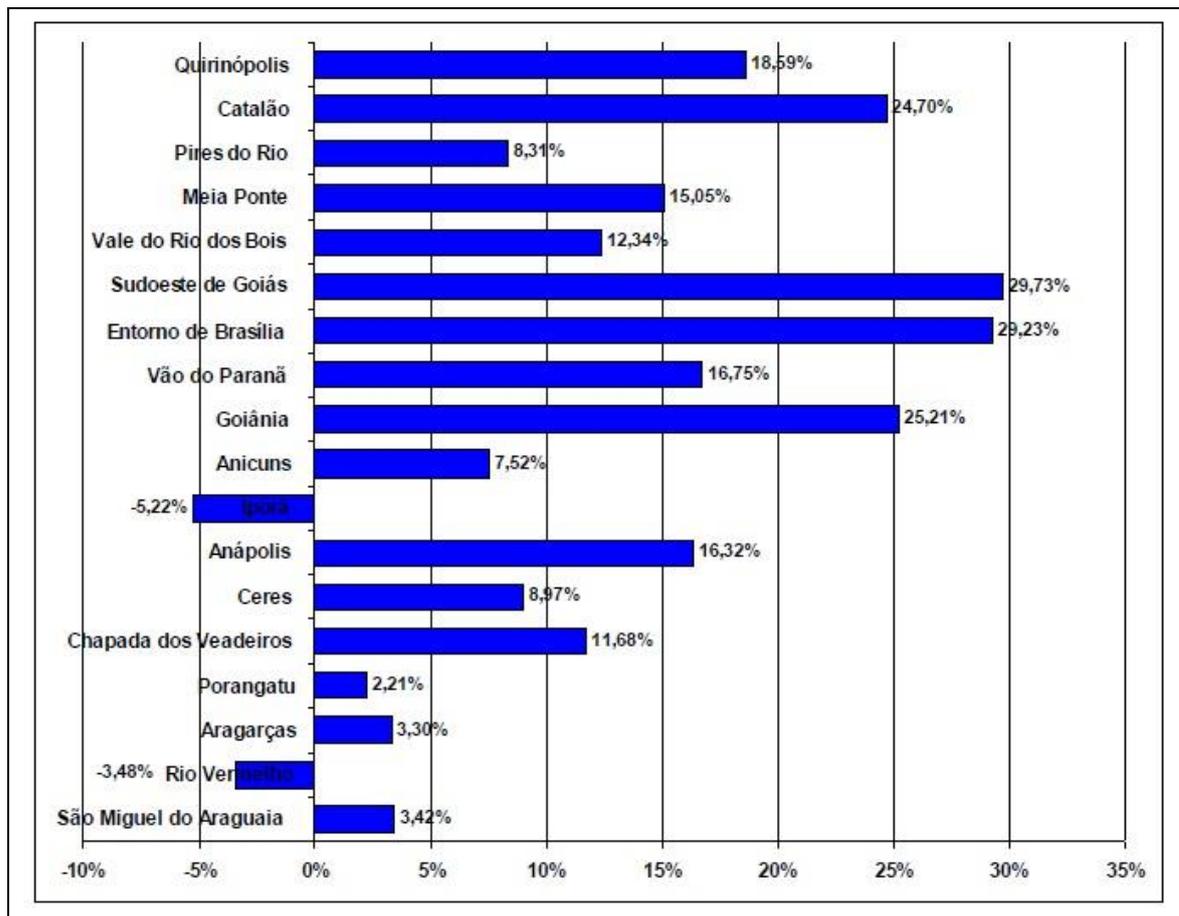
Fica evidente, também, que os índices demográficos, em vários períodos, influenciam negamente para a obtenção do crescimento do município, e que tanto o município de Iporá como os demais municípios da microrregião de Iporá sofreram perdas populacionais, como vemos no gráfico a seguir:

---

<sup>30</sup> Veja mapa nos anexos com a localização dos câmpus da UEG no estado de Goiás.

<sup>31</sup> Veja quadro nos anexos referente ao localização dos campus do IF Goiano no estado de Goiás.

**Gráfico 7- Crescimento da população goiana por Microrregião**



Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2010. Elaboração: Observatório Núcleo Goiânia.

De acordo com Censo Demográfico do IBGE (2010), as únicas regiões em que decresceram a densidade populacional, foram as microrregiões de Iporá e de Rio Vermelho; porém, a microrregião de Iporá foi a que mais teve perdas populacionais no Estado de Goiás. Muitas pessoas, especialmente as mais jovens, deixaram a microrregião de Iporá afim de encontrar oportunidades de vida; foram fazer cursos universitários e a procura de emprego, especialmente em Goiânia, Brasília, Rio Verde, Jataí e até para exterior. Contudo, somente a diminuição de habitantes por si só, não justifica que o município esteja estagnado. Como podemos constatar na entrevista a seguir, o município mesmo decrescendo populacionalmente, conseguiu incorporar capital.

[...] para Iporá crescer tem que crescer a população, não, a visão tem que ser outra, Iporá esta crescendo e aí você pode ver os dados e não é pela população, Iporá esta crescendo pela incorporação de capital; em 2008, casas que valem 50.000R\$ hoje valem 150.000R\$, então há uma valorização, há uma incorporação de capital; e uma coisa que eu vi e achei interessante [...] hoje você vê em Iporá muitas caminhonetes novas, ou seja, aumentou o poder aquisitivo; a população não aumentou de 2008 pra cá, mas as políticas governamentais e a preocupação tanto governo federal, estadual

e municipal foram focadas pra cá o que houve uma drenagem de capital , ou seja, uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que aqui estão. [...] você vai perceber, se na sua família quantas pessoas tinham casas até 2.000, na sua geração quantas pessoas puderam ter casas? Naquela geração, quantas pessoas puderam ter carro, quantas? Você vai ver que na sua geração a qualidade de vida mudou de uma forma absurda. Então não foi o aumento da população e sim a incorporação maior de capital, ao incorporar mais capital há uma melhoria na vida de população. [...] na minha visão, compreender Iporá é compreender como Iporá consegue absorver esses capitais de fora e ele só vai absorver através das suas instituições fortes, seja a saúde, a educação, as instituições bancárias, então essas instituições vão trazer os recursos e esses recursos vão ser espalhados na população [...].<sup>32</sup>

Como se constata na entrevista anterior, o município de Iporá tem incorporado capital, sobretudo de municípios vizinhos e isso remete-nos ao entendimento de que Iporá está crescendo, mesmo que dependente de uma região deprimida e até possivelmente estagnada. A captação de capital oriundo do governo estadual e federal, tem sido essencial para melhor oferta de serviços as pessoas que vivem em Iporá e em municípios circunvizinhos; como resultado a oferta de serviços e o comércio tem crescido e se ampliado.

Dentre os setores econômicos de Iporá, destaca-se o de serviços, como se pode ver no quadro a seguir:

**Quadro 10 - Participação dos setores econômicos em 2011**

Serviços	208.430,04
Indústria	33.750,6
Agropecuária	25.252,0
Impostos	24.624,32
Administração pública	62.413,69

Fonte: Oliveira (2014) adaptado dos dados do PNUD/DATASUS - IBGE 2013.

O setor de serviços é o principal responsável pelo PIB de Iporá. Assim, deve-se destacar que esse setor ainda carece de um olhar mais atencioso por parte do governo municipal, pois, se esse setor obter mais apoio e incentivos, é possível que Iporá aumente significativamente sua arrecadação.

Iporá é considerado por muitos pesquisadores e populares como um trevão, pois Iporá tem acesso a Rio Verde, via GO-174, para Caiapônia, via GO-021 e até Jataí, pela BR-158, via GO-060 para Aragarças; tem ainda rodovia pavimentada de acesso a Diorama e rodovia não pavimentada para Ivolândia e para o povoado de Jacinópolis. Portanto, é possível

<sup>32</sup> Pesquisador de municípios goianos. Migrante que veio para Iporá para trabalhar. Entrevista realizada no dia 02 de junho de 2014.

afirmar que Iporá tem uma localização geográfica privilegiada; esses também são motivos pelo qual Iporá consegue se centralizar regionalmente. Fica evidente, então, que o Estado é um dos principais promotores das desigualdades socioeconômicas regionais, por sempre adotar a política de priorizar algumas regiões, e a de Iporá (Oeste Goiano) não faz parte das que estão sendo priorizadas.

Assim, apontaremos a seguir três ações estratégicas a fim de reparar as condições de estagnação e ligeira depressão vivenciada pelo município de Iporá: A primeira é especializar um grupo de técnicos para elaboração de projetos a fim de buscar recursos juntos aos Governos Estadual e Federal; a segunda é buscar estabelecer parceria regional, com os municípios vizinhos, a fim de definir uma agenda positiva, que ponha em ação plano de desenvolvimento regional, especialmente para a área da saúde, para as questões ambientais e para promoção do turismo ecológico, que é um dos grandes potenciais regionais, pouquíssimo explorado; e a terceira é desenvolver algumas ações internas (fazer um planejamento de desenvolvimento municipal - PDM) interno, a começar pela reelaboração do plano diretor urbano (PDU), mas de forma democrática e participativa, e colocá-lo em prática. É preciso, também, buscar a definição de qual a melhor vocação ou aptidões produtivas do município (é preciso especializar), como também é preciso criar mecanismos para que as comunidades criem associações e cooperativas, a fim de organizar e potencializar a produção da agricultura familiar, das ações de economia solidária e dos pequenos produtores em geral. Por fim, é preciso dar mais apoio e fazer investimentos estratégicos para estruturar, dinamizar e fortalecer o comércio local, especialmente as áreas de saúde e de educação, que são as principais referências de polarização regional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou discutir e analisar o município de Iporá no contexto da atuação e apropriação do Cerrado goiano. Em âmbito social, buscou entender e abordar os processos que envolvem o movimento e as causas das transformações ocorridas no referido espaço de território estudado, para, assim, expor como esses processos influenciam na economia e na vida da sociedade iporaense. Em âmbito científico, buscou compreender o território a partir das relações entre Iporá, a região do Oeste Goiano, Goiás, Brasil e o mundo.

Hipoteticamente, supôs-se que o município de Iporá e a região do Oeste Goiano poderiam ser deprimidos em função da estrutura espacial que não corresponde aos interesses do capital, pois, o relevo de Iporá é irregular, boa parte das terras são formadas por pequenas parcelas e poderiam ainda existir resistências culturais quanto aos novos modelos e processos de inovação da produção. Ainda pressupôs que alguns municípios de Goiás capturam a maior parte dos investimentos públicos governamentais, relegando assim, aos demais municípios, como Iporá, a condição de reserva de mão de obra para o Sudoeste e região Metropolitana de Goiás.

A partir dos processos de ocupação do Cerrado goiano, foi objetivado, ainda, constatar as principais políticas governamentais destinadas ao desenvolvimento dos municípios goianos. Para isso, foi necessário perceber quais elementos internos e externos relacionam Iporá ao Estado-Brasil-Mundo, tornando-o singular.

Portanto, metodologicamente, propusemos desenvolver uma pesquisa descritiva, exploratória e explicativa, em que as abordagens quantitativa e qualitativa ofereceram suporte para dar consistência às nossas investigações e constatações. As entrevistas semiestruturadas deram-nos respostas jamais esperadas e, ainda, apontaram novos fatores. As pesquisas documentais, por sua vez, ajudaram a esclarecer acontecimentos que influenciaram no processo de ocupação e apropriação do município em questão.

Muitas dificuldades foram encontradas na realização dessa pesquisa; salienta-se que essas dificuldades não influenciaram negativamente nos resultados, mas exigiram reelaboração de métodos, como por exemplo, nas entrevistas, em que muitos entrevistados, a princípio, limitaram-se ou contiveram-se em dar respostas para determinadas perguntas, e outros, em suas respostas, se excediam e acabavam misturando um pouco de sentimentos aos fatos reais, o que nos exigiu uma melhor lapidação das informações. Uma das principais

dificuldades foi a escassez de informações, de documentos e registros quanto ao município de Iporá.

Constatamos que, de fato, o município de Iporá nasce a partir das atividades mineradoras ocorridas especialmente nos rios Pilões e Claro. De acordo com relatos históricos, o local intitulado Arraial dos Pilões, que mais tarde viria a se chamar Iporá, tinha abundância de ouro e diamante; foi nesse local que se deu início ao povoado que possibilitou, posteriormente, a emancipação de Iporá. Salienta-se que ele surgiu de forma semelhantemente a maioria dos municípios goianos, ou seja, seguiu o curso natural, sem nenhum planejamento.

Israel de Amorim tornou-se personalidade relevante no processo de ocupação territorial e de emancipação de Iporá. A princípio, ele participa desse processo com fins de exploração para obter lucro das riquezas locais, mas, posteriormente, através de seu relacionamento político, ele influencia decisivamente na emancipação e na estruturação do município. Junto a Israel, destaca-se Mestre Osório, que influenciou na escolha do local onde hoje é Iporá; mas, ressalta-se que, a princípio, o referido local pretendia atender interesses dos coronéis Odorico Caetano Teles e Quinca Paes, grandes proprietários de terras, que por interesses financeiros propuseram e disponibilizaram o referido local para criação de Iporá.

A partir dos conhecimentos e interesses de Israel de Amorim, Iporá foi se estruturando com certa semelhança às cidades de Goiânia e Uberlândia, mas há contradições nessa informação, pois alguns pesquisadores, atualmente, tem destacado a possibilidade de Iporá ter se assemelhado ao município de Aquidauna-MS. Fato é que, Israel de Amorim, já com certo apego pelo local e com o sonho de construir uma cidade, estruturou a cidade com ruas largas, bem definidas e em forma de tabuleiro (o local hoje é o centro atual de Iporá). É relevante informar que Iporá, em grande parte do seu território, é composto por pequenas propriedades de, em média, dez a vinte alqueires. Muitos populares dizem que Iporá passou por uma reforma agrária natural; contrapondo-se a essa afirmação ou falácia, a verdade é que o município tem também grandes propriedades rurais, de consideráveis extensões territoriais, existindo, portanto, uma presença mesmo em pequena quantidade de latifundiários. Outra questão é que Israel viu na possibilidade de ocupação com pequenas propriedades um meio de desenvolvimento mais rápido, e como ele é quem comandava a distribuição e venda dessas terras, poderia obter alguns lucros; ele vendia e até financiava a terra e as primeiras produções para quem quisesse ocupá-las; com isso, ele obtinha crédito de favor e de dívida com o proprietário. Alguns pesquisadores e historiadores da região do Oeste Goiano afirmam que

houve algumas inferências na forma de ocupação do município em função da passagem da Coluna Prestes pela região de Pilões, e, na ocasião, Israel teve contato com Prestes.

Atualmente, o município de Iporá é um município de porte pequeno, como já foi visto, com pouco mais de trinta e um mil habitantes, é bem servida pelo significativo comércio, que atende vários municípios, principalmente os limítrofes e o setor de serviços é o que melhor tem representado que Iporá não está totalmente estagnado, pois esse setor apresenta índices significantes de crescimento a ponto de capitalizar para Iporá certa polaridade regional.

Quando iniciamos essa pesquisa admitiu-se que a localização do município de Iporá era um dos principais empecilhos para o desenvolvimento econômico, pois Iporá encontra-se distante da capital do Estado e da região Sudeste, que é a mais dinâmica do país. Mas, constatou-se que, se por um lado tem essas desvantagens citadas, por outro tem-se o benefício geográfico dessa localização. Constatamos que, via Iporá, pode-se ter acesso a várias rodovias, que dão acesso a Goiânia, pela GO-060, a Palestina de Goiás, pela GO-221 (Jataí BR-158), a Diorama, pela GO-174, a Amorinópolis (Rio Verde), pela GO-174 e a Ivolândia, pela GO-320. Esse fator é relevante, pois ele é também um dos responsáveis pela polarização e pelo desenvolvimento econômico de Iporá. Todavia, um desenvolvimento mais significativo, do tipo industrial, no momento, é quase impossível, em função da precariedade de infraestrutura urbana e pela baixa arrecadação municipal, o que condiciona o município a ficar refém de investimentos oriundos dos governos Estadual e ou Federal.

O processo de apropriação do Cerrado, ocorrido no delimitado espaço territorial de Iporá, é carregado de significados e representações oriundas das relações de poder e das relações sociais, de modo que, se relacionarmos a concepção geográfica de rede-território-espaço-lugar, entendemos que as variáveis globais com ação local influenciam diretamente na vida social, política e econômica de uma sociedade ou de um município. Portanto, "o município de Iporá, no contexto da apropriação do Cerrado goiano" se faz presente no mundo e o mundo em Iporá, através de sua relação em rede, que, portanto, é sucedida das relações humanas, sociais, culturais e das relações comerciais oriundas de interesses do mercado.

Também a partir dos resultados obtidos nessa pesquisa, é preciso considerar que a gestão e o ordenamento territorial do Brasil nunca foram motivos de muito orgulho; é fato que, na última década, houve consideráveis avanços, mas a atual conjuntura é caracterizada por desigualdades em todo o território brasileiro e o Estado foi e ainda continua sendo o principal viabilizador do desenvolvimento desigual. A má distribuição da renda entre a

sociedade é característica marcante, a priorização de algumas regiões em detrimento de outras ainda é praticada cotidianamente, no Brasil e em Goiás. As atuais regiões que têm sido priorizadas são aquelas propícias ao desenvolvimento agroindustrial.

Como o município de Iporá não atende a lógica de apropriação do capital, ele fica a mercê do atual modelo de desenvolvimento econômico, pois, assim como foi constatado, a estrutura fundiária de Iporá apresenta-se alicerçada na pequena e média propriedade e em poucas grandes propriedades; o relevo, de fato, ainda é um empecilho para a mecanização, pois ele é caracterizado pelo relevo acidentado e irregular; a maioria das propriedades rurais ainda utiliza o modelo de produção tipo agricultura familiar, que é conduzido por pessoas de mais idade e que tem forte apego pela terra, e ainda mantém muitas tradições culturais, o que dificulta a introdução de novas técnicas de produção.

Também, ficou constatado que o baixo desenvolvimento atual de Iporá deve-se à pouca atuação do capital, pois o Estado quase sempre esteve ausente no município, não desenvolveu ações e programas, como os que foram aplicados em outros municípios, como Rio Verde, Catalão, Jataí, Palmeiras de Goiás, Anápolis e outros. Então, questiona-se: o município de Iporá pode ser considerado deprimido? Em partes, sim. Se consideramos a densidade populacional, vamos ver que ele teve considerável aumento populacional quando foi emancipado e na década de 1970, mas, posteriormente a esse período até os dias atuais, o crescimento diminuiu e em alguns períodos até decresceu. Outro fator que pode caracterizá-lo também como depressivo, é a atual infraestrutura: muitos bairros ainda carecem de pavimentação asfáltica, a limpeza urbana ainda deixa muito a desejar, muitas escolas ainda carecem de infraestrutura, na saúde ainda faltam médicos especialistas, os exames laboratoriais ainda são difíceis de serem realizados, o município não tem uma UTI, as ruas asfaltadas estão em boa parte degradadas, a iluminação pública é de baixa qualidade, pois muitas ruas são escuras e as creches públicas não têm vagas em quantidades suficientes.

Mas, por outro lado, existem outros fatores que eximem o município de Iporá da condição de depressivo. Ele apresenta IDHM alto, de acordo com o PNUD, com a SEGEPLAN, com o IBGE e com o IMB. Iporá apresenta crescimento econômico em todas as áreas de produção, especialmente na de prestação de serviços. Atualmente, Iporá está classificado entre as cinquenta cidades de Goiás mais desenvolvidas e ocupa a posição 718º no ranking do IDH nacional (PNUD, 2010). É considerado historicamente como cidade pólo regional, não para todo o Oeste Goiano, mas para as cidades limítrofes e para aquelas mais próximas territorialmente.

Iporá apresenta para o futuro perspectivas de desenvolvimento, mas para o atual momento seu potencial é limitado, por mais que seja beneficiado pela sua localização, por passar por ele algumas rodovias estaduais (GOs), mas, como já foi dito, ele não tem atualmente nenhuma perspectiva de melhoria na estrutura logística de transporte, como linhas de ferro e ou rodovias federais. Além disso, o município depende economicamente de limitada produção interna e de uma região economicamente pouco desenvolvida e quase estagnada.

Assim, conclui-se que o desenvolvimento do município necessita da ação externa do capital, no caso, do Estado. No que tange às ações internas, é importante que se estabeleçam, via gestão pública, parcerias com gestores dos municípios da região, a fim de resolver problemas comuns e desenvolver uma agenda de ações conjuntas para as questões ambientais, de saúde, e para explorar e potencializar o turismo. Ainda quanto às ações internas, é preciso, de forma participativa, reelaborar o plano diretor atual e colocá-lo em prática; é preciso incentivar a criação de conselhos municipais, associações e cooperativas, priorizar com investimentos a agricultura familiar e a economia solidária, pois a estrutura atual de ocupação territorial favorece esse tipo de organização, o que possibilita, também de forma natural, uma significativa distribuição de renda. E, como agente de polarização que tem sido, é preciso apoiar e potencializar o desenvolvimento do setor de serviços, especialmente as áreas de saúde e educação.

No que se refere aos fatores externos, o município de Iporá, historicamente, carece de investimentos e atenção por parte do Governos Federal e, principalmente, estadual, pois os programas de promoção ao desenvolvimento criados nestas esferas nem sempre chegam ao município; ressalta-se que, na última década, esta realidade tem mudado consideravelmente com relação ao Governo Federal, que beneficiou o município com cerca de vinte obras de grande significância; mas, quanto ao Governo Estadual, esta situação continua do mesmo jeito, ou seja, quase sem nenhuma atenção ao município de Iporá. Em relação aos administradores locais, o município carece de representantes melhor qualificados e que se empenhem mais em promover o desenvolvimento econômico e social de forma sustentável.

Acreditamos que essa análise e os resultados apresentados nessa pesquisa podem servir de apoio e suporte para o planejamento e definição de ações de desenvolvimento para gestores públicos, especialmente do município de Iporá. Mas, percebemos que essa pesquisa sugere a realização de outras análises e a ampliação de algumas questões que merecem ser melhor abordadas, como: Buscar ouvir a população dos bairros que mais carecem de

infraestrutura urbana e os pequenos empresários do comércio local para analisar os desafios encontrados por eles para que possam crescer ou ampliar o seu comércio; Discutir o agronegócio quanto a relevância ou não para o desenvolvimento de Iporá e procurar entender qual o papel da elite local, buscando aprofundar quanto a existência ou não de coronéis nos dias atuais. É interessante, também, analisar quais seriam as ações mais eficazes para capacitar e potencializar a produção existente no município de Iporá, da agricultura, agropecuária, apicultura, suinocultura, piscicultura e avicultura; Além disso discutir as limitações quanto a ausência de transporte coletivo público, assim como, a limitação de acessibilidade e mobilidade urbana que podem influenciar negativamente na economia local. E como a religiosidade é muito presente no município de Iporá, estudar ainda a influência da religião na formação das comunidades existentes e a influência dessas no atual modelo de desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. G. (Org.). **Abordagens geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: UFG, 2002.
- ALHO, Cleber J.R.; MARTINS, Eduardo de Souza (ed.). **De grão em grão, o Cerrado perde Espaço (Cerrado – Impactos do processo de ocupação)**. Brasília: WWF, 1995.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás**. Mercator, Revista de Geografia da UFC, ano 06, número 12, 2007.
- \_\_\_\_\_. et al. **Impactos territoriais dos programas estaduais de intervenção regional no centro-oeste: NE e N Goiano e entorno do Distrito Federal (1998-2006)**. Mercator, Revista de Geografia da UFC, ano 09, número 18, 2010.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Desenvolvimento regional brasileiro: Avanços e Desafios**. 2º Seminário nacional PMB. UFPE Guarulhos/SP, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento Regional Brasileiro Recente**. <http://pt.slideshare.net/feers/fee-desenvolvimento-regional-e-politicas-publicas-no-brasil-abril-2013> - CNT - Confederação nacional de transporte, acessado em 12/08/2013, às 15hs.
- BALBIM, Renato e CONTEL, Fabio Betioli. **Região e regionalização: Subsídios teóricos para o ordenamento territorial e o desenvolvimento brasileiro**. Brasília, Ipea - 2013.
- BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Região da estrada do boi: usos e abusos da natureza**. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.
- BRAGA, Rhalf Magalhães. **Território, rede e multiterritorialidade: Uma abordagem conceitual a partir das corporações**. Revista do Departamento de Geografia e do programa de Pós-graduação em Geografia IGC-UFMG, Belo Horizonte, 2010.
- BENKO, Georges. **Mundialização da Economia, Metropolização do Mundo**. Geografia (USP), 2002.
- \_\_\_\_\_. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. In: **Oficina sobre a política nacional de ordenamento territorial. Anais**. Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento. **Estudo da dimensão territorial do PPA**. Brasília, 2006.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia, ed.UFG, 2000.

BORGES, Rodrigo Sabino Teixeira. **As transformações espaciais na área de influência da rodovia GO-060, no oeste goiano**. Dissertação de Geografia - UFG. Goiânia, 2001.

BORGES, Júlio César P. **Estado e políticas públicas: trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano**. Dissertação de Mestrado IESA. 2007.

\_\_\_\_\_. **A fazenda goiana: Matriz espacial do território e do mundo sertanejo em Goiás**. Disponível no site: <http://www.cadernoterritorial.com/news/a-fazenda-goiana-matriz-espacial-do-territorio-e-do-mundo-sertanejo-em-goias-julio-cesar-pereira-borges/> - acessado em 20/10/2014, ÀS 20:50 minutos.

BORGES, Rosana Maria Ribeiro. **Pensamentos dispersos, hegemonias concentradoras: Discursos jornalísticos e movimentos de territorialização no cerrado**. Tese de Doutorado IESA. Goiânia - 2013.

BOUERI, Rogério e COSTA, Marco Aurélio. **Brasil: o Estado de uma Nação. Ao alto do título: Desenvolvimento inclusivo e sustentável: um recorte territorial**. ISBN 978-85-7811-185-4 - Brasília : Ipea, 2013.

BUSATO, Maria Isabel e PINTO, Eduardo Costa. **A nova geografia econômica: uma perspectiva regulacionista**. I Encontro de Economia Baiana. Salvador, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CARLOS JR, José. **Cartogramas da evolução do IDH no Brasil entre 1970 e 2000**. Disponível no site: [http://cartageografica.blogspot.com.br/2011/05/cartogramas-da-evolucao-do-idh-no\\_5273.html](http://cartageografica.blogspot.com.br/2011/05/cartogramas-da-evolucao-do-idh-no_5273.html) - acessado em 15/11/2012, ÀS 23:55 minutos.

CARVALHO, Edinaldo Antônio de. **O caipira vai à cidade. Permanências e mudanças na relação cidade/campo em Iporá - 1970 a 2002**. Dep. História-Monografia, UEG-Iporá/GO, 2003.

CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 572 p. v. 1. Tradução Majer, Roneide Venâncio.

CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). **Geografia da cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **A Urbanização do Sertão Goiano e a Criação de Goiânia**. In: O Espaço Goiano. Goiânia, AGB. 2004.

- \_\_\_\_\_. Traços, Linhas e Matrizes para a Compreensão de um Goiás Profundo. In **A Captura do Território Goiano e a sua múltipla dimensão Socioespacial**. Ed. Modelo. Goiânia, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Lugares indomáveis e deprimidos de um território desigual: Goiás partido**. Goiânia: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2007. Mimeografado.
- \_\_\_\_\_. **A urbanização do cerrado: espaços indomáveis, espaços deprimidos**. Goiânia: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, 2010. Mimeografado.
- CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. In: GEOGRAPHIA, Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, ano 1, nº 2, 1999.
- CLEMENTE, Evandro César e HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **Meio Técnico científico-informacional e suas implicações na reestruturação da cadeia produtiva do leite**. Revista Formação, nº13, 2006.
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL. **Cerrado**. 2011. Figura disponível em: <http://www.conservation.org.br/arquivos/Mapa%20desmat%20Cerrado.jpg>. Acessado em 10 de março de 2013.
- CUNHA, José Marcos Pinto da e BAENINGER, Baeninger (org.). **Redistribuição da população e meio ambiente: São Paulo e Centro Oeste**. UNICAMP- Núcleo de Estudos de População, Campinas, 1999.
- DNIT - Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Laboratório de Transportes – LabTrans - Núcleo de Estudos de Tráfego – **Elaboração de um Sistema de Referência Linear para o Plano Nacional de Viação baseado em dados geográficos – SRL-PNV**. NET. 2009
- EGLER, Claudio Antonio G. e Gisela A. PIRES DO RIO. **O novo mapa institucional: o papel das agências reguladoras na gestão do território**. Anais do V Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação de Pesquisa em Geografia. Florianópolis, 2003.
- EGLER, Claudio Antonio G. **Ordenamento territorial e instrumento do ZEE**, UFRJ/CNPQ - Geoeconômica. Rio de Janeiro - 2012
- ESTEVAM, Luís. **O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2ª Ed. Goiânia: Editoria da UCG, 2004.
- FENSKE, Elfi Kürten. **Pesquisa, seleção e organização. Celso Furtado - cultura e desenvolvimento**. Templo Cultural Delfos, julho/2013. Disponível no link. <http://www.elfikurten.com.br/2013/07/celso-furtado.html> - acessado em 09.01.2014, às 23hs.

FERNANDES, Isabella Carvalho e SAUER, Leandro. **Indicadores sociais sintéticos no planejamento de políticas públicas - O índice de qualidade dos municípios (IQIM) e o índice do potencial de desenvolvimento do município (IPDM)**. Disponível em: <http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=593> - acessado em 20.01.2014.

FREDERICO, Samuel. **Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil**. Revista Franco-brasileira de geografia - Número 17. 2013.

FRESCA, Tânia Maria. **Rede urbana e divisão territorial do trabalho** - Revista eletrônica: Geografia (Londrina) v. 19 n. 2, 2010 - <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/> - acessado em 10.02.2013, às 15hs.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GEOATLAS. **Mapas** - sítio <http://www.geoatlas.com/> - 2002, 2005, 2007, 2010 e 2012. Acessado em 10 de janeiro de 2014, às 18hs.

GRIGG, D. **Regiões, modelos e classes**. EDUSP/LTC, São Paulo: 1974.

GOMIS, Moisés Alexandre, **Uma Viagem no Tempo de Pilões a Iporá**. 1ª edição, Editora Nova Página. UEG, Iporá, 1998.

\_\_\_\_\_. Moisés Alexandre. Folha Regional, Iporá, abr. 1996. **Em dia com a História**, p. 6.

HADDAD, Paulo R. **Municípios economicamente deprimidos - Nordeste concentra maioria esmagadora dos municípios economicamente deprimidos**. Jornal Valor Econômico - pág. A14 - 2006.

IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Censo populacional. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico de 2010**. Resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Atlas geográfico** - Rio de Janeiro, 2002, 2005, 2007 e 2012.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas do Século XX** - entrevista com Celso Furtado – 2003.

IFGOIANO - **Acesso à informação**. Sítio: [https://www.ifgoiano.edu.br/home/?page\\_id=13](https://www.ifgoiano.edu.br/home/?page_id=13). Acessado em 04 de maio de 2014, às 18 horas.

IPASI. Iporá/GO - **O saldo do Instituto de Previdência e Assistência de Iporá** - 2012. <http://previdenciaja.blogspot.com.br/2012/01/iporago-o-saldo-do-instituto-de.html>. acessado em 10 de maio de 2014, às 10:15 minutos.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **IPEA Mapas**. <http://mapas.ipea.gov.br/i3geo/> - acessado em 10/01/2014, às 14:58 minutos.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito a Cidade**, editora Moraes, São Paulo, 2001.

MARCUSSO, Eduardo. **Diálogos entre Milton Santos e Celso Furtado: Uma aproximação de pensadores do Brasil.** UNESP - Campus Rio Claro. <http://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/eduardo-fernandes-marcusso1.pdf>. Acessado em 20/01/2014.

MATTEO, Miguel e outros. **O Brasil em perspectiva territorial: Regionalizações como uma estratégia do desenvolvimento emergente.** In Brasil em desenvolvimento 2013: estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica. editores: Rogério Boueri, Marco Aurélio Costa. Desenvolvimento inclusivo e sustentável: um recorte territorial. ISBN 978-85-7811-185-4. Brasília : Ipea, 2013.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A Urdidura do Trabalho e do Capital no Cerrado do Sudeste Goiano.** Tese de Doutorado em Geografia-Faculdade de Ciências e tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.SP, 2005.

MEC - Ministério da Educação - acesso através de endereço eletrônico - <http://blog.planalto.gov.br/educacao-profissional-em-expansao/#more-1332> - acessado em 15 de julho de 2013, às 01:33 minutos.

MONBEIG, Pierre. **Novos estudos de Geografia Humana brasileira.** Difusão Européia do Livro. São Paulo, 1957.

MOREIRA, Ruy. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo.** Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais. 2007, nº 1(3), vol. 1. Disponível na Internet: <http://www.uff.br/etc>, acesso em 10/05/2013.

MPOG -Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Relatório Especial das Áreas Deprimidas nos Eixos de Integração e Desenvolvimento.** Portfólio 2004-2011. 2008.

Multi Cidades – **Finanças dos Municípios do Brasil** - Publicação da Frente Nacional de Prefeitos. V8. Aequus Consultoria, Vitória-ES, 2012.

PALACIN, Luiz. **Goiás (1722 - 1822) - estrutura e conjuntura numa capitania de Minas.** Dep. Cultura SEC, 1972.

OLIVEIRA, João Batista da Silva. **Diagnóstico econômico para o município e Iporá, 1999 A 2013.** <http://pt.scribd.com>. Iporá-GO, 2009.

QUADROS, Eduardo Gusmão. **Anhanguera: Mito fundador de Goiás.** Temporis[ação], Goiás, v. 1, nº 9, Jan/Dez 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RENGER, Friedrich E; MACHADO, Maria Márcia M. **Os primórdios da história do distrito dos diamantes em mapas.** II Simpósio luso brasileiro de cartografia histórica. Minas Gerais. Ano 2007.

RIBEIRO, W. C. **Globalização e geografia em Milton Santos.** Scripta Nova - Revista electrónica de geografía y ciencias sociales - El ciudadano, la globalización homenaje a Milton Santos - Endereço na internet: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-124.htm> - ISSN: 1138-9788. 2002. Acessado em 09/04/2014.

RODRIGUES, Doralíce Benta e ROSSI, Fátima Garcia Santana. **Iporá nas décadas de 1940 a 1960: Um olhar sobre política, a economia e o cotidiano das famílias.** Dep. História-Monografia, UEG-Iporá/GO, 2004.

SAQUET, Marcos Aurélio. e SILVA, Sueli Santos da. **Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território.** ISSN 1981-9021 - Geo UERJ - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008.

SANTOS, Cezar. **Jornal Opção/coluna economia; 5 municípios têm metade das riquezas goianas.** Edição 1902 de 18 a 24 de dezembro de 2011.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. **BRASIL: Território e sociedade no início do século XXI.** Ed Record. Rio de Janeiro 2011.

SANTOS, Milton. **A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo.** Editora Hucitec. São Paulo. 1993.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção.** (3 e 4ª ed.). : HUCITEC - São Paulo, 1996, 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade: ensaios.** Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** São Paulo: Nobel, 1985, 1997.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Sociedade.** Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado.** 5ª ed. - HUCITEC - São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Nobel, 2000.

\_\_\_\_\_. **O dinheiro e o território.** GEOgraphia. Revista da Pós-Graduação em Geografia, UFF. Rio de Janeiro, nº1, Ano 1, p.7-13. Junho de 1999b.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do Geógrafo no terceiro mundo.** Hucitec, São Paulo, 1978.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 3º ed. HUCITEC, Edusp, São Paulo, 1978, 1986.

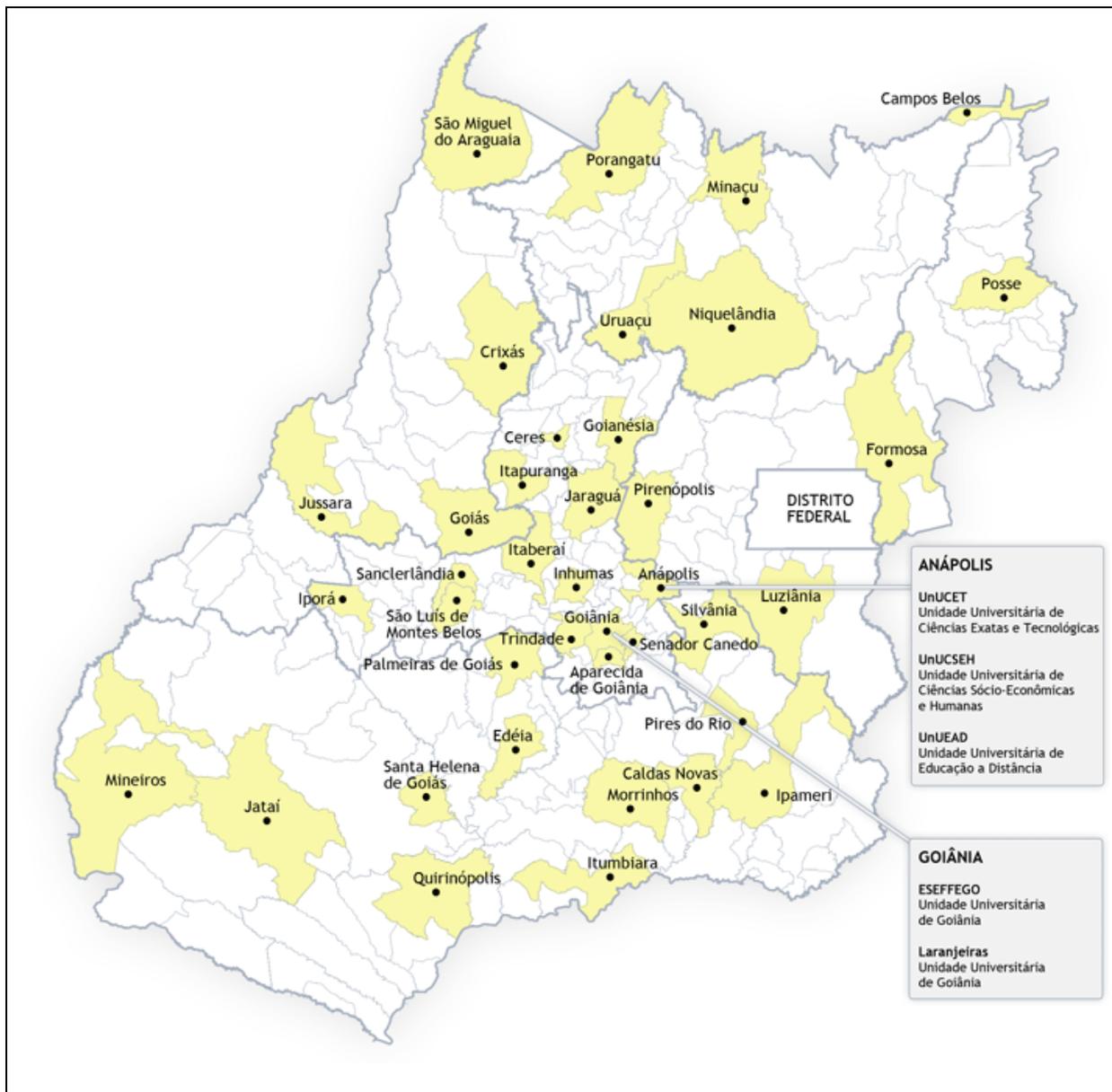
- \_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Hucitec, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Por uma geografia das redes. In: A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999c. p. 208-222.
- \_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método,** Boletim Paulista de geografia, nº 54, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Hucitec, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Território globalização e fragmentação.** São Paulo: Hucitec, 1994.
- SACK, Robert. **Human territoriality.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986. (tradução e fichamento de Rogério Haesbaert).
- SEPLAG. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul - Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do RS - Rumos 2015.** Disponível em: [http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod\\_menu\\_filho=818&cod\\_menu=817&tipo\\_menu=ECONOMIA&cod\\_conteudo=1468](http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=818&cod_menu=817&tipo_menu=ECONOMIA&cod_conteudo=1468). Acesso em 10.10.2014, às 13hs.
- SEPLAN. **O Dinamismo dos municípios goianos.** www.seplan.gov.br. Acesso em 02 de março de 2013.
- \_\_\_\_\_. **Catálogo de Informações Sócio Econômicas dos Municípios do Estado de Goiás – 2000.** Goiânia: SEPLAN, 2000.
- SILVA, Claudia Luciana Magalhães. **História e êxodo rural no município de Iporá entre 1960 e 1980: Mudança e marginalidade.** Dep. História-Monografia, UEG-Iporá/GO, 2002.
- SILVEIRA, Michel Rezende da e BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. **Municípios pequenos e deprimidos no sudoeste goiano: "Os hipócritas roubam a cena".** CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 7, n. 13, 2012.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias de, CORRÊA, Roberto Lobato & GOMES, Paulo Cesar da Costa (Orgs.) **Geografia: Conceitos e temas.** 3 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.
- TAVARES, Matheus Avelino e SILVA, Aldo Dantas Da. **Introdução ao pensamento de Milton Santos: Reflexões sobre o trabalho do geógrafo.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, 2011.

UEG - Universidade Estadual de Goiás. **Onde estamos.** Sítio: [http://www.ueg.br/conteudo/632\\_ondeestamos](http://www.ueg.br/conteudo/632_ondeestamos). Acessado em 04 de maio de 2014, às 19 horas.

VENCOVSKY, VITOR PIRES. **Logística do agronegócio e uso corporativo do território: avaliação das políticas públicas e privadas do sistema ferroviário brasileiro.** Tese - Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

**ANEXOS**

**Mapa 30: Localização dos câmpus da UEG**



Fonte: UEG (2014).

**Quadro 11: Atuação do IFGOIANO e IFGOIAS**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IFGOIAS)	Instituto Federal Goiano (IFGOIANO)
Local de funcionamento	
Águas Lindas	Campus Ceres
Anápolis	Campus Rio Verde
Aparecida de Goiânia	Campus Urutaí
Cidade de Goiás	Campus Iporá
Formosa	Campus Morrinhos
Goiânia	Câmpus Campos Belos
Goiânia Oeste	Câmpus Trindade
Inhumas	Câmpus Posse
Itumbiara	Câmpus Catalão
Jataí	Câmpus Cristalina
Luziânia	Câmpus Hidrolândia
Senador Canedo	Câmpus Ipameri
Uruaçu	
Valparaíso	

Fonte: Oliveira (2014) adaptado do IFGoiano (2014).